



TÁBATA NEVES ROSA

A permanência da juventude camponesa nas comunidades de Cristinápolis- SE

SÃO PAULO

2018

TÁBATA NEVES ROSA

A permanência da juventude camponesa nas comunidades de Cristinápolis- SE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Territorial), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para a obtenção do título de mestre em geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa: Capitalismo, campesinato e tecnologias.

Orientador: Prof. Dr. Clifford Andrew Welch.

SÃO PAULO

2018

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Rosa, Tábata Neves.

R788 A permanência da juventude camponesa nas comunidades de
Cristinápolis-SE / Tábata Neves Rosa. – São Paulo, 2018.
175 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Clifford Andrew Welch.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações
Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento
Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2018.

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Juventude rural
– Brasil. 4. Migração rural-urbana – Brasil. 5. Camponeses – Cristinápolis
(SE). I. Título.

CDD 301.35098141

TÁBATA NEVES ROSA

A permanência da juventude camponesa nas comunidades de Cristinápolis- SE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para a obtenção do título de mestre em geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa: Capitalismo, campesinato e tecnologias.

Orientador: Prof. Dr. Clifford Andrew Welch.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Clifford Andrew Welch (Universidade Federal de São Paulo- UNIFESP)

Prof. Dr. Raul Borges Guimarães (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP)

Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho (Universidade Federal de Sergipe- UFS)

São Paulo, 07 de junho de 2018

AGRADECIMENTOS

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa que possibilitou a realização da pesquisa.

Ao Movimento Camponês Popular (MCP), pela ousadia em organizar a luta dos camponeses e camponesas, sempre acreditando que é possível construir a tão sonhada autonomia ativa do campesinato e a soberania alimentar.

À turma Orlando Valverde, por todos os momentos que passamos juntos, obrigada pelo companheirismo.

À Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), por ser uma das grande parceira deste mestrado.

A todos os(as) professores(as) da UNESP, que contribuíram ministrando as disciplinas, reconheço o esforço de cada um de vocês.

Ao orientador Clifford Andrew Welch, pela dedicação, compreensão e incentivo na construção desta dissertação.

Aos professores Rafael Litvin Villas Bôas, por ter dado boas contribuições na pré-qualificação, e Ricardo Júnior de Assis Fernandes Gonçalves e Ana Lúcia Almeida, por terem participado da qualificação e terem dado bons apontamentos para o avanço da pesquisa e também aos professores Eraldo da Silva Ramos Filho e Raul Borges Guimarães por terem participado da banca de defesa e dado boas contribuições.

Meu reconhecimento a todo incentivo dado por Valdir Misnerovicz, sempre serei grata.

Aos companheiros e companheiras da coordenação do MCP, especialmente a Philipe e Ana Karoline, que por várias vezes tive que me ausentar para cuidar da pesquisa e vocês tocaram o barco.

A todos os jovens, camponeses, camponesas, que participaram da pesquisa, dedicando uma parte do seu tempo para responder questionários, para a construção desta pesquisa.

Enfim, agradeço a todos e todas que diretamente e indiretamente contribuíram para a criação e continuidade do mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, responsável por fazer camponeses, quilombolas e indígenas se tornarem mestres.

Juventude

Tábata Neves Rosa

Defino juventude como parteira de um sonho, de um projeto de mudança.
Defino como parteira que não carrega pra si uma responsabilidade sozinha,
mas a divide.

Defino como parteira de um projeto de campo com vida, com gente e
comida.

Defino juventude como uma parteira que, sem medo faz a ação e faz surgir
mais um sonho: o sonho que não se sonha sozinho. É um sonho pequeno,
mas que ganha multidões, porque é sonho de vida, de projeto, de saída, é
sonho de transformação.

Defino a juventude como coveira de um projeto que explora, que maltrata,
que ignora, que quer o campo vazio;

Defino a como coveira que abre bem fundo e enterra as injustiças, as
guerras, que deixa um povo infeliz.

Defino a juventude como coveira capaz de destruir o projeto de agricultura
da morte, da fome, e da exploração.

Juventude é PARTEira fundamental de um projeto de vida, com gente e
comida, com canções e poesia, com enxada e semente, com terra e livros,
com sonhos e bandeiras, com risos e facão.

RESUMO

O trabalho procura compreender a dinâmica migratória da juventude camponesa de Cristinápolis, Sergipe, tentando identificar os principais fatores que fazem a juventude permanecer ou sair do campo. A partir da aplicação de um questionário em entrevistas com os jovens, o estudo identifica as principais demandas da juventude de Cristinápolis. Elas estão relacionadas ao acesso a terra, à renda e à qualidade de vida. O estudo interroga a situação dos jovens numa interpretação do contexto atual que destaca a existência de uma forte disputa entre duas concepções de campo: de um lado, o agronegócio; e do outro, a agricultura camponesa. São dois modelos de desenvolvimento territorial, antagônicos e complementares, que entram em disputa diariamente, devido aos seus objetivos contrários. Como o agronegócio é o capitalismo no campo, ele tem a função de produzir excedentes e lucros para seus donos a partir da exploração, o deixando predominante na economia, mas repleto de contradições e conflitos. Como a agricultura camponesa é um modo de vida no campo, ela tem a função de reproduzir, seja nos aspectos biológico e ecológico, seja no cultural, deixando-a em uma situação precária na sociedade capitalista. Investiga o estudo como os jovens são disputados diariamente pelo agronegócio, disputam mesmo sem ter espaço suficiente para os agregar, pois é um projeto excludente. A agricultura camponesa busca reter os jovens, já que esses são fundamentais no processo da sucessão das unidades camponesas. Assim, as organizações camponesas, como o MCP e MST, disputam na perspectiva de atrair, de incluir os jovens, como sujeitos deste projeto de campo, de agricultura e de sociedade. O Estado, como reflexo das relações de poder numa sociedade capitalista, serve prioritariamente como instrumento do modelo hegemônico; por isso, a dissertação examina a luta pelas políticas públicas como fator importante para a permanência da juventude no campo.

Palavras-chave: Jovens. Agronegócio. Agricultura camponesa. Políticas públicas. Nordeste.

ABSTRACT

This work seeks to understand the migratory dynamics of peasant youth in Cristinópolis, Sergipe. It identifies the main factors that make youth stay or leave the countryside. Through a questionnaire and interviews with young people, the study examines the main demands of Cristinópolis youth. Although each respondent emphasized specific issues, all are related to questions of land access, income and standards of living. The study contextualizes the concerns of young people as stemming from a vital dispute between two conceptions of agriculture. On one side, there is the agribusiness model of territorial development, and on the other, the peasant model. Because of they dispute the same spaces and yet have opposing objectives, the models are antagonistic and yet complementary. Agribusiness is strictly capitalist and dedicated to production and the profit of owners and investors. The peasantry is a way of life dedicated to reproducing itself. Agribusiness produces surpluses from exploitation, leaving it predominant in the economy, but replete with contradictions and conflicts. As peasant agriculture produces first for subsistence and second for the market, its function of reproducing, whether in the biological, ecological, or cultural aspects, leaves it in a precarious situation in capitalist society. Peasant youth are regularly disputed by agribusiness to fulfill diverse tasks, while the peasantry hopes to retain its youth since young people are essential to the process of peasant unit succession. Thus, peasant organizations, such as the MCP and the MST struggle to retain and attract young people, as subjects rather than objects of their campaign to strength small-scale agriculture as fundamental to a healthy democratic society. The State, as a reflection of relations of power in a capitalist society, responds primarily to the hegemonic agribusiness sector, but our study demonstrates how the struggle for peasant friendly public policies has been an important factor for retaining peasant youth.

Keywords: Brazilian Northeast. Youth. Agribusiness. Peasant agriculture. Public policy.

RESUMEN

El trabajo busca comprender la dinámica migratoria de la juventud campesina de Cristinópolis, Sergipe, tratando de identificar los principales factores que hacen la juventud permanecer o salir del campo. A partir de la aplicación de un cuestionario en entrevistas con los jóvenes, el estudio identifica las principales demandas de la juventud de Cristinópolis. Ellas están relacionadas con el acceso a la tierra, la renta y la calidad de vida. El estudio interroga la situación de los jóvenes en una interpretación del contexto actual que destaca la existencia de una fuerte disputa entre dos concepciones de campo, de un lado la agroindustria y del otro la agricultura campesina. Son dos modelos de desarrollo territorial, antagónicos y complementarios, que entran en disputa diariamente, debido a sus objetivos contrarios. Como la agroindustria es el capitalismo en el campo, ella tiene la función de producir excedentes y beneficios para sus dueños a partir de la explotación, lo que deja predominante en la economía, pero repleto de contradicciones y conflictos. Como la agricultura campesina es un modo de vida en el campo, ella tiene la función de reproducir, en los aspectos biológico, ecológico, o cultural, dejándola en una situación precaria en la sociedad capitalista. Investiga el estudio como los jóvenes se disputan diariamente por la agroindustria, se disputan incluso sin tener suficiente espacio para agregarlos, porque es un proyecto excluyente. La agricultura campesina busca retener a los jóvenes, ya que el joven es fundamental en el proceso de la sucesión de las unidades campesinas. Así, las organizaciones campesinas, como el MCP y el MST, se disputan en la perspectiva de atraer, de incluir a los jóvenes, como sujetos de este proyecto de campo, de agricultura y de sociedad. El Estado, como reflejo de las relaciones de poder en una sociedad capitalista, sirve prioritariamente como instrumento del modelo hegemónico; por lo que la disertación examina la lucha por las políticas públicas como factor importante para la permanencia de la juventud en el campo.

Palabras claves: Jóvenes. Agroindustria. Agricultura campesina. Políticas públicas. Nordeste.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1- Mapa do estado de Sergipe.....	22
Mapa 2- Mapa do Município de Cristinápolis- Sergipe.....	25
Figura 1- Figura da bandeira de Cristinápolis – SE	31
Figura 2- Trabalhadores e trabalhadoras chegando às lavouras para colher laranja	53
Figura 3- O processo de beneficiamento do milho crioulo em Sergipe	65
Figura 4- Farinha de cuscuz de milho crioulo	69
Figura 5- Sementes de milho antes de guardar para o próximo plantio em Cristinápolis - SE.....	69
Figura 6- Participação de camponesa na feira de Itabaianinha – SE.....	66
Figura 7- Conab colhendo amostras em um banco de sementes para fazer testes de germinação e transgenia em Poço Verde – SE.....	67
Figura 8- Seleção maçal do milho em Tomar do Geru – SE.....	67
Figura 9- A antiga e a nova moradia de uma família camponesa de Crixás – GO.....	107
Figura 10- Moradia camponesa de família camponesa de Crixás – GO	108
Figura 11- Jornada de luta das mulheres, Estância – SE.....	109
Figura 12- Luta contra a aprovação da PEC 241, Tomar do Geru – SE	109
Figura 13- Propaganda da Bayer	125
Figura 14- 1º Encontro da Juventude da Região Sul do Piauí, Júlio Borges – PI.....	136
Figura 15- Oficina de Agitação e Propaganda com estudantes da Escola Agrícola de Cristinápolis – SE	136
Figura 16- Logo do Projeto Cinema na Roça.....	139
Figura 17- Exibição do Cinema na Roça no Povoado Quirino, Lagarto – SE	139
Figura 18- Luta das mulheres camponesas pela soberania alimentar em Aracaju – SE	143
Gráfico 1- Agricultura camponesa <i>versus</i> agronegócio.....	48
Gráfico 2- Evolução da população absoluta em comparação com a região nordeste- 1960-2010	80
Gráfico 3- População rural no Brasil e na região Nordeste (1960 a 2010)	81
Gráfico 4- População rural do Brasil distribuída por grandes regiões (2010).....	83
Gráfico 5- População de Sergipe (2000 a 2010)	84
Gráfico 6- População de Cristinápolis – SE (2000 a 2010).....	85
Gráfico 7- Juventude rural na região Nordeste do Brasil (2000 a 2010).....	87
Gráfico 8- Juventude de Sergipe: campo e cidade (2000 a 2010), em milhares	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Sergipe – Mudanças na estrutura fundiária (1992-2011)	24
Tabela 2: Evolução do índice de Gini da propriedade da terra (1992-2011)	24
Tabela 3: Períodos históricos de Cristinápolis – SE.....	29
Tabela 4: Agrotóxicos utilizados na citricultura do sul sergipano (2016).....	59
Tabela 5: Produção de laranja em Cristinápolis – SE por área plantada/ha/lavoura permanente (1997-2013).....	85
Tabela 6: População jovem de Cristinápolis – SE: urbana e rural (2000-2010)	89
Tabela 7: Eixo: terra e território	100
Tabela 8: Eixo: trabalho e renda.....	102
Tabela 9: Eixo: Educação do campo	103
Tabela 10: Eixo: Qualidade de vida	104
Tabela 11: Eixo: Participação comunitária e democracia	104
Tabela 12: As vozes da juventude sobre ficar ou deixar o campo	112
Tabela 13: As vozes de camponeses e camponesas de Cristinápolis – SE sobre a permanência ou saída de seus filhos e filhas do campo.....	116
Tabela 14: Proposta dos jovens camponeses de Cristinápolis – SE para o campo ser um bom lugar de viver e a juventude permanecer	119
Tabela 15: Proposta dos(as) camponeses(as) de Cristinápolis – SE para o campo ser um bom lugar de viver e a juventude permanecer	120
Tabela 16: Ações do Movimento Camponês Popular com a juventude camponesa	138

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abrasco	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
Anvisa	Agência Nacional Sanitária
ATER	Assistência Técnica Rural
ATER B	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental
CEFFA	Centro Familiar de Formação por Alternância
Conjuve	Conselho Nacional de Juventude
Condraf	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
Cooperaf	Cooperativa Regional de Agricultores Familiares
EBC	Empresa Brasil de Comunicações
FETASE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Sergipe
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCA	Instituto Nacional do Câncer
INDEA/MT	Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso
MCP	Movimento Camponês Popular
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NEDET	Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial
OIJ	Organização Ibero-Americana de Juventude
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCA	Paradigma do Capitalismo Agrário
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PMAJ	Programa Mundial de Ação para a Juventude
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PPA	Plano Plurianual
PQA	Paradigma da Questão Agrária
PROINF	Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais
Pronaf	Programa Nacional da Agricultura Familiar
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

Pronera	Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária
SE	Sergipe
Seagri	Secretaria de Estado da Agricultura
SIPAF	Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE CRISTINÁPOLIS E A EXPANSÃO	
CAPITALISTA NO CAMPO	21
2.1 Caracterização geral da área de estudo.....	21
2.2 Caracterização fundiária e organizações sociais no campo.....	26
2.3 Ocupação territorial e expropriação indígena.....	29
2.4 Campesinato e agronegócio: as disputas por territórios	32
2.5 Agronegócio da laranja: as contradições e impactos na vida do campesinato no município de Cristinápolis	42
2.6 O agronegócio e a desigualdade social no campo.....	49
2.7 A utilização de agrotóxicos e os riscos na saúde humana, a contaminação dos alimentos e destruição das águas, da terra, da agrobiodiversidade	52
2.8 O Movimento Camponês Popular e a luta pela soberania alimentar	58
3 POLÍTICAS PÚBLICAS E A DINÂMICA SUCESSÓRIA NO CAMPO	69
3.1 E quem é a juventude camponesa?	72
3.2 Vozes camponesas sobre o ser jovem	76
3.3 Estatísticas sobre a população rural no Brasil, Sergipe e Cristinápolis (2000 a 2010).....	79
3.4 Políticas públicas na agricultura e campesinato	90
3.5 Juventude camponesa e políticas públicas.....	98
3.6 Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural.....	100
3.7 O Movimento Camponês Popular e a luta por políticas públicas	107
4 A PERMANÊNCIA DA JUVENTUDE NO CAMPO: AS ESTRATÉGIAS DE	
DISPUTA DA JUVENTUDE NA CONTEMPORANEIDADE	111
4.1 Ficar ou sair? Os determinantes da permanência dos jovens de Cristinápolis? .	111
4.2 O que é preciso melhorar no campo para a juventude permanecer?	118
4.3 A juventude camponesa como disputa pelos projetos antagônicos.....	123
4.4 As estratégias e ações das forças anti-hegemônica para atrair/incluir a juventude como sujeitos.....	128
4.5 O Movimento Camponês Popular e a juventude camponesa	134
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
REFERÊNCIAS	150

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA APLICAR AOS JOVENS DE CRISTINÁPOLIS – SERGIPE.....	159
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA APLICAR AOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS DE CRISTINÁPOLIS – SE	168
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA APLICAR A INTEGRANTE DE MOVIMENTOS, ENTIDADES CAMPONESAS.....	174

1. INTRODUÇÃO

Senti-me extremamente desafiada ao abordar o tema da migração da juventude camponesa, do processo deles ficarem ou saírem do campo. A opção pela temática de pesquisa se deu por uma combinação de fatores, tais como o fato de ser uma camponesa por condição de vida, de optar por identificar-me como camponesa, por ser militante de movimento social, também por opção. Digo que sou militante por opção, mas minha condição despertou uma atuação política por causa das circunstâncias históricas no território onde vivia com minha família e seu entorno. Com o esforço científico que o programa e a universidade me proporcionaram, senti uma responsabilidade para examinar e compreender melhor o mundo camponês. Como uma jovem, considerei a questão da juventude um dos incógnitos para conhecer os principais problemas estruturais da agricultura camponesa. Determinei entender a dinâmica migratória da juventude camponesa, fazer uma contribuição para a ciência e, ao mesmo tempo, colaborar com os sujeitos do trabalho bem como para organização a qual pertenço.

Esta pesquisa é resultado de diversas preocupações, a maioria delas vindo das diversas realidades que encontramos nas comunidades camponesas através da minha atuação no Movimento Camponês Popular (MCP). Com relação à saída e permanência da juventude no campo, sobre o papel da juventude na agricultura camponesa e os desafios existentes para que esta juventude venha a permanecer no campo, ou se queira sair do campo, pensamos como movimento que o jovem deve ter uma boa orientação e rede de apoio para resolver sair por opção, por critério e não ao inverso, pela expulsão, pela falta de opção, pela falta de renda, de vida digna.

O MCP é um movimento socioterritorial de massa que é autônomo, reúne, organiza em grupos de base, mobiliza e prepara camponeses e camponesas a lutar na defesa de seus interesses. O MCP completa 10 anos de atividades no dia 22 de julho de 2018. Ele foi organizado partir de uma cisão entre algumas lideranças do Movimento dos Pequenos Agricultores em Goiás e uma proposta do MPA nacional a firmar programa junto ao governo federal, mais precisamente com a Petrobrás, para implantar projetos de agrocombustíveis nas comunidades camponesas. Os dissidentes criaram o MCP e durante os primeiros 5 anos de existência o movimento ficou apenas em Goiás, e a partir de 2014 inicia sua nacionalização, expandindo para outras regiões do Brasil, como Bahia, Piauí, Sergipe e Pará, passando a partir deste período para um movimento de caráter nacional.

O Movimento entende que sua tarefa principal é apoiar a produção de alimentos livres de veneno, de baixo custo e de qualidade para o conjunto da sociedade. A partir da luta econômica específica e de um processo sistemático de formação, o MCP tem como meta a se incorporar à luta da classe trabalhadora para criar uma nova ordem social.

Neste sentido, a minha entrada na UNESP para discutir o tema da juventude é antes de tudo a necessidade de aprofundar nossa compreensão da militância em Sergipe (SE) para saber como atuar de forma mais qualificada em processos e iniciativas que de alguma forma podem contribuir para influenciar a permanência e organização da juventude no campo. Por isso, a meta global desta pesquisa vem antes de mim e vai além de mim como realização de um desejo coletivo.

Especificamente, a pesquisa tem como objetivo principal identificar os fatores determinantes da dinâmica da permanência da juventude no campo e da migração campo-campo ou campo-cidade, no contexto do território sul sergipano, especialmente na experiência atual dos jovens no município de Cristinápolis – SE.

O primeiro aspecto que determinou a escolha deste município foi o fato de Cristinápolis ser um dos municípios de Sergipe com a maior concentração de produção de citricultura. Segundo o livro *Estudo das condições de saúde e dos ambientes de trabalho na citricultura do estado de Sergipe* (SERGIPE, 2015, p. 177), Cristinápolis tem aproximadamente 6.152 ha de área plantada com citros, respondendo por 16,4% da produção estadual. De fato, a principal base econômica do município vem da citricultura (laranja, tangerina e limão), respondendo por 75% da renda do município. Na sua maioria, as frutas são destinadas às indústrias do suco. Ainda com este nível de atividade econômica, Cristinápolis é um município com um índice muito baixo de desenvolvimento humano, com um IDH de 0,533. O IDH é usado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para medir comparativamente o padrão de vida, a partir das expectativas de vida, educação e renda, no qual 1,0 significa a melhor padrão que existe.

Em segundo lugar, escolhemos este município por ter um número relevante de pessoas que moram no meio rural e destes a uma predominância camponesa, ou seja, aqueles que vivem na e da agricultura. A população geral do município é de 16.519 habitantes, sendo 50,5% na área urbana e 49,5% moram na zona rural (IBGE, 2010). Em terceiro lugar, por ter um número significativo de jovens no meio rural. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), existem 2.375 jovens no meio rural, correspondendo por 14,37% da população rural.

O IBGE considera jovens a partir da faixa etária de 15 a 24 anos. Já o Estatuto da Juventude, criado a partir da Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013, jovens são pessoas entre 15 a 29 anos de idade, para quais o estatuto prevê várias diretrizes de políticas públicas através da implementação do Plano Nacional da Juventude, que foi aprovado em 2006. Em nossa pesquisa, esta definição oficial nos orientou, dado como um dos nossos objetivos é de examinar as políticas para os jovens do campo. Por isso, os dados estatísticos sobre juventude que vamos trazer ao longo da dissertação consideram jovens a faixa etária entre 15 a 29 anos.

Nossa hipótese de pesquisa é que os jovens têm dificuldades de ficar no campo por causa de uma falta de políticas públicas estruturais, que poderiam dar melhores condições para realizar uma vida digna no campo. Dentre elas estão o acesso a terra, as políticas públicas de incentivo à produção de alimentos, subsídios para mecanização, direitos como moradia, acesso a lazer, cultura, meios de comunicação, escola.

O Nordeste do Brasil é uma região de contrastes históricos, na qual grande parte de sua população rural vive uma situação de precariedade decorrente da falta de condições de subsistência digna, o que, historicamente, tem impulsionado fortes processos migratórios para os centros urbanos, ou mesmo para outras regiões do país, seja à procura de novos espaços de trabalho em outras profissões, seja como mecanismo para reorganizar sua vida no seu meio rural de origem, em condições diferentes das vivenciadas por seus pais. Ou seja, nem sempre o fato de migrar implica em ruptura com o mundo rural, estando muitas vezes a serviço da reprodução social dos indivíduos e de seus grupos familiares nos espaços de residência-base. Nesse sentido, podemos assumir que os processos migratórios protagonizados pelos jovens, que vivem no rural do nordeste brasileiro, são decorrentes principalmente do precário acesso aos meios de produção como terra, água, máquinas e equipamentos, vivenciado pelos seus pais e pelos próprios jovens. (PAULO; SILVA, 2015, [s.p.]).

Outra constatação importante que consideramos é o quanto a questão de gênero tem influência na permanência ou saída da juventude do campo, inclusive, no segundo capítulo vamos abordar e analisar dados do IBGE sobre a questão.

Foi, então, a partir de um conjunto de elementos ligados ao processo de migração e permanência da juventude no campo, bem como suas implicações na questão agrária, que surgiu a pretensão de encarar este estudo. O fato de estarmos envolvidos com a militância social do MCP tem sido fundamental para ter uma leitura mais abrangente da realidade do campo brasileiro no tocante as políticas públicas, na compreensão do embate das disputas territoriais e do papel do estado e que o resultado destes dois anos de estudo possa dar uma contribuição para a academia e para os movimentos do campo, principalmente ao MCP, uma vez que o debate contribui para o estudo do campesinato brasileiro. Esse pode ajudar na análise de um dos fatores fundamentais deste processo que é a questão da sucessão nas unidades de produção camponesa.

O processo de migração da juventude camponesa para as cidades tem sido um tema que preocupa movimentos sociais, pesquisadores em geral em toda América Latina há décadas. No Brasil, somente na década de 2000 a 2010, relata o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (BRASIL, 2016) que cerca de 2 milhões de pessoas deixaram o campo, e destes a metade são jovens. Nos anos 1960 a 1980, foram 25 milhões que abandonaram o campo (MARTINE, 1987).

A saída da juventude do campo interfere diretamente na agricultura camponesa, que tem como principal característica o trabalho familiar com centralidade na oferta continuada e diversificada de alimentos para a sociedade, e na garantia de sua reprodução social. Na medida em que a juventude vai deixando o campo, a tendência é o envelhecimento e esvaziamento do campo, a diminuição da mão de obra familiar, comprometendo a produção de alimentos, a sucessão rural e com isso as chances para reforçar e desenvolver os territórios camponeses.

Neste trabalho afirmamos que o Estado cumpre um papel fundamental nas disputas de territórios entre a agricultura camponesa e o modelo hegemônico do agronegócio, ao mesmo tempo que fornece total apoio, como político, financeiro e aprovações de leis, também nega direitos básicos para as populações camponesas, fazendo as poucas políticas que existe ser resultado de muita organização, conflitos e de luta das organizações sociais do campo.

Ainda existe 7.807.627 milhões de jovens no campo, segundo o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (BRASIL, 2016, p. 4). Deste total, 3.935,661, ou 50,4%, estão na região Nordeste e 42.700 estão em Sergipe.

O processo metodológico se deu nos seguintes passos: o primeiro foi a pesquisa documental, leitura e análise, através do levantamento bibliográfico de livros, revistas, artigos, documentos de instituição públicas, *sites*, entre outros. O segundo passo foi a realização do trabalho de campo em 4 comunidades camponesas de Cristinápolis que estão organizadas pelo MCP, sendo elas: Cajá dos Índios, Lagoa Seca 1, Pasto Velho e Água Branca. Por meio de conversas coletivas e questionários direcionados aos jovens camponeses e também aos camponeses e camponesas das comunidades, foram envolvidos 34 jovens. Desses, 19 são homens e 15 são mulheres, 15 são camponeses e 15 camponesas, e também 2 membros do MCP. Vale considerar que nem toda juventude que participou da pesquisa de campo são integrantes do MCP, já os camponeses e camponesas que participaram da pesquisa de campo eram todos integrantes do MCP. Também entrevistamos 4 lideranças de organizações sociais do município, sendo 2 do MCP, 1 do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cristinápolis e 1 do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Utilizamos

da metodologia das fontes orais, com questionário semiestruturado. Na transcrição e análise das fontes orais decidimos por utilizar apenas as iniciais do nome completo dos sujeitos entrevistados a fim de não dar identificação total dos sujeitos. A última foi a análise dos dados a partir da pesquisa qualitativa, tentando atribuir significados aos fatos e partindo de uma análise mais aprofundada e crítica.

A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 22).

Como bem coloca Silveira e Córdova (2009), a pesquisa qualitativa aprofunda-se nos resultados, buscando uma interpretação mais próxima da realidade e considerando sempre um conjunto de fatores, que envolvem diretamente ou indiretamente os sujeitos e objeto da pesquisa. Também adotou-se a pesquisa-ação, que inclui não somente os entrevistados, mas também o próprio pesquisador, pois é um estudo de uma realidade social que tem como objetivo melhorar a qualidade da ação dentro da própria pesquisa. Então existe uma compreensão de que a pesquisa-ação está atrelada ao objetivo de mudar a realidade, podendo ser de forma coletiva.

A definição de pesquisa-ação trabalhada por Thiollent, define:

[...] a pesquisa ação é um tipo de investigação social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 1988, p. 33)

Portanto,

[...] uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa-ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas implicadas no processo investigativo, visto partir de um projeto de ação social ou da solução de problemas coletivos e estar centrada no agir participativo e na ideologia de ação coletiva. A pesquisa-ação exige uma estrutura de relação entre os pesquisador e pessoas envolvidas no estudo da realidade do tipo participativo/coletivo. (BALDISSERA, 2000. p.2)

De acordo com os autores, a pesquisa –ação está atrelada a uma pesquisa baseada a uma determinada realidade social e que existe um comprometimento do pesquisador com a realidade, com os problemas vivenciado pelo grupo pesquisado. De acordo com RISSO (2017) a pesquisa –ação nos possibilita investigar a formação e constituição de um território

pesquisado, pois inclui resgatar, conhecer e analisar o contexto político de um lugar, família, cultura, meio ambiente, a ideologia, formas de vida, costumes, diferentes culturas, inserir-se enquanto sujeito social, para assim contribuir numa ação que venha a reconhecer e valorizar a partir do próprio contexto vivido em uma determinada realidade.

Nesse sentido, considerado o exposto, a presente dissertação foi estruturada em cinco partes – introdução, três capítulos e conclusão –, em que expomos as reflexões teóricas e o resultado da pesquisa, assim especificados.

Depois desta introdução, o segundo capítulo apresenta uma contextualização histórica e geográfica de Cristinápolis, e das disputas territoriais entre agronegócio e agricultura camponesa, com ênfase na expansão do monocultivo da laranja no sul sergipano.

No terceiro capítulo, debatemos o conceito de juventude, examinando as estatísticas sobre permanência da juventude camponesa no Brasil, em Sergipe e em Cristinápolis, e o papel das políticas públicas para juventude do campo.

No quarto capítulo, apresentamos o trabalho da pesquisa de campo e seus resultados sobre os principais determinantes para a juventude permanecer ou sair do campo. Examinamos a disputa de projetos para a juventude: de um lado, o modelo hegemônico do agronegócio e, do outro, o contra-hegemônico da agricultura camponesa, como expressado pelo MCP. Em todos os capítulos foram abordadas questões relacionadas ao MCP, de acordo com as abordagens principais que aparecem em cada capítulo.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE CRISTINÁPOLIS E A EXPANSÃO CAPITALISTA NO CAMPO

2.1 Caracterização geral da área de estudo

A) Descrição

O objetivo deste capítulo é construir um referencial geo-histórico que consiga apresentar a trajetória da ocupação humana da área que está localizada no território sul de Sergipe, onde ficam os lugares delimitados para a pesquisa. Através de uma análise do território, as disputas territoriais entre os camponeses e o agronegócio, as histórias de lutas e resistências ativas que ocorreram neste espaço, pretende-se compreender as consequências do modelo de produção baseado no monocultivo da laranja nas comunidades camponesas, considerando, principalmente, a vida da juventude do campo.

Inicialmente, demonstra-se que Cristinápolis é um município que carrega uma grande e longa história de resistências, contradições, conflitos, afirmações, e, ao estudar a questão sobre a permanência da juventude no campo, é necessário buscar na raiz, na história, como foi se consolidando a construção desta região e deste município. Também se considera que a história relatada a seguir será a partir da leitura teórica e também por meio de entrevistas, questionários, com sujeitos do município de Cristinápolis e região.

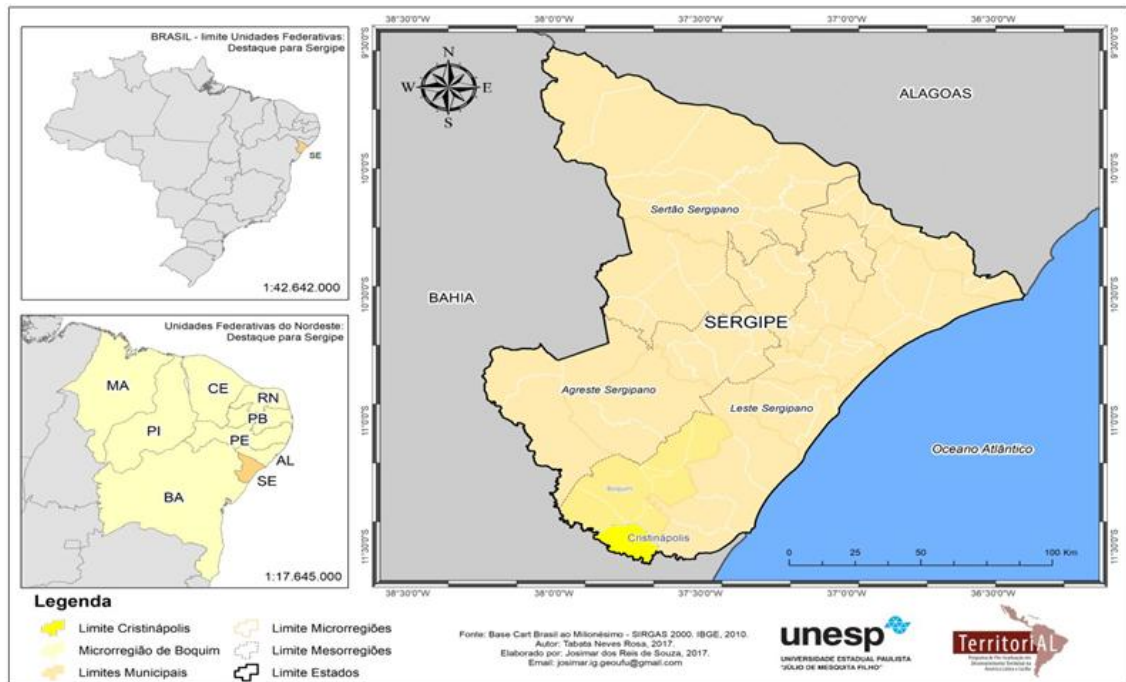
Para tanto, vale aqui contemplar o que Santos (1977) escreveu sobre a formação espacial:

Se a geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua formação a serviço do homem. Pois a história não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social. (SANTOS, 1977, p. 81).

É fundamental compreender o espaço humano como fato histórico, resultado do processo social histórico aliando sempre ao mesmo tempo o local e o mundo, isto sem dúvida proporciona uma compreensão mais real sobre a realidade de determinado espaço, uma vez que, como diz Santos (1977), “não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo é social”.

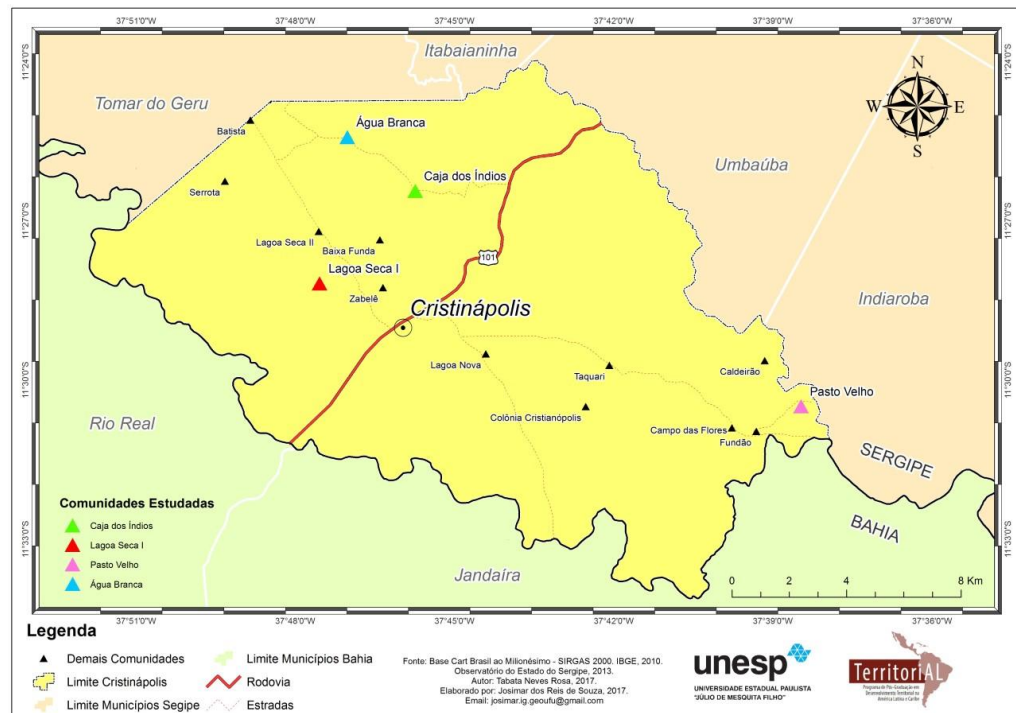
Conforme dito anteriormente, o município de Cristinápolis fica localizado no extremo sul do estado de Sergipe.

Mapa 1: Mapa do estado de Sergipe



Segundo dados de um estudo das condições de saúde e dos ambientes de trabalho na citricultura do estado de Sergipe, o município tem uma extensão territorial de 237,19 km² do total de 3.520,90 km² do território sul de Sergipe, sendo o território total do estado 21.910,348 km², fazendo de que o estado seja a menor unidade da federal em área territorial (SERGIPE, 2015). O relevo do município varia desde planícies litorâneas a tabuleiros costeiros com vegetação de capoeira e caatinga, inserindo-se na bacia hidrográfica do rio Real, que cruza com o rio Itamirim e riacho do Baixão. O período de chuva varia de fevereiro a agosto. Este mesmo estudo destaca que a principal base da economia do município é a citricultura (laranja, tangerina e limão), sendo responsável por 75% da renda do município.

Mapa 2: Mapa do Município de Cristinápolis- Sergipe



Assim, ela faz parte do território sul sergipano, dividindo divisas com os municípios de Tomar do Geru, Umuaba, Indiaroba, Itabaianinha, Rio Real e Jandaíra. Estes dois últimos municípios são do estado da Bahia. As duas rodovias que cruzam os municípios são BR 101 e SE 295. Por elas, pode chegar a capital do estado, Aracaju, que fica aproximadamente 113 km distante; Salvador, a capital da Bahia, fica a 211 km.

Segundo dados do IBGE (2010), o número de habitantes do campo é quase equivalente à população da cidade. Dos 16.519 habitantes, 50,5% reside na área urbana e 49,5% na zona rural. Da zona rural, a população jovem – objeto de nossa pesquisa – é considerada de compor 14,37%, ou 2.375 das 8.177 pessoas que vivem no campo.

As condições demográficas e econômicas foram entre os fatores de escolha deste município, pois o índice da população camponesa é bem significativo se fizer comparação com outros municípios do próprio Sergipe e de tantos outros estados. É raro encontrar regiões desde os anos 1960 que possuem uma porcentagem de camponeses e camponesas tão próxima às populações das cidades.

2.2 Caracterização fundiária e organizações sociais no campo

A estrutura fundiária é a base para análise da questão agrária de um país. A partir da dinâmica fundiária, pode-se compreender historicamente a questão do uso e posse da terra. É esta dinâmica territorial a partir da disputa de território entre a agricultura camponesa e agronegócio o foco de análise deste trabalho.

Em Sergipe tinha-se 82.635 imóveis rurais cadastrados e ocupava uma área total declarada de 1.832.572 hectares (ha). Deste universo, as grandes propriedades que configuram 72 imóveis rurais (ou 0,09% do total e imóveis), controlam 7,8% da área cadastrada, num total de 133.361,7 ha, enquanto que, 3.236 imóveis cadastrados equivalente a 3,96% da área cadastrada. Por sua vez, os imóveis pequenos que somam 79.327 ou 96% do total declarado, espremem-se em apenas 951.165, 7 ha, que representa 51,90% a área cadastrada. (RAMOS FILHO, 2012, p. 5).

Esta constatação colabora com afirmação anterior de que a estrutura fundiária não é estática, mas segue uma dinâmica impulsionada por um conjunto de fatores que envolvem a disputa por terra e território, bem como as políticas públicas. A tabela 1 mostra alguns dados:

Tabela 1: Sergipe – Mudanças na estrutura fundiária (1992-2011)

Ano	1992		2011	
Estratos de área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)
Menos de 10 ha	23.071	74.977,9	53.257	179.606,2
10 <100 ha	11.410	354.135,1	26.070	771.559,6
Menos de 100 ha	34.481	429.113	79.327	951.165,7
100 <1000 ha	1.772	451.251	3.237	748.044,7
Mais de 1000 ha	70	123.308,4	72	133.361,7
Total	36.323	1.003.672	82.635	1.832.572

Fonte: organização Ramos Filho (2012), a partir de dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (NCRA), apuração especial realizada em 07/02/2011, DATALUTA Sergipe 2010.

Ao analisar a tabela acima percebemos que em 19 anos houve um crescimento significativo de número de imóveis e de incorporação de área e que todas as faixas aumentaram em número de imóveis e de área total, indicando que houve uma transferência de área pública e propriedades privadas e/ou um aumento pela procura por cadastramento dos imóveis, ou seja, de autodeclaração.

Tabela 2: Evolução do índice de Gini da propriedade da terra (1992-2011)

Ano	Índice de Gini
1992	0,787
1998	0,788
2003	0,773
2011	0,725

Fonte: organização de Ramos Filho (2012), a partir de dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural e DATALUTA Sergipe 2010.

O índice de Gini serve de referência de medida para analisar o grau de concentração fundiária de uma sociedade: quanto mais próximo de 0, mais democratizada; e quanto mais próximo de 1, mais concentrada. Os dados do quadro acima revelam o quanto a estrutura fundiária do estado está concentrada, apesar de ter tido uma alteração no período pesquisado, está menos concentrada que o Brasil (0,87 mais ou menos) e indo no sentido oposto, ficando menos concentrada com uma pequena diminuição, ou seja, houve uma desconcentração, mesmo que pequena. Analisamos que esta diminuição está relacionada a alguns fatores, como o fracionamento das grandes propriedades e transformação em médias propriedades e a desapropriação de grandes propriedades e sua transformação em assentamentos rurais, conforme estudo realizado pelo professor e pesquisador Ramos Filho (2012).

O estudo da evolução da política de assentamentos rurais no período compreendido entre 1992 e 2012, a partir do DATALUTA, nos revela que foram criados 213 assentamentos de reforma agrária, que reformou 180.805 ha e beneficiou 9.709 famílias de trabalhadores rurais sem terra. Por sua vez, a partir do governo neoliberal, em 2001, a incorporação do instrumento de crédito fundiário na arrecadação de terras, atingiu 657 famílias mutuiárias que compraram, mediante financiamento bancário, 28.728 hectares de terras, distribuídas em 657 empreendimentos. O resultado da política de assentamentos rurais no estado de Sergipe revela a (re)criação de 10.366 famílias camponesas, territorializadas em 209.533 hectares, dispostos em 870 assentamentos rurais nas diferentes microrregiões de Sergipe. A extensão territorial sob posse deste campesinato, já expressa 21,32% da área total declarada pelo setor da pequena agricultura em Sergipe. A criação de assentamentos. (RAMOS FILHO, 2012, p. 10).

Na análise do autor, a luta pela terra é um elemento central na dinâmica fundiária, e destaca que em Sergipe possui 10.444 famílias que conquistaram a terra, sendo 213 assentamentos pela reforma agrária e 657 assentamentos pelo crédito fundiário. Para o autor a conquista da terra depende de um conjunto de fatores. “Depende da correlação de forças na sociedade, dos movimentos do capital, das lutas dos trabalhadores e das medidas de política priorizadas pelos governos em cada momento histórico.” (RAMOS FILHO, 2012, p. 11).

Concordando com a afirmação de Ramos Filho (2012), a criação de assentamentos no caso brasileiro é resultado de uma combinação de fatores que envolve os dois polos opostos, as forças do latifúndio, ou seja, as forças do capital *versus* forças pró-reforma agrária, e do projeto da agricultura camponesa. Nesta disputa, o Estado cumpre um papel fundamental e historicamente atuou para a formação e manutenção da estrutura fundiária altamente concentrada, porém, os camponeses historicamente lutaram para ter garantido o direito a terra

para morar e viver. Esta afirmação fica mais concreta quando voltarmos a analisar o caso do município de Cristinápolis.

O município tem a presença de algumas organizações camponesas, como o MST, que possui 3 assentamentos rurais no município. O MST iniciou o processo de territorialização em Sergipe em 1987 e Cristinápolis é um dos municípios que tiveram as primeiras conquistas de terras no estado através do MST. Os Assentamentos são Vitória do São Roque, com 30 famílias; Vinte e Sete de Abril, com 57 famílias; e Luiz Alberto Messias, com 140 famílias (sendo o segundo maior acampamento do estado do Sergipe). Com efeito, há um total de 227 famílias assentadas por intermédio das lutas construídas pelo MST. E acampamentos rurais possuem 2, sendo eles: Hora Boa, com 30 famílias; e o Vinte e Cinco de Outubro, com cerca de 400 famílias, totalizando 430 famílias acampadas lutando pela conquista da terra.

Outra instituição representativa dos agricultores é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que tem como membros diversas famílias, sendo filiado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Sergipe (FETASE), fundada em 18 de junho de 1962. O sindicato é a organização dos pequenos agricultores mais antiga do município de Cristinápolis. Segundo Genilsom, membro do sindicato desde 1989, e atualmente seu secretário agrário, agrícola e meio ambiente, entre as primeiras lutas do movimento sindical, foi a luta pela reforma agrária, por exemplo, com a desapropriação da Fazenda Taquari e a criação do assentamento São Francisco com 51 famílias, isso em 1987. Hoje o sindicato possui um quadro de sócios de 3 mil pessoas, com cerca de 500 pessoas ativas.

Há dois anos o MCP iniciou a construção de suas lutas no estado de Sergipe e um dos municípios em que o movimento se estabeleceu foi Cristinápolis. O objetivo deste movimento é de organizar as famílias camponesas que já possuem terra, promovendo entre os camponeses e camponesas o incentivo de produzir alimentos saudáveis, o resgate e a reprodução de sementes crioulas e lutar por direitos sociais como água, moradia e programas de comercialização, buscando fazer com que as famílias tenham melhores condições de vida na terra. Assim, o MCP pretende contribuir para sua resistência contra a concentração das terras nas mãos do agronegócio.

B) Ocupação

2.3 Ocupação territorial e expropriação indígena

Esta análise refere-se a Cristinápolis e o estado de Sergipe, onde teve uma grande presença de povos originários há séculos, antes da chegada dos portugueses no Brasil. Os povos originários procuraram viver em lugares com melhores condições de sobrevivência. Segundo relatos do livro *Uma história do povo de Sergipe* (RISÉRIO, 2010), o rio São Francisco parece ter sido o grande fator de atração e o eixo de distribuição migratória das mais antigas populações que viveram em Sergipe. “O Rio São Francisco, que em seu curso médio atravessa um grande território de caatinga, transformou-se em um eixo referencial para os grupos indígenas do interior, permitindo a subsistência em todas as estações do ano.” (RISÉRIO, 2010, p. 35).

Então, os povos originários procuravam desenvolver suas vidas e comunidades às margens dos rios, onde tinham água, pesca e frutos o ano inteiro. E já falando dos povos originários de Cristinápolis que ficaram afastados da região que fica o rio Francisco, estes ficaram nas proximidades dos rios Urubás de Cima e Urubás de Baixo, os quais passam em Cristinápolis.

Segundo entrevista com JJ, uma camponesa de 70 anos, moradora de uma das comunidades camponesas mais antigas de Cristinápolis, chamada Pasto Velho, sobre a história do município e seus primeiros habitantes, ela identifica índios e caboclos, e que os brancos, como ela se refere, chegaram em terras estranhas, em terras que tinham donos e dividiram as terras, dando um pedaço de terra em lugares menos produtivo, sem água para os índios, os verdadeiros donos.

Aqui tinha muitos caboclos, índios e tinha uns donos aí que os matavam, encontrava eles nos pés de jaca. Eu já era casada com Daniel [nome do seu esposo] e a gente ia visitar meu pai e tinha aquelas taperinha dos índios [lugar onde os índios moravam], até cachimbo a gente encontrava, na Mata do Urubu era falada, meu tataravô se encantava com essa mata. Vieram do sul um casal de índio enganado nos navios, Cristinápolis era a velha chapada dos índios, porque quem fundou foi os índios, ali onde é o Banese [Banco do Estado de Sergipe] hoje, era o prédio de madeira de taipa do capitão João da Barba que era o chefe dos índios, por aqui tudo eles trabalhavam. Quando vieram os homens brancos, para dividir deram o pedaço de terra ali no taquari o pedaço de terra mais ruim para eles, aí o capitão dizia, quando os homens falaram, era pra nós dizer ou tudo ou nada. (JJ, 2017).

Ao observar a fala de JJ, percebe-se que sua vida e a vida do lugar se misturam. Isso demonstra o quanto os sujeitos sociais carregam marcas dentro de si e do território onde vivem, sendo neste caso impossível falar da história do município sem considerar a sua história de

vida ou falar da sua vida sem deixar de mencionar a história daquele território. De certa forma, observa-se que a sua memória traz uma experiência que representa anos e anos de história.

Era prática dos povos originários séculos atrás escolher de lugares próximos à água para sobreviverem. Este fato ainda continua sendo referência para grupos e populações que vivem na/da terra. Escolher locais que possuem nascentes, rios, córregos é fator determinante para as populações camponesas até mesmo para a escolha de assentamentos rurais. A água é essencial para a sobrevivência familiar, dos animais e produção de alimentos. Isto é observado logo no começo, quando inicia o processo de luta pela conquista da terra. E no processo de disputa de territórios, entre camponeses e agronegócio, os territórios mais disputados são os que possuem abundância em água, entre outros bens naturais, como minérios. Os objetivos são bem diferenciados: de um lado, os que disputam determinado lugar para viver, ter condições para produzir alimentos; do outro lado, os que objetivavam de ter altos lucros.

Santos (2014) faz referência à presença das culturas Aratu, Tradição Aratu, Tupi Guarani, povos Kiriri, por volta dos séculos XVI e XVII:

É cogitada a hipótese das terras sergipanas terem sido ocupadas por dois grupos culturais distintos: Tradição Aratu e Tupiguarani, este último ao que acredita, habitou em regiões sergipanas em um período posterior aos grupos Aratu, onde as datações apontam para uma ocupação por volta dos séculos XVI e XVII. (SANTOS, 2014, p. 25).

Risério (2010, p. 43) aponta a existência de uma diversidade de povos originários, sendo Boimés, Karapotós, Aramurus, Kaxagós, Xokós, mas era predominante a presença dos Tupinambás, reinando ao longo de toda a fachada atlântica sergipana. Para o autor, não há como negar a presença dos povos originários no espaço geográfico que hoje constitui o estado sergipano, e que assim como os demais povos originários do Brasil, tinham seus costumes, suas maneiras próprias, seus modos de vida, suas línguas. “Ainda hoje há no Brasil mais de cem línguas indígenas sendo faladas e cerca de mais de cento e cinquenta povos com estilos de vida próprios, suas visões de mundo, seus mitos e ritos.” (RISÉRIO, 2010, p. 43).

A colonização é disputa por territórios, e nesta disputa existiram fortes conflitos, de um lado, os povos originários, os verdadeiros usuários das terras e, do outro, os colonizadores, os que visavam apropriação das terras, e além de querer as terras queriam que os povos originários fossem seus escravos. Tentar mostrar que os pioneiros foram os colonizadores, e não os colonizados, é uma forte contradição e isto não acontece somente em Cristinápolis, mas constituiu-se em muitos outros lugares do Brasil e América Latina como

sendo uma prática histórica desde o início da conquista espanhola e portuguesa, como bem caracteriza Galeano (2015) no livro *As veias abertas da América Latina*.

É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e suas capacidades de trabalho e de consumo, os recursos naturais e recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo. (GALEANO, 2015, p. 18).

O histórico de ocupação de uma fração do território brasileiro em análise ajuda na compreensão multiescalar deste processo na América Latina. O município de Cristinópolis e região tiveram formas diferentes de uso dos bens naturais em especial terra e água, isto ilustra bem que existe uma dinâmica social de ocupação e disputa do território, e o fato de atualmente (CRISTINÓPOLIS, 2017) o modelo hegemônico de agricultura/cultivo ser da laranja na forma de monocultura concentrada. Isso não significa que não seja possível construir um rearranjo territorial numa perspectiva camponesa, uma vez que o processo de ocupação e uso não é natural, e sim resultado de um processo social histórico. Outro aspecto a ser considerado é o elemento ideológico e simbólico usado pelas forças hegemônicas locais como forma de tentar legitimar uma lógica e interesses de classe nos locais, uma vez que é justamente no lugar que se materializa a lógica sistêmica.

Para melhor compreensão dos períodos que marcam a história de Cristinópolis, sistematizamos as informações de forma cronológica, conforme a tabela 3.

Tabela 3: Períodos históricos de Cristinópolis – SE

Período	Acontecimento
Antes de 1500	Ocupação indígena;
1500	Chegada dos portugueses;
1575	Fase acirrada, os indígenas das regiões vizinhas fugiam dos avanços sanguinários dos europeus para a Chamada dos índios que era um local de esconderijos;
1882	A chapada dos Índios foi elevada a categoria de Vila Christina;
1938	A Vila Christina foi elevada a categoria de Cidade e manteve o mesmo nome;
1944	Houve a mudança de nome da cidade de Vila Christina para Cristinópolis.

Fonte: elaborado pela autora (2017).

O município de Cristinópolis era, há muito tempo, chamado Chapada dos Índios, devido aos povos originários terem sido os primeiros habitantes desta terra.

Observa-se ainda que na região muitos chamam os primeiros habitantes colonizadores de caboclos. Segundo depoimentos de moradores da região, a Chapada era o lugar de fuga para os povos originários que estavam sob ameaça de escravidão nas beiras do rio Real e do rio Piauí. Estes lugares foram onde se teve os processos de colonização mais rigorosos. Os municípios vizinhos, como Tomar do Geru, Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba, eram regiões de origem das fugas e a Chapada era onde os povos se refugiavam após as fugas.

Oliveira (2010) escreve em seu livro *Cristinápolis, conta, canta e celebra sua história* que houve um forte acirramento na região, por volta de 1575.

A fase mais acirrada do povoamento da região ocorreu por volta de 1575 com a chegada dos silvícolas que fugiam dos avanços sanguinários dos europeus. Sendo assim, o local se transformou numa espécie de mocambo que acolhiam os gentios oriundos de Tomar do Geru, Santa Luzia e Indiaroba. Todos se refugiavam na Chapada e impulsionavam ao seu modo, o processo de desenvolvimento do grupo social que ali aos poucos se formava. (OLIVEIRA, 2010, p. 38).

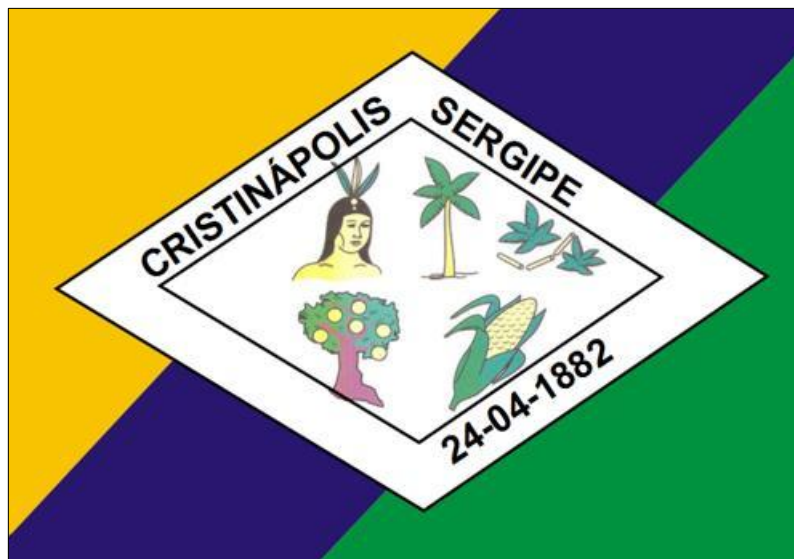
Observa-se que a considerada Chapada dos Índios, nome este que carregava as características locais e todo um processo histórico de cultura e identidade dos povos que tinham suas verdadeiras origens nesta terra e passou a ser denominada Vila Christina. Isso aconteceu em 1882, na véspera do final da monarquia. Este nome tinha a representação do processo de colonização, ou seja, desconsiderava o nome que representava as populações originárias daquele local e afirma ao denominar Vila Cristina o processo que negava, explorava e escravizava os povos originários.

Já em 28 de março de 1938, após 56 anos, a Vila foi elevada à categoria de cidade, porém manteve o nome de Christina. O nome de Cristinápolis foi dado em 1944 e a mudança foi autorizada por um interventor federal, o Coronel Augusto Maynard Gomes.

O que se observa é que ainda hoje (2018) é possível perceber alguns traços culturais da cultura dos povos originários e também muitos traços culturais dos colonizadores, mesmo que sejam aparentemente poucos, como: festejos culturais que ocorrem todos os anos, danças, comidas típicas, as noites de São João e de São Pedro que não passam em branco e sempre com muita comemoração e o Santo Padroeiro de Cristinápolis que é São Francisco de Assis.

Inclusive, a própria bandeira do município de Cristinápolis (Figura 1) traz ilustrada a figura dos povos originários, o pé de coco da Bahia, o milho, o pé de laranja e a folha do fumo, que são as principais produções do município de Cristinápolis.

Figura 1: Figura da bandeira de Cristinápolis – SE



Fonte: Cristinápolis (2017).

As cores da bandeira¹ possuem as seguintes representações: o verde simboliza a esperança verdejante da riqueza agrícola e renovação da vida, o amarelo simboliza o sol, a nobreza a fé e sabedoria de pioneiros colonizadores, o azul simboliza a justiça, zelo, lealdade e sentimento religioso, e o branco simboliza a paz de um povo ordeiro e pacífico.

Nota-se que as cores da bandeira trazem uma valorização aos pioneiros colonizadores, pela fé e sabedoria por terem colonizado estas terras, e as cores simbolizando a justiça, lealdade, paz de um povo ordeiro e pacífico. Isto claramente mostra o interesse em apagar a memória de um município que foi conquistado pela ação violenta dos colonizadores, portanto, este processo não se fez de forma pacífica, sem conflitos, sem mortes.

Enfim neste início do primeiro capítulo tentamos trazer um pouco da geo-história de Cristinápolis, na tentativa de trazer os principais marcos deste território que está sendo pesquisado, considerando a necessidade de conhecer o processo histórico, lutas, contradições, conquistas e derrotas, bem como a dinâmica dos que nos antecederam. Na perspectiva de conhecer melhor o passado para ter a capacidade de fazer uma leitura mais apropriada da dinâmica do atual momento, seja nos aspectos das disputas de territórios, como também como estas disputas se materializa na vida do campesinato, da juventude e dos diversos sujeitos que compõem e constroem este território.

¹ Disponível em: <<http://cristinapolis.se.gov.br/bandeira-do-municipio/>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

2.4 Campesinato e agronegócio: as disputas por territórios

Ao discutir a disputa territorial do agronegócio com a agricultura camponesa é fundamental abordar alguns conceitos, antes mesmo de levantar elementos e caracterizar esta disputa, pois são definições que estão atreladas umas às outras e todas elas nos ajudam na interpretação da materialização desta disputa por territórios e nos territórios entre camponeses e agronegócio.

Sempre ao fazer referência ao agronegócio é indispensável ter a compreensão de que este é uma forma de fazer agricultura baseado nos princípios capitalistas, de apropriação e exploração dos bens da natureza, terra, água, seres humanos, pensando exclusivamente no lucro, no retorno rápido, sem considerar o tempo da natureza. Como diz Mészáros (2009, p. 3): “O sistema do capital, como um modo de controle reprodutivo societário, deve seguir a qualquer custo sua própria lógica, correspondente a suas determinações estruturais objetivas.” E como o agronegócio é o capitalismo no campo ele não possui limites e dentro da sua estrutura há a existência de enormes contradições.

Traremos de início as definições de capitalismo e alguns elementos sobre seu funcionamento, tendo compreensão do capitalismo como modo de produção e formação social. Logo adiante, abordaremos a definição e o papel que o Estado burguês cumpre em um modo de produção capitalista, pois o que vem acontecendo com a agricultura na atualidade é o resultado de uma lógica e a fase do capitalismo contemporâneo que não tem limites em escala mundial.

É fundamental se compreender o modo de produção capitalista, suas características, lógica de funcionamento, fase atual e suas implicações com a agricultura, uma vez que há uma relação entre ambos. Para Henry Bernstein (2011).

Como capitalismo quero dizer um sistema de produção reprodução baseado numa relação social fundamental entre capital e trabalho: o capital explora a mão de obra em busca de lucro e acumulação, enquanto a mão de obra tem de trabalhar para o capital para obter seus meios de subsistência. (BERNSTEIN, 2011, p. 5).

Parte-se da compreensão que a sociedade já passou por diversos modos de produção, como: comunidade primitiva, modo de produção asiático, escravismo e feudalismo e com isso aponta que o capitalismo não foi o primeiro modo de produção e poderá não ser o último, pois cada modo de produção foi fruto daquele período histórico que a sociedade viveu. Para o Cepis (2011):

O capitalismo dividiu as pessoas em duas classes fundamentais, com interesses opostos. De um lado, estão os trabalhadores que só tem a força do braço para vender, em troca de um salário que mal dá para viver. Do outro lado, estão os proprietários das indústrias, dos bancos, das terras, dos meios de comunicação, das ferramentas de trabalho, ou seja, os donos do capital. Esses capitalistas usam e exploram os trabalhadores para produzir mercadorias e obter lucros. Com tais lucros, além de viverem com muito luxo, os burgueses melhoram suas fábricas, máquinas e outros meios de produção, para explorar mais trabalhadores, produzir mais mercadorias e conseguir mais lucros. (CEPIS, 2011, p. 39).

Isso demonstra que o processo de exploração do trabalhador está na essência do capitalismo, que dividiu a sociedade em classe, de um lado os exploradores e do outro os explorados e a exploração do trabalhador é o que garante a reprodução do capital.

Outra referência sobre o capitalismo é a definição de Gorender (2002) que dialoga bastante com o momento que a sociedade está vivendo:

Defino o capitalismo como modo de produção em que operários, assalariados, despossuídos de meios de produção e juridicamente livres, produzem mais valia; em que a força de trabalho converte em mercadorias, cuja oferta e demanda se processam nas condições da existência de um exército industrial de reserva; em que os bens de produção assumem a forma de capital, isso é, não de mero patrimônio, mas de capital, de propriedade privada destinada à reprodução ampliada sob a forma de valor, não de valor de uso, mas de valor de mercado. (GORENDER, 2002, p. 16).

O modo de produção capitalista não foi uma escolha ou dado por consenso, mas uma imposição das forças da classe dominante. Portanto, já surge com suas atrocidades como explica Karl Marx (2015).

O capitalismo nasce espirando sangue por todos os poros, sangue vertido pela nascente classe trabalhadora. Que teve que ser obrigada - ou iria parar na força - a vender sua força de trabalho para os patrões capitalistas emergentes. Não existia a atual 'cultura do trabalho', onde o maior desejo de um trabalhador para não morrer de fome é ser, ao final de contas, escravizado ('fichado'). Ninguém queria trabalhar em manufatura fabril; as pessoas viviam do próprio trabalho. Trabalhavam por conta própria seja no campo – estavam ligados à terra – seja nas cidades. Nenhum trabalhador considerava natural funcionar como mercadoria viva. (MARX, 2015, p. 13).

Na sociedade contemporânea o modo de produção determinante é o capitalismo em que o mesmo é repleto de contradições e conflitos pois, o que faz ele se reproduzir são as contradições como: a subordinação que é exposta os trabalhadores, a existência ainda do trabalho escravo, os que vendem sua força de trabalho e produz a mercadoria e consequentemente gera o lucro para o patrão e o valor que lhe é pago é insuficiente para viver dignamente ou seja, a divisão do trabalho é social, porém a apropriação do resultado do trabalho é individual.

O modo de produção capitalista é aquele em que a contradição fundamental do modo de produção é a contradição entre o caráter social da produção e a forma privada de apropriação, e em que a contradição fundamental de classes se verifica entre operários, assalariados e capitalistas. (GORENDER, 2002, p. 21).

Sustentar este modelo de sociedade baseado na exploração responsável por gerar desigualdade, pobreza e riqueza, conflitos de todas as ordens, violência, inúmeras contradições, por isso também surgem organizações e lutas, seria inviável sustentar este modelo de sociedade sem um aparato, sem um instrumento para apaziguar as lutas de classes, por isso ao surgir a sociedade capitalista surge concomitantemente o Estado.

Outro autor que traz as funções que faz o Estado surgir é Vladimiro Lenin (1917), ao afirmar que o Estado é um produto de certa fase do desenvolvimento de uma sociedade, uma sociedade de interesses antagônicos e fortes contradições internas, e o Estado surge para que esta sociedade não se autodestrua.

O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior a sociedade. Não é, tampouco, ‘a realidade da ideia moral’, a imagem e a realidade da razão como pretende Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade embarçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas para que essas classes antagônicas, com interesses econômicos contrários, não se entre devorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade com o fim de atenuar o conflito nos limites da ‘ordem’. Esta força que sai da sociedade, ficando porém, por cima dela se afastando cada vez mais, é o Estado. (LENIN, 1917, p. 14).

Nesta mesma perspectiva de compreensão da origem e natureza do Estado na sociedade dividida em classes sociais antagônicas, Rosa Luxemburgo (2015) afirma que:

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu no seio do conflito entre elas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. (LUXEMBURGO, 2015, p. 202).

Ao analisar a origem e natureza do Estado como parte constituinte do modo de produção capitalista, afirmamos que o Estado sempre cumpriu e continua a cumprir um papel fundamental e estratégico para a constituição, fortalecimento e sustentação do mesmo.

É muito claro que a expansão e consolidação do capitalismo no campo, o denominado agronegócio, faz parte de uma estratégia mundial do sistema capitalista e que tem na atualidade um foco de atuação na América Latina. Nos últimos períodos surgiram várias informações de que comunidades camponesas, quilombolas, indígenas e tantos outros povos

do campo estão sob ameaças, sendo expulsos de seus lugares de vida, estão sendo violentados por defender seus territórios frente a expansão do agronegócio.

Mondragón (2008) diz que na Colômbia possuem mais de 41 milhões de habitantes, destes cerca de 10 milhões vivem no campo, sendo indígenas, afros e camponeses, destes em média de três milhões e meio foram expropriados com violência. Segundo Mondragón (2008):

O acordo do governo com os grupos paramilitares e as leis aprovadas nos últimos meses tendem a megalizar e eternizar o gigantesco espólio territorial feito. Não é a primeira vez que isso acontece na Colômbia. Entre 1946 e 1958 foram desalojados de suas terras dois milhões de camponeses e 200 mil pessoas foram assassinadas. Durante a febre da borracha, 50 mil indígenas desapareceram na Amazônia. (MONDRAGÓN, 2008, p. 121).

Para o autor, o processo de expropriação do campesinato é uma projeção acobertada desde muito tempo por uma ideologia que nega as possibilidades da economia camponesa e o vê como obstáculo para o desenvolvimento.

Já na Argentina não é diferente, segundo Teubal (2008, p. 143), um decreto de isenção de 1991 trouxe mudanças institucionais na política agrária do país, a partir deste período foi eliminado de forma radical a série de órgãos que existiam desde os anos 1930, como a Junta Nacional de Grãos, Junta Nacional da Carne, Direção Nacional da Açúcar, os quais tinham como finalidade regular as atividades agropecuárias, mantendo preços protegidos. A partir desde momento a economia agrária transformou-se em uma das atividades mais desreguladas do mundo, sujeita como nenhuma outra às variações da economia mundial. Estas e outras medidas a partir de 1990 contribuem para o desaparecimento de inúmeras explorações agropecuárias, principalmente aquelas com menos de 200 hectares. Teubal (2008) argumenta que:

Frente à grande expansão do negócio da soja, começa a se notar certa morosidade na aplicação destas leis e de outras que, originalmente, teriam tido a finalidade de proteger os ocupantes camponeses e comunidades indígenas. Faz-se pressão para a expulsão dos camponeses do campo já ocupados por eles há muitos anos, e esta provocou inúmeros atos de violência e o Estado, de forma deliberada, começa a favorecer o modelo da soja. (TEUBAL, 2008, p. 145).

No Brasil não é diferente, em todas as suas regiões vê explicitamente as disputas territoriais entre agronegócio e camponeses acontecendo. A expansão do agronegócio tem se manifestado em diferentes culturas, sendo as principais: soja, cana-de-açúcar, eucalipto, algodão, laranja entre outras. As culturas são distintas, mas o que existe em comum entre todas as regiões são as disputas por territórios, a expulsão, o empobrecimento do campesinato, a subordinação do campesinato, o uso intensivo de agrotóxicos, defensivos agrícolas,

sementes transgênicas, a destruição da fauna e da flora, pois estes fazem parte da sua lógica, está na sua gênese.

Estevão (2014) definiu o agronegócio como sendo um contexto novo com algumas particularidades, sendo uma delas a integração dos setores produtivos, como: agropecuária, indústria e serviços, como argumenta:

O conceito de agronegócio é relativamente novo no contexto da agropecuária mundial e traz consigo algumas particularidades. Em primeiro lugar, o agronegócio considera a agricultura e a pecuária como atividades eminentemente mercantis, ou seja, voltadas para o mercado. Leva em conta que a agropecuária pode (e deve) ser negócio lucrativo e não apenas atividade de subsistência ou mera sobrevivência do homem no campo. Em segundo lugar, o significado de agronegócio é bastante amplo e abrange diversas etapas, tanto na produção, como na transformação e no consumo de bens agropecuários. Por último, a concepção de agronegócio não dissocia setores produtivos (agropecuária, indústria, serviços) mas, pelo contrário, considera-os de forma associada, levando em conta a participação de cada segmento no produto final agropecuário. (ESTEVÃO, 2014, p. 2).

Nos últimos anos o avanço do agronegócio tem se mostrado cada vez mais como um modelo excludente, incorporando as tecnologias sem efetivação de direitos trabalhistas e sociais, com o discurso de sustentabilidade, mas também de degradação da biodiversidade e sem cumprir uma função social. No *Dicionário da Educação do Campo* (LEITE; MEDEIROS, 2011), os autores do verbete “agronegócio” argumentam que o “[...] termo agronegócio tem um sentido amplo e também difuso, associado cada vez mais ao desempenho econômico e à simbologia política, e cada vez menos às relações sociais que lhe dão carne, uma vez que opera com processos não necessariamente modernos nas diferentes áreas e regiões por onde avança a produção monocultora.” (LEITE; MEDEIROS, 2011, p. 83).

Segundo um ideólogo do setor do agronegócio, Marcos Sawaya Jank, é uma falácia dizer que o agronegócio opõe a agricultura camponesa, pois segundo ele o agronegócio nasce no melhoramento genético de plantas e animais e termina no consumo dos produtos finais: alimentos, bebidas, roupas, produtos da celulose e da borracha etc.

E neste contexto, a integração às cadeias do agronegócio tornou-se uma condição de sobrevivência para os produtores agropecuários, sejam eles grandes ou pequenos, corporações ou famílias, proprietários ou assentados, o mesmo ainda afirma que a pequena agricultura familiar é parte fundamental do agronegócio, e o mais interessante não é o tamanho das propriedades em si, mas sim a sua gestão e sustentabilidade. Para o autor não há confrontação de modelo de produção, mas sim migração, evolução, inovação e integração. (JANK, 2017, p. 1).

É interessante que o autor coloca a integração ao agronegócio, tanto das grandes corporações, quanto dos camponeses como uma condição de sobrevivência e que não existe confronto entre o agronegócio e agricultura camponesa. E inclusive Sonia Mendonça (2013) faz uma análise de que nesta ideia de todos os segmentos sociais do campo brasileiro

deveriam fatalmente inserir neste modo de produção sugere que o autor vê este processo como uma fatalidade, como um movimento natural e irreversível, quando na verdade isto é fruto das contradições que marcam a dinâmica do modo capitalista de produção no Brasil, que tem sua origem histórica no período colonial e por isso não constituem um processo natural e inevitável.

Já a Via Campesina² define o agronegócio brasileiro como sendo:

Aqui no Brasil, a expressão foi utilizada pelos fazendeiros, por intelectuais das universidades e, sobretudo, pela imprensa para designar uma característica da produção no meio rural. Eles denominaram de agronegócio aquelas fazendas modernas, que utilizam grandes extensões de terra, que se dedicam à monocultura, ou seja, que se especializaram num só produto, utilizam alta tecnologia, mecanização, às vezes irrigação, pouca mão-de-obra, e por isso falam com orgulho que conseguem alta produtividade do trabalho, com baixos salários, com uso intensivo de agrotóxicos, com uso de sementes transgênicas e, na maior parte dos casos, produzem para a exportação, em especial, cana-de-açúcar, café, algodão, soja, laranja, cacau, e fazem pecuária intensiva. (VIA CAMPESINA BRASIL, 2005, p. 25).

É este modelo de produção que combate o campesinato, que combate a produção de alimentos saudáveis que cada vez mais tem se fortalecido e intensificado no Estado brasileiro e disputado territórios com as comunidades camponesas.

De um lado está o agronegócio e de outro lado está o campesinato, ambos em disputa por territórios com objetivos diferenciados. Já mencionamos alguns conceitos referentes ao agronegócio e iremos decorrer em como alguns estudiosos definem o campesinato.

O campesinato representa o modo de vida mais antigo da sociedade, depois dele mudaram-se os modos de produção, surgiram inúmeras categorias e ofícios, muitas desapareceram e ele continua a existir e fazer história. As visões sobre o campesinato são as mais diversas, uma mais romantizada/apaixonada, outros com leitura crítica e de denúncia sobre a constante ameaça que os camponeses vivem na disputa com o modelo hegemônico. Nesta pesquisa não há a pretensão de fechar o debate, mas dar a contribuição por entender a importância, e ao mesmo tempo reafirmar o papel que o campesinato cumpre e o quando é relevante pensar a sucessão do mesmo, assim como sua recriação e nova criação. Afirma-se

² A *Via Campesina* é um movimento internacional autônomo, pluralista, e multicultural sem nenhuma filiação política ou econômica, que surge em defesa da agricultura sustentável como forma de promover a justiça social e dignidade além de se opor fortemente as multinacionais do agronegócio que estão destruindo os bens naturais e as pessoas. Em virtude dessas pautas reúne hoje milhões de camponeses, pequenos agricultores, estudantes, sem-terra, povos indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas de todo o mundo. A *Via Campesina* é considerada hoje em dia um dos principais atores dos debates acerca da alimentação e das questões agrárias e agrícolas. É ouvida por instituições como a FAO e pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, além de ter grande reconhecimento entre os movimentos sociais locais e mundiais. Atualmente a *Via Campesina* reúne 164 organizações locais e nacionais em 73 países da América, África, Ásia e Europa. O que representa em sua totalidade cerca de 200 milhões de pessoas envolvidas com suas causas. Disponível em: <<https://feab.wordpress.com/via-campesina-e-msp%C2%B4s/>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

que o campesinato continua tendo uma função fundamental na sociedade nos aspectos ecológico, econômico, cultural e político. É impossível imaginar a existência da sociedade sem a presença deste sujeito.

Os camponeses (em movimento) têm contrariado os prognósticos sobre o seu desaparecimento e têm desafiado, com sua recriação contraditória, intelectuais, militantes, mediadores, para não mencionar setores autoritários da sociedade, pois sua rebeldia, por vezes silenciosa, por vezes ruidosa, envolve a luta pelo controle de frações do território, o que supõe a diminuição do poder de extrair renda pelos setores hegemônicos da sociedade. É isto que mexe com as estruturas de poder a ponto de desencadear diversas formas de repressão, das mais sutis às mais violentas. (PAULINO; FABRINI, 2008, p. 7).

Corroborando com debate sobre o futuro e ou fim do campesinato, Bernstein (2011) apresenta um conjunto de questões para reflexão:

O fim do ‘camponês’, ou lavrador em pequena escala ou familiar, foi anunciado – e arduamente contestado – em vários lugares e em épocas diferentes, há dois séculos ou mais. É contestado em termos empíricos: aconteceu ou não? Onde? Até que ponto? É contestado em termos analíticos: o fim do campesinato é necessário para o desenvolvimento econômico moderno? E, portanto, é uma coisa boa ou ruim? (BERNSTEIN, 2011, p. 103).

São questões que ficam em aberto para se seguir acompanhando, pesquisando, e assim contribuir com o debate teórico sobre o campesinato e sua existência. Pode-se não ter uma resposta definitiva sobre seu futuro, seu papel e função, porém, é categórica a sua importância como sujeito coletivo para o conjunto da sociedade.

Já mencionamos que este debate conceitual é de uma larga literatura que permite compreender como no processo histórico todo este arcabouço conceitual foi sendo construído e um primeiro autor que queremos trazer seu pensamento sobre o campesinato é Kautsky (1986), considerado um clássico neste debate, define o camponês como pequeno, com mão de obra da família.

Vende produtos agrícolas, mas não empregam assalariados, senão em pequeno número, por vezes algum camponês que não seja capitalista, mas simples produtor de mercadorias. Este é um trabalhador que não vive da renda que traz sua propriedade; vive do seu trabalho [...]. Ele necessita da terra como meio de transformar o seu trabalho em garantia de sua existência e não para a obtenção de lucro ou renda fundiária. Posto que o resultado de sua produção lhe reembolse as despesas e também lhe pague o trabalho investido, ele terá a sua condição de existência garantida. (KAUTSKY, 1986, p. 151).

Para Oliveira (1995), os camponeses estabelecem uma relação contraditória que ao mesmo tempo que podem ser considerados fora da lógica capitalista, acaba sendo funcional ao sistema, uma vez que o capital acaba se apropriando de sua renda.

Na agricultura, esse processo de subordinação das relações não-capitalistas de produção se dá, sobretudo pela sujeição da renda da terra ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura; ele agora apropria-se dela, transformando-a em renda capitalista da terra. E neste contexto que devemos entender a produção camponesa: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital. (OLIVEIRA, 1995, p. 67).

Ianni (2016) diz que:

O campesinato representa um modo de vida, um modo de organizar a vida, uma cultura, uma visão da realidade, representa uma comunidade. E é o fato de que o campesinato constitui um modo de ser, uma comunidade uma cultura, toda uma visão de trabalho, do produto do trabalho e da divisão do produto do trabalho que fez dele uma força relevante. Isto é, que o coloca como uma categoria que mostra para a sociedade, não simplesmente uma participação política, uma força, mas também um modo de ser. Aponta e reaponta continuamente outra forma de organizar a vida. (IANNI, 2016, p. 63).

Shanin (2008), que tem vários estudos sobre o campesinato, diz que:

Uma das principais características do campesinato é o fato de que ele corresponde a um modo de vida, a uma combinação de vários elementos e não de algo sólido e absoluto e que começamos a entender realmente o que ele é porque, se procurarmos uma realidade fixa, não vamos encontrar isso no campesinato. (SHANIN, 2008, p. 34).

Conforme colocado para os diversos autores, o campesinato é uma diversidade, estudá-lo é compreender que eles são vários, realidades e modos de vida diferenciados, cultura e identidade diversas. Isto explica porque existe tanta resistência de sua parte, são homens, mulheres, jovens que possuem dentro de si modos de viver e de ser.

Por fim no que se refere ao conceito de campesinato, destaca-se a definição de Fernandes (2004). O autor compreende o campesinato como um exercício político e que a resistência do campesinato é uma característica histórica, cultural e política.

O camponês é compreendido por sua base familiar. Pelo trabalho da família na sua própria terra ou na terra alheia, por meio do trabalho associativo, na organização cooperativa, no mutirão, no trabalho coletivo, comunitário ou individual. A base familiar é uma das principais referências para delimitar o conceito de campesinato. Em toda sua existência essa base foi mantida e é característica fundamental para compreendê-la. (FERNANDES, 2004, p. 3).

Na definição de Fernandes (2004), há elementos fundamentais para a compreensão do sentido de ser camponês, e este conceito está carregado de questões que reforçam o quanto a cultura e a identidade são valores caros às populações camponesas, e ao afirmar que a resistência do campesinato traz em si uma característica cultural, demarca que as populações camponesas possuem uma forte identidade entre a terra, a família, os modos de ser e viver.

Neste sentido, o trabalho exercido pelos(as) camponeses(as) é carregado de elementos culturais, como: terra, família, alimento, costumes, valores, pertencimento e identidade. Na

agricultura camponesa o trabalho e a vida se misturam, não se separa a vida do trabalho e o seu trabalho está dentro, bem dentro de sua vida, o trabalho faz parte da vida diária e se interliga diariamente no tempo e no espaço da existência coletiva.

São estes dois projetos que estão em constante disputa, de um lado, os camponeses, e, do outro lado, o agronegócio, as chamadas disputas de projetos, entre o campesinato e o modelo hegemônico do agronegócio. São projetos antagônicos que têm a disputa pelos territórios como questão central. Isto está dentro de uma lógica, a existência de um se submeter na existência do outro, pois na medida que existem avanços para o campesinato, existem retrocessos para o agronegócio e existindo avanços para o agronegócio afeta diretamente o campesinato. Esta disputa acontece a todo o momento e em cada território existe uma dinâmica de disputa distinta. Seguem abaixo imagens ilustrativas dos projetos que disputam a agricultura.

Estes projetos de agricultura se confrontam pelas diferenças política, ideológica e econômica que existem desde sua essência até sua materialização nos territórios. Então, ao distinguir territórios da agricultura camponesa, devemos nos referir ao lugar onde existem homens, mulheres, crianças, juventude, lugar de viver, de tirar o sustento da família, obter renda, lugar que existem diferentes saberes, cultura, escola, produção de alimentos, diversidade de produção e trabalho familiar. E quando nos referimos a território do agronegócio refere-se ao monocultivo, grande extensão de terras, exploração dos trabalhadores, um padrão tecnológico excludente, concentrador, as pessoas são substituídas por máquinas, como bem demonstra nas figuras anteriores, os dois projetos são antagônicos.

Enquanto a agricultura camponesa tem seu território para viver e produzir alimentos, os empresários do agronegócio querem transformar esses territórios em espaços de especulação, de monocultivos, promovendo alta lucratividade para multinacionais fornecedoras de insumo, visando produtividade elevada, transformando o campo em empresa, pois o modelo hegemônico do agronegócio atua em escala mundial, impõe uma lógica do capital no campo que é a de ganhar mais em menos tempo, desconsiderando o tempo e a dinâmica da natureza e ao implantar esta lógica gera um conjunto de contradições e um forte desequilíbrio na natureza.

E esta disputa vem ganhando força e cada vez mais espaço, assim como Fernandes (2008) diz:

Temos então uma disputa territorial entre capital e campesinato. As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, onde se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento. Territórios camponeses e territórios capitalistas como

diferentes formas de propriedades privadas disputam o território nacional. (FERNANDES, 2008, p. 6).

Esta disputa de projetos de campo e de agricultura em nosso país, cada vez mais fica explícita e ela tem uma dinâmica que é a luta de classes. Fernandes (2008) ainda afirma que “[...] uma classe não se realiza em territórios de outra classe. Por essa razão, os territórios do agronegócio e os territórios camponeses e indígenas são distintos.

De um lado está o projeto hegemônico do agronegócio (modelo da morte de todas as formas de vida) procurando avançar com dois movimentos combinados. O primeiro ocorre com controle da terra, solo e subsolo nas formas de compra ou de subordinação cujo objetivo é aumentar a área de produção agrícola, principalmente da cultura da soja, cana-de-açúcar, pecuária, soja e, no caso de Cristinápolis, a laranja, e ainda o subsolo com a exploração mineral e controle da água, inclusive, como diz Gonçalves (2016, p. 195): “Minérios, água, fertilidade do solo e força física dos trabalhadores, são exauridos do território nacional e drenados para o mercado mundial, deixando para trás rastros de espoliação e esgotamento.”

O Estado cumpre a missão de abrir espaço e assegurar as condições de reprodução ampliada do capital, o que fica evidente com o afrouxamento nas legislações ambientais e do trabalho, além das redefinições na legislação minerária (com o Novo Código da Mineração). A aprovação do novo Código Florestal, por exemplo, atendeu as demandas do capital mundializado associadas aos interesses de setores empresariais e às elites agrárias e urbanas brasileiras. (GONÇALVES, 2016, p. 195).

O segundo movimento é o aumento da produtividade com uso intensivo de insumos, principalmente do pacote agroquímico e de agrotóxicos, além da intensificação de técnicas e tecnologias, principalmente, com uso de máquinas que vão substituindo o trabalho humano. Segundo a cientista indiana Shiva (2013):

O modelo do agronegócio é apenas uma forma de se apropriar do lucro dos bens agrícolas, mas ele não resolve os problemas do povo. Tanto é que aumentou muito a produção, poderíamos inclusive abastecer 12 bilhões de pessoas [quase o dobro da população mundial], mas, no entanto, temos 1 bilhão de pessoas que passam fome todos os dias, sendo 500 milhões delas camponesas que vivem no meio rural e que tiveram seu sistema de produção de alimentos destruído pelo agronegócio. (SHIVA, 2013, p. 2).

Do outro lado, estão as comunidades camponesas em seus territórios, que têm uma história de vida, que têm culturas, saberes, que produzem alimentos, que se preocupam com o meio ambiente. É o projeto que permite desenvolver técnicas de aumentar a produtividade e a produção sem a destruição da biodiversidade e, como diz Shiva (2013, p. 2), veem os alimentos “[...] como síntese da energia necessária que os seres humanos precisam para

sobreviver, a partir do meio ambiente em que vivem, recolhendo essa energia da fertilidade do solo e do meio ambiente.

Já para Carvalho (2015), a agricultura camponesa possui uma centralidade:

A centralidade da prática camponesa é a oferta continuada e diversificada de alimentos para a sociedade brasileira e para a exportação. Alimentos saudáveis ‘in natura’ e beneficiados. Sua racionalidade reside não apenas na oferta de alimentos saudáveis para a população brasileira como no garantir a reprodução social de sua família pela renda que auferir. Essa racionalidade camponesa se realiza numa prática produtiva em plena harmonia com a dinâmica da natureza, respeitando-a e aprimorando-a sempre que possível e necessário. (CARVALHO, 2015, p. 8).

E a realidade do estado do Sergipe não é diferente. O avanço do capitalismo no campo se deu no sul sergipano e os investimentos e incentivos governamentais na produção da laranja, foi fundamental, possibilitando ainda mais o processo de expansão e monopolização da citricultura fazendo com que o sul sergipano e o litoral norte da Bahia representem a segunda maior região produtora de laranja para suco do país, perdendo apenas para São Paulo, que é o maior produtor e exporta cerca de 80% do total que produz como suco concentrado. Mas em outras regiões do Sergipe tem se intensificado o plantio da cana-de-açúcar, do milho, do eucalipto, sob a lógica do agronegócio.

Neste tópico tentamos trazer o processo de disputa em os projetos de agricultura, de um lado, o agronegócio e suas representações e, do outro lado, a agricultura camponesa e o que a representa. Em seguida, vamos discutir questões mais específicas sobre o agronegócio da laranja, pois quando nos referimos ao estado de Sergipe, vamos deparar com a principal cultura que é cultivada pelos camponeses e também pelo agronegócio, tentando trazer as contradições e os impactos na vida dos camponeses e camponesas.

2.5 Agronegócio da laranja: as contradições e impactos na vida do campesinato no município de Cristinápolis

A cultura da laranja é originária das regiões tropicais e subtropicais do continente asiático e levado para o norte da África e posteriormente na Idade Média, para o sul da Europa. Foi disseminada nas Américas na era dos descobrimentos, tendo hoje seus pomares mais produtivos no Brasil, Estados Unidos da América, México, China e África do Sul (SERGIPE, 2015).

Essa cultura foi introduzida no Brasil pelos colonizadores portugueses a partir de 1540, expandindo-se por toda a região costeira e para o interior, a partir do momento em que

o processo de conquista territorial se concretizava e permaneceu até o século XIX como cultura de consumo interno com as primeiras exportações do “produto in natura” ocorrendo no início do século XX (SERGIPE, 2015).

Conforme dados do IBGE (2010), estima-se que o País possua algo em torno de 1 milhão de hectares plantados com uma produção estimada de 19 milhões de toneladas de frutos, com destaque para as regiões Sudeste, com 81,5%, Nordeste, com 10,4% da produção nacional, e as regiões Sul, Norte e Centro-Oeste correspondendo por 5,8%, 1,4% e 0,8% desta produção.

Segundo Santos (2003), a famosa laranja-da-Bahia é de 1800, as primeiras mudas de laranja da região encontravam-se na Bahia e começaram a ser cultivadas no Recôncavo Baiano. Nos anos 1920, espalhou-se para o centro sul de Sergipe e somente nos anos 1960 se configura como cultura comercial, já possuindo 960 hectares plantados. Nas décadas de 1970 e 1980, o cultivo da laranja continuou se expandindo e incorporando-se a diversos espaços agrícolas nos municípios da região. Ainda para Santos (2003), a partir dos anos 1980 o capital agrário intensifica a apropriação dos espaços nordestinos para além das regiões do Recôncavo Baiano e do Centro-Sul de Sergipe, expandindo em direção ao Litoral Norte da Bahia e o município de Neópolis em Sergipe.

Segundo Welch e Fernandes (2008), a consolidação do agronegócio brasileiro da laranja aconteceu em 1980 e a partir de 1990 houve uma verticalização da produção, diminuindo a participação do campesinato citricultor e de citricultores capitalistas no processo produtivo. Os autores citam que em São Paulo passou de aproximadamente 25 mil citricultores para em torno de 9 mil. E com isso intensificou a expansão dos laranjais das empresas processadoras, aumentando ainda mais seus poderes políticos e econômico.

Para Oliveira (2011), a partir dos anos 1970 a cultura da laranja passou a ser a lavoura que mais impulsionava lucro, favorecida pelo mercado externo de suco concentrado, principalmente com a instalação em Estância das indústrias de suco concentrado, como o caso da Frutene, e mais adiante, em 1984, a Frutos Tropicais. Com estas novas instalações na região teve uma valorização maior da produção laranja, fazendo com que houvesse uma expansão maior dos pomares e com isso a diminuição de produção para a subsistência. A indústria teve um papel importante tanto para os grandes e médios produtores, quanto para os pequenos produtores de laranja.

Atualmente existe na região sul duas indústrias, sendo elas a Maratá Sucos do Nordeste Ltda., localizada no município de Estância, que possui cadastro na junta comercial do estado de Sergipe desde 12 de maio de 2000 e ocupa a área em que funcionou a Frutene. O

processamento de frutas vai além da cultura da laranja, como: abacaxi, maracujá, acerola, goiaba; e a Tropfruit do Nordeste S/A, localizada na BR 101, Distrito Industrial de Estância, com cadastro na junta comercial do estado de Sergipe desde 2 de fevereiro de 1988. Esta indústria começou a operar na cidade de Estância no início de janeiro de 2000.

Segundo o documento *Estudo das condições de saúde e dos ambientes de trabalho na citricultura do estado de Sergipe* (SERGIPE, 2015), o estado de Sergipe é um dos maiores produtores de citros, com uma área cultivada de 56.369 hectares, produzindo 821.940 toneladas e rendimento médio de 14.581 Kg/ha. Isso representa 5,5% da área colhida e 4,6% da produção nacional, concentrando grande parte da produção nos municípios de Boquim, Pedrinhas, Lagarto, Riachão do Dantas, Salgado, Arauá, Itabaianinha, Umbaúba, Tomar do Geru, Cristinápolis, Estância, Itaporanga D'Ajuda, Indiaroba e Santa Luzia do Itanhi, considera-se que 80% dos estabelecimentos citrícolas possuem áreas inferiores a 10 hectares.

O mesmo documento revelou que Cristinápolis tem aproximadamente 6.152 ha de área plantada com citros, respondendo por 14,4 da produção estadual, situando em terceiro lugar dentre os 7 municípios citado acima.

Segundo a Secretaria de Estado da Agricultura (Seagri), Sergipe ocupa a quarta posição no *ranking* nacional da laranja do País; ao todo, 14 municípios da região centro-sul sergipana compõem o polo produtivo. Para o secretário de Agricultura do Estado, Esmeraldo Leal, Sergipe continua batendo recorde na exportação:

Apesar da crise internacional do setor de citricultura, Sergipe continua batendo recorde na exportação. Nesse sentido Sergipe é destaque no país, principalmente no nordeste. Um aspecto interessante de Sergipe, é que nossa a produção é bem distribuída entre pequenos, médios e grandes produtores. Diferentemente de São Paulo que, por exemplo, a produção é concentrada na mão de poucas pessoas. (G1 SE, 27 fev. 2017).

Para o secretário da Agricultura, a expectativa é que houvesse aumento da produção da laranja em 2017, com previsão que para o Nordeste tivesse um aumento de 40% da produção. O secretário esclarece ainda que a seca afetou a produção em 2016, mas, para 2017, a previsão era de chuvas regulares.

Constatou-se, conforme a observação do secretário de Agricultura, que a produção de laranja em Sergipe é bem distribuída entre pequenos, médios agricultores e grandes produtores. Porém, apesar da produção, o trabalho e a distribuição entre as terras dos pequenos e grandes, o que não é distribuído é o resultado final, visto que os que lucram com a produção de laranja são os grandes produtores e o campesinato mais uma vez fica com o

trabalho precarizado de produzir laranja em suas terras e também de ser a mão de obra utilizada na produção e colheita da laranja das grandes propriedades.

Na análise de Welch e Fernandes (2008), existe uma relação entre o campesinato e agronegócio da laranja nos Estados Unidos e Brasil, e que o campesinato em ambos territórios vem sendo marginalizado do processo produtivo da agricultura da laranja. Os autores fazem uma conceituação de como consideram e diferenciam camponeses citricultores e citricultores capitalistas.

Consideramos camponeses citricultores os produtores familiares que utilizam predominantemente o trabalho dos membros da família, cujo número tem que ser maior que o número de trabalhadores assalariados, com exceção para os períodos de colheita. Consideramos citricultores capitalistas, evidentemente, os produtores familiares ou não que usam predominantemente o trabalho assalariado. Portanto, definimos campesinato como os produtores que utilizam predominantemente o trabalho familiar e não exclusivamente. (WELCH; FERNANDES, 2008, p. 3).

Nesse sentido, o campesinato é utilizado pelo agronegócio como um instrumento para aumentar seus lucros, pois eles são responsáveis por uma parte importante da produção da fruta que fica em total controle da indústria, ou seja, são excluídos da possibilidade de ter renda, deixando o sem perspectiva dentro do agronegócio da laranja.

E nesta disputa territorial, os camponeses aos poucos vão perdendo suas terras, sentindo-se enfraquecidos e pressionados em suas propriedades, perdidos no meio das grandes extensões de terras, sem tecnologias apropriadas, com pouca renda, pouca mão de obra, sem acesso às políticas que deem condições de estruturar sua unidade de produção, sem acesso às políticas que lhe deem direitos básicos de qualidade de vida para a família, o que os levam a se enxergarem como insignificantes no meio deste desenvolvimento desigual do capitalismo no campo.

Na pesquisa de campo, ao conversar com a juventude camponesa e também com camponeses e camponesas sobre esta disputa de territórios que acontece na região sul do estado, especialmente em Cristinápolis, surgiram vários depoimentos que podem contribuir para uma melhor análise do que significa na prática o campesinato ir perdendo suas terras:

Se as terras tivessem nas mãos dos fracos era lucro, por que no tempo que todo mundo tinha seu pedacinho de terra aqui, não faltava o de comer. Aqui tinha mais gente no campo, tinha mais roça, mas a metade vendeu suas terras. Antes tinha mais fartura, tinha manga de fartura, jaca, hoje em dia tem uns pezinhos de manga quando não bota, tem que comprar manga na feira, banana ainda tem uns pezinhos, mas quem não tem seu pezinho de banana tem que comprar na feira. (JRL, 2017).

Bom, muita gente não saia daqui, muita gente sai porque não tem mais terra. (EON, 2017).

Era melhor, porque a gente tinha onde trabalhar, daí tinha terra pra produzir, como a gente não tem, somos obrigados a trabalhar com quem tem. (JDM, 2017).

Aqui era muito bom quando o povo tinha mais terras, porque tinha muitas terras suficientes para trabalhar, agora as terras estão nas mãos do grande, agora só tem laranja. A outra coisa é que o latifundiário produz para vender lá fora e os camponeses produzem para vender aqui. (RLO, 2017).

A terra que os camponeses têm é pouca para sustentar a família. (LSS, 2017).

A falta de terra é um problema para nós, era bom demais se a gente voltasse a ter terra, ia ter muito plantio, muito cultivo. (VJSE, 2017).

Estas entrevistas ilustram que há um processo de expropriação camponesa e que o campesinato tem sido desterritorizado pelo grande monocultivo da laranja, ao mesmo tempo vamos deparar com a criação de vários assentamentos fazendo ocorrer o processo de desterritorização do latifúndio e a territorialização de camponeses através da luta pela terra e reforma agrária que é tencionada com o projeto do monocultivo e a concentração de terras. , com isso podemos dizer que a disputa territorial é dinâmica, ao mesmo tempo que tem camponeses perdendo suas terras, tem camponeses travando lutas para a conquista de terra. Ao se observar as colocações que os entrevistados trazem em seus relatos, percebe-se que se referem sobre várias consequências que a territorialização do capital acarreta na vida não somente das populações camponesas, mas também na população das cidades, sendo elas: a diminuição de camponeses(as) no campo, a diminuição da produção camponesa tanto para o consumo familiar, quanto para o abastecimento da população local com alimentos saudáveis, como bem referiu RNO (2017): “O latifundiário produz para vender lá fora e os camponeses produz para vender aqui.”

Portanto, isto desperta tantas outras questões que serão abordadas melhor mais a frente sobre as contradições e consequências do avanço do agronegócio da laranja no sul sergipano. Por isso que, ao referir no tema disputa de territórios, está se trazendo para o debate algo complexo e que estas disputas estão acontecendo cada vez mais aceleradas, impactando e expropriando o campesinato tanto em Cristinápolis, na região sul do Sergipe, quanto em demais espaços do Brasil e do mundo.

Acrescenta-se ainda que o campesinato tem resistido a esta disputa territorial, mesmo em condições de exploração de sua força de trabalho, de colocar suas terras a serviço do capital, de colocar a força da mão de obra a serviço do capital, mas ainda boa parte dos camponeses ainda estão com suas unidades de produção, e tem resistido, e um dos elementos que compõem esta resistência é a produção de uma diversidade de alimentos.

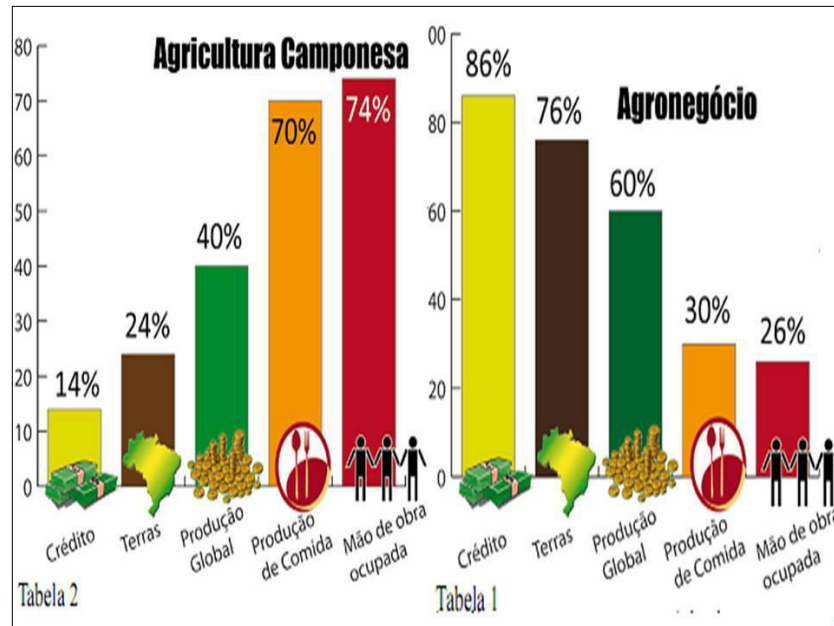
Por isso, nas páginas seguintes descrevem-se as consequências que o agronegócio tem gerado para as comunidades camponesas, para a juventude, para os cristinopolenses, sempre

tentando fazer um diálogo com questões locais, regionais, nacionais e internacionais. O grande desafio aqui é compreender que o agronegócio da laranja que atua em Sergipe é fruto de um plano de desenvolvimento do capitalismo que ultrapassa as fronteiras do Nordeste, do Brasil e da América Latina.

2.6 O agronegócio e a desigualdade social no campo

O modelo do agronegócio aprofunda e acelera a desigualdade e as contradições no campo, ele é desigual e excludente, como já discutimos anteriormente, o agronegócio é o capitalismo no campo. Esse sistema se reproduz através da exploração dos camponeses, da juventude camponesa, da mão de obra dos trabalhadores, então, se ele explora, é porque ele exclui. Não é possível nos territórios o agronegócio se desenvolver e as comunidades camponesas também desenvolverem-se, os dois projetos não se misturam e por não se misturarem é inviável os dois conseguirem se expandir em um mesmo território, então se o campesinato se fortalece, resiste, organiza, produz alimentos em diversidade, em quantidade, com qualidade, isso enfraquece o agronegócio. Da mesma forma, se o agronegócio começa avançar em um determinado território, expulsa o campesinato, inicia o processo de produção em grande escala, com uso abusivo de agrotóxicos, inicia o processo de exploração de mão de obra barata. Isto enfraquece o campesinato daquele território, significando que um projeto nega o outro, em que de um lado o agronegócio nega o campesinato e de outro campesinato nega o agronegócio. E o resultado desta desigualdade se materializou em Cristinápolis pela territorialização do agronegócio da laranja conforme já apresentamos.

Então quando referimos que o desenvolvimento do capitalismo no campo é desigual, estamos fazendo referência ao agronegócio que possui grandes extensões de terras, altas tecnologias, apoio do estado ou através de políticas de investimentos. Tratando-se de investimentos, um exemplo bem clássico é o Plano Safra 2016/2017, no qual a agricultura familiar teve 30 bilhões de reais de investimentos considerados recordes, enquanto para agronegócio o investimento foi de 202,88 bilhões de reais. Tal exemplo mostra claramente a importância e o papel que o Estado cumpre, tanto para fortalecer um projeto, quanto para enfraquecer o outro projeto.

Gráfico 1: Agricultura camponesa *versus* agronegócio

Fonte: <<http://blogprog.com.br/blog/agricultura-camponesa-e-agronegocio-um-comparativo-grafico-esclarecedor>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

O gráfico demonstra de forma didática os dois modelos que disputam territórios: de um lado, a agricultura camponesa, que está em seu controle somente 24% das terras, e lhe é destinado apenas 14% de créditos, mas é responsável por 40% da produção global, 70% da produção de comida e 74% da mão de obra; e, do outro lado, está o agronegócio, que controla 76% das terras, 86% dos créditos, mas é somente por 60% da produção global, 30% da produção de comida e 26% da mão de obra ocupada. Os dados apontados mostram que a agricultura camponesa é o modo de produção mais viável.

Outro exemplo é com relação às aprovações de leis a favor das multinacionais, liberação de transgênicos, de agrotóxicos, entre outros que mostra claramente que o Estado, ao fazer tais ações, está fortalecendo ainda mais a desigualdade e excluindo homens e mulheres do campo, ao passo que viabiliza o agronegócio inviabiliza a agricultura camponesa.

Ao olhar para o território de Cristinápolis constata-se cerca de 1.350 unidades de produção camponesa, composta por camponeses pobres, a maioria deles possuem cerca de 5 tarefas de terra, que corresponde a pouco mais que 1 hectare de área com estrutura precária, seja de moradia, seja sem acesso aos meios de tecnologias de produção, na maioria das vezes, sem acesso a transporte, tanto para o deslocamento das famílias, quanto para o deslocamento da produção. Do outro lado estão as grandes extensões de terras que, segundo relatos, são dois grandes latifundiários que possuem 80% das terras agricultáveis do município. Isso não teria outro nome a referir que não fosse extrema desigualdade e exclusão do campesinato visto a

concentração de riqueza no meio a tanta pobreza, como já apontamos logo no início do capítulo, que a disputa de território acompanha o processo histórico desde a desterritorialização dos primeiros povos que habitavam neste território e que todas as formas de disputa territorial trás intrínseco o conflito.

Inclusive Silva (1982) coloca para o debate e destaca a palavra desigual e excludente como as características desse desenvolvimento, primeiro que foi uma construção profundamente desigual, seja por região, seja por produto, tipo de lavoura, tipo de cultura, tipo de produtor, principalmente aqueles produtores mais pobres tiveram menos acesso a crédito, aquisição de insumos, máquinas, equipamentos. Isso faz apresentar graus menores de evolução de produtividade. E a outra característica é que foi também profundamente excludente. Por conseguinte, Silva (1982) considera que:

O desenvolvimento na agricultura é uma corrida. O que estou dizendo é que nesta corrida nem todos partiram do mesmo ponto; partiram de pontos diferentes; alguns já estavam mais a frente do que os outros e, pior do que isso, além de já partirem em vantagem, alguns partiram de moto, outros de avião, e alguns partiram a pé. Ao longo desse processo, desses 30 anos de caminhada, foi ficando pela estrada a grande maioria daqueles que partiram a pé, dos que partiram de tração animal, dos que partiram com o trabalho da família, dos que partiram sem créditos etc. Ou seja, esse processo foi profundamente excludente, de modo que também a modernização foi um processo brutal de concentração da produção, de concentração da renda e de geração, de outro lado, da sua face a miséria. O desenvolvimento capitalista se fez gerando profundas riquezas, concentrando riquezas e concentrando, do outro lado, miséria. (SILVA, 1982, p. 165).

O processo de subordinação é quando o campesinato passa a depender do agronegócio para continuar como camponeses, isso acontece em um determinado momento do processo do avanço do capitalismo no campo, é o processo onde o campesinato passa a ter o agronegócio como o patrão, o que manda, o que dita as regras para o subordinado, nesse caso aqui os subordinados seriam os camponeses. Este processo é tão complexo que faz os camponeses, aqueles que historicamente foram os verdadeiros donos da terra, sentirem-se altamente estranhos ao próprio território e altamente dependentes do agronegócio. Muito deles não conseguem ver a presença camponesa, a continuidade da agricultura sem a presença do agronegócio da laranja, o que parece incrível, e não acontece só no sul de Sergipe, onde existe o agronegócio aparecem esta e tantas outras contradições, mas isto foi uma construção, isto ainda é uma construção, que é dada pela indústria cultural, pelas forças políticas locais, que enaltece o agronegócio, colocando-o no topo como o responsável pelo desenvolvimento, pelo movimento na economia e por todo o processo tecnológico que o município passa a ter. Isso é colocado como o desenvolvimento regional, como progresso, como quem veio e retirou todo o atraso e toda a pobreza.

Existem algumas reflexões, bem pertinentes, que reforçam essa análise de que o convívio da agricultura camponesa com o agronegócio é de elevada exploração. Para Carvalho (2015), a convivência dos camponeses com o capital, numa sociedade de classes e com elevada desigualdade social, se concretiza pela subalternidade camponesa às diversas frações do capital. Portanto, é uma convivência que pressupõe, como condição historicamente inexorável na sociedade capitalista, que os camponeses aceitem como normal a transferência parcial da renda e da riqueza por eles obtidas para as empresas capitalistas rurais e ou urbanas com que se relacionam direta ou indiretamente. E mesmo com esta subalternidade o campesinato ainda persiste em seus territórios e continua fazendo sua reprodução social mesmo que precária.

É interessante que muitos camponeses, a própria juventude camponesa percebem esse processo de subordinação, desta dependência que existe e que surge a partir de dois principais elementos: as terras que são pequenas, que é quase impossível a família conseguir se manter somente com a renda vinda da sua terra, isso sem falar da juventude, se a terra já não dá para o pai e a mãe obter a renda para cobrir as despesas familiar, imaginem o que sobra para juventude, se não for procurar as lavouras de laranja para assalariar-se. Outro elemento é em relação à produção camponesa da laranja, boa parte dos camponeses utilizam suas terras para plantar laranja, ou seja, deixam de plantar outros alimentos e produz a laranja. Não é ruim os camponeses produzirem laranja, mas os preços que os camponeses recebem por estas laranjas é muito baixo e, na tentativa de buscar renda para a sobrevivência da família, se veem obrigados a trabalhar no monocultivo da laranja.

Portanto, destacam-se alguns depoimentos de jovens e camponeses a partir das entrevistas realizadas, que contribuem para analisar melhor como os camponeses e a juventude percebem-se no convívio com o monocultivo de laranja.

O município de Cristinápolis se quiser um trabalho só tem a laranja, então no meu ver se tiver outros cumprimentos era melhor, mais ninguém vai lutar contra isso, um sozinho não vai lutar. (JRL, 2017).

O povo vive hoje da laranja, quando acaba fica tudo sem dinheiro. (DO, 2017).

O trabalho com a laranja é muito complicado, mas é o que a gente tem aqui. Renda mesmo é pouco e ainda corre o risco de vida, com tanto veneno que agente passa a conviver. (JEO, 2017).

Tem uns aqui que acham que a vida dos camponeses melhorou com estas plantações de laranja, eu não vejo melhora em nada, vejo é as coisas piorando, o povo adoecendo e o dono das fazendas ai, só bem de vida. (MP, 2017).

Frente às entrevistas feitas aos jovens e camponeses que trabalham na colheita da laranja é possível apontar alguns elementos, como: a falta de alternativas de trabalho ou vai para a laranja ou passa necessidades. Há uma compreensão por parte dos camponeses que trabalhar no agronegócio não é a melhor opção, mas não existindo outros meios e quem precisa acaba indo para os laranjais. Outro elemento é que às vezes nem a laranja tem, existem períodos do ano, principalmente com as tamanhas estiagens que o Nordeste e Sergipe têm vivido, tem diminuído as produções e inclusive tem afetado também o negócio da laranja e às vezes tem períodos do ano que não tem colheita.

E nesse sentido, Oliveira (2013) destaca que antes da produção melhorar a vida dos agricultores, provocou sua subordinação, isso é percebível na hora em que o preço da laranja é ditado pelos atravessadores e, é claro, combinado com a indústria.

A monopolização da terra com a produção da laranja antes de significar melhoria para os pequenos produtores provocou sua subordinação ao capital. Embora a proposta da modernização do campo anunciasse como propósito a melhoria do pequeno produtor, antes de significar sua melhoria constata-se que este está subordinado ao capital através do mercado. Os atravessadores articulados com os proprietários industriais monopolizam a venda ditando os preços do produto. (OLIVEIRA, 2013, p. 4).

As geógrafas Conceição e Kolming (2001) têm clareza que o monopólio da produção de laranja tornou os camponeses reféns:

O monopólio da produção de laranja tornou os pequenos produtores fornecedores de laranja sem, contudo permitir a competitividade de mercado. O pequeno produtor, não sendo capitalista, não tem interesse na obtenção da taxa média de lucro, desta forma ele oferece produtos a preço relativamente baixos. Esta condição favoreceu a consolidação capitalista no campo pela subordinação do trabalho camponês para o capital, que passa a ter como garantia um baixo custo da força de trabalho e de salários, permitindo uma maior taxa de lucro. (CONCEIÇÃO; KOLMING, 2001, p. 1).

A leitura que Welch e Fernandes (2008) trazem apresenta uma compreensão teórica da agricultura, indústria e mercado da laranja.

O campesinato é estudado como sujeito que contribui e é eliminado por um determinado modelo de desenvolvimento econômico da agricultura da laranja. Essa contribuição-contradição-destruição é mais bem compreendida quando a análise considera que o campesinato não é parte integrante do agronegócio. Ele é subalterno a este modelo de desenvolvimento pelo fato de não possuir poder para impor outro modelo na correlação de forças com o capital. (WELCH; FERNANDES, 2008, p. 164).

Para os mesmos autores, o capital controla todos os sistemas do complexo e utiliza o campesinato no sistema agrícola como os responsáveis pela produção de uma boa parte da fruta, sob total controle da indústria. Esta subordinação do campesinato pelo agronegócio da laranja é nítida no município de Cristinápolis e isso reforça que a exploração do capitalismo

na agricultura acontece em todas as escalas do território – mundial, nacional, regional e local – com o mesmo objetivo de apropriar-se da renda do campesinato.

Enfim, as disputas territoriais acontecem desde o momento em que a produção de citros torna-se uma cultura comercial, de lá até os dias atuais isto tem aumentado, principalmente com a velocidade que o modelo do agronegócio tem avançando em nível mundial nos últimos períodos e isto intensifica ainda mais o processo de subordinação do capital aos camponeses.

2.7 A utilização de agrotóxicos e os riscos na saúde humana, a contaminação dos alimentos e destruição das águas, da terra, da agrobiodiversidade

É impossível falar do modelo dominante de agricultura, que tem como objetivo central o lucro das grandes corporações do agronegócio e dos grandes proprietários de terras sem referirmo-nos aos riscos à saúde humana, sem falar da contaminação dos alimentos, da água, do ar e da destruição da agrobiodiversidade. O agronegócio é fruto da *modernização conservadora*, e o seu funcionamento é baseado no uso intensivo de insumos químicos, principalmente os agrotóxicos, com isso envenenam os alimentos, os trabalhadores que têm contato com estes insumos químicos, as águas, as terras, o ar e todas as formas de vida.

O agronegócio não se preocupa com os malefícios que sua produção está causando à saúde das pessoas e muito menos as consequências ambientais, não faltam dados em qualquer região do país e outros países em que os agrotóxicos estão envenenando as pessoas e isso acontece devido às enormes contradições que existem dentro do agronegócio. Algumas dessas contradições são: a produção de uma única cultura em grande escala, a chamada monocultura, que exige o uso abusivo de diversos agrotóxicos, e se não usar diminui a produção, mas não se faz agronegócio com pouca produção e estes agrotóxicos contaminam os alimentos que são produzidos. Além disso, antes de chegar naqueles alimentos os agrotóxicos já contaminaram os(as) trabalhadores(as) que tiveram contato com estes produtos na indústria, depois eles contaminam o(a) trabalhador(a) que é responsável por aplicar o veneno na plantação, ou os(as) trabalhadores(as) que vão fazer a colheita as laranjas e, finalmente, contamina a família ao ter contato com este(a) trabalhador(a).

Em se tratando de pulverização aérea, o veneno ainda consegue atingir uma distância mais prolongada como as nascentes, e as chuvas lavam a terra, levando todas as impurezas para córregos, rios, represas e poços, o que contamina todos que fizerem uso daquela água, sejam pessoas, sejam animais. Contamina a terra, pois quanto mais agrotóxico utilizar, mais

será sugada toda a fertilidade da terra e aquela terra maltratada não consegue dar uma boa produção sem aplicação de mais agrotóxico.

Figura 2: Trabalhadores e trabalhadoras chegando às lavouras para colher laranja



Fonte: elaborado pela autora (2017).

Não podíamos deixar de fazer referência a Revolução Verde³ e que essa foi efetivada no Brasil no período em que o país vivia o golpe de 1964. Foi a partir deste período que cada vez mais aumentou o uso dos agrotóxicos, não somente o uso pelas grandes corporações do agronegócio, mas também pelos(as) camponeses(as), pois as práticas camponesas foram deslegitimadas, desconstruídas, foi uma imposição, e todos os saberes que existiam, de uma hora para outra virou símbolo de atraso. E o novo é que era bom, e o melhor era o moderno, era os fertilizantes industriais, as novas técnicas, o centro de tudo era isso, o desenvolvimento da agricultura, de lá para cá o Brasil foi só aumentando o consumo de agrotóxico. Segundo *El País*, nas notícias de 30 de abril de 2015, em 2008 o Brasil ocupou o *ranking* mundial de consumo de agrotóxico do mundo. Enquanto nos últimos 10 anos o mercado mundial deste setor cresceu 93%, no Brasil esse crescimento foi de 190%, isso de acordo com os dados divulgados pela Agência Nacional Sanitária (Anvisa).

³ A revolução verde foi concebida como um pacote tecnológico, insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terras, conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica de valorização do progresso. Este ciclo de inovações, cujo objetivo foi intensificar a oferta de alimentos, iniciou-se com os avanços tecnológicos de valorização do aumento da produtividade agrícola por meio de uma tecnologia de controle da natureza de base científico-industrial, a fim de solucionar a fome do mundo, visto que na época se considerava a pobreza, a e principalmente a fome como um problema de produção. (PEREIRA, 2012, p. 185).

Conforme dados do Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) (CARNEIRO et al., 2015), no segundo semestre de 2010 e no primeiro semestre de 2011, o mercado nacional de venda de agrotóxicos movimentou 936 mil toneladas de produtos, sendo 833 mil toneladas produzidas aqui no País e 246 mil toneladas importadas. Logo, segundo um estudo da Abrasco baseado em informações disponibilizadas pela Anvisa, cada brasileiro consumia em média cerca de cinco litros de venenos agrícolas por ano, isso ainda referente ao ano de 2012. Claro que setores do agronegócio não deixariam passar em branco dados como esse, esclarecendo a população sobre os riscos dos agrotóxicos na saúde, e logo a revista Veja, em 22 de outubro de 2015, criticou dados da Abrasco e Anvisa, fazendo referência que:

É falso afirmar que o brasileiro ingere ou bebe as substâncias. Herbicidas, por exemplo, são aplicados no começo do plantio, bem distante da época de colheita e da parte comestível das plantas. Além disso, um prazo de carência (o tempo entre a última aplicação do produto e a data da colheita) evita que substâncias perigosas terminem no prato dos consumidores. (NARLOCH, 2017).

Em 2015, três anos depois este número teve aumento, passando de 5 litros de veneno por habitantes para 7,5 litros de veneno por habitante por ano, isto segundo Instituto Nacional do Câncer (INCA) em entrevista na Carta Maior (NARLOCH, 2017).

Os dados apresentados ajudam na compreensão de que existem comprovações científicas que os agrotóxicos causam males à saúde, não somente humana, mas de todos os seres, como também representa uma ameaça à água, ao ar e à fertilidade da terra. Existe uma estimativa que o mundo perde quase 4 milhões de hectares por ano, tudo isso devido à utilização dos venenos e gigantescas máquinas do agronegócio. Outro especialista em questões relacionadas à saúde e que tem dedicado suas pesquisas sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde e no ambiente, é o médico e professor Wanderley Pignatti. Em uma entrevista na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), ele esclarece algumas questões sobre o uso dos agrotóxicos, dizendo o seguinte:

Primeiro vai para os alimentos. Ele vai para a planta e depois ele vai sair para os grãos. Uma parte vai para a água, atinge o lençol freático e depois sai na água que a gente está bebendo. Uma parte evapora, vai para o ar e atinge quilômetros de distância. Outra parte, inclusive, condensa na chuva, vai para outros animais, quer dizer, contamina o solo. Nos humanos, vai para o sangue e a urina, vai para o tecido gorduroso. (BRASIL..., 2015, [s.p.]).

É complexo de compreender, mas o que ajuda nesta leitura são as consequências na saúde do povo brasileiro, cada dia são detectadas novas doenças, inúmeras pessoas com câncer. Neste sentido, destaca-se a colocação de Neto (2017), um dos camponeses de Cristinápolis que teve participação na pesquisa de campo, ele faz referência sobre os perigos dos agrotóxicos.

Pra mim é uma bomba mundial, agrotóxico mata, gera muita doença, os médicos estão sem saber o que faz inventando nomes de doenças, de uma doença só os médicos faz dez. Sabe por que? Porque quando eu era pequeno minha mãe tinha um purrão, eu abanava e descia as cabeças de prego, a gente bebia água eu, minha mãe, minha irmã e meu pai, nunca tivemos dengue, nunca tivemos microcefalia, nunca tivemos aquela Zica vírus. E hoje o que a gente chamava de cabeça de prego, hoje gera meio mundo de emprego no Brasil e meio mundo de gente procurando esses insetos dizendo que gera quatro doenças, até as cabeças das crianças esta ficando menor por causa dessa microcefalia, então eu acho isso uma bomba, pra mim é um negócio incrível. (EON, 2017).

Tais colocações contribuem para mostrar que existe uma preocupação muito grande com as consequências que vem surgindo, tais preocupações são tanto dos camponeses, quanto dos movimentos sociais, de vários especialistas do mundo que estão preocupados com o futuro da humanidade e do planeta. E recentemente as populações das cidades estão percebendo o quanto os alimentos produzidos em grande escala estão contaminados por diversos venenos e estão optando pelos alimentos produzidos pelos camponeses e alimentos agroecológicos.

E sabe-se que hoje o agronegócio está em toda parte e em cada região deste imenso País, o agronegócio tem se territorializado com determinadas culturas, seja soja, algodão, eucalipto, milho, entre outras. E no estado de Sergipe, além do milho, do eucalipto, a cana-de-açúcar, o carro-chefe da região sul do estado é o monocultivo da laranja, que, como já referenciado, é produzida pelos(as) camponeses(as) em pequena escala e pelos grandes fazendeiros em grande escala. Como já citado anteriormente, o estado de Sergipe possui uma área de 56.369 hectares em cultura da laranja, os pomares tem como principais tratamentos os controles químicos, com o uso de venenos agrícolas, mecânico através de gradagem e roçadeiras manuais, para o controle de pragas e ervas e as podas para eliminação de galhos secos e alguns brotos, e os plantios de algumas culturas intercaladas aos pés de laranja quando a planta está ainda nova.

Segundo o livro de *Estudo das condições de saúde e dos ambientes de trabalho na citricultura do estado de Sergipe* (SERGIPE, 2015), as doenças que causam danos às plantas e frutos, podendo levar até a morte ou às vezes a erradicação dos pomares, tem várias causas, como vírus⁴, fungos⁵ e bactérias⁶. Com relação às pragas, podem ser pulgões preto, verde e marrom; tripses; cochonilhas verde, parda, branca, cabeça de prego, escamas, vírgula e farinha;

⁴ Tristeza, sorrose, lempros.

⁵ Golose, rubelose, melanose, verrugose, fumagina.

⁶ Cancro cítrico.

ácaros da ferrugem, leprose e da gema, vermelho e branco; besouro da raiz; cigarrinhas; moscas brancas; lagartas; aranha do fogo, do tronco, o fruto e verde; caracóis e formigas.

A tabela 4 expõe os agrotóxicos mais utilizados na citricultura do sul sergipano no ano de 2016, segundo dados levantados por Teixeira, Batista e Santos (2016).

Tabela 4: Agrotóxicos utilizados na citricultura do sul sergipano (2016)

Agrotóxico	Grupo químico	Classificação toxicológica	Classificação por tipo de praga
Orthene	Organofosforato	Pouco tóxico	Inseticida/acaricida
Vertimec	Avermectinas	Mediamente tóxico	Acaricida/inseticida
Roundup	Glicina Substituída	Medianamente	Herbicida
Cigaryl	Neonicotinoides	Extremamente tóxico	Inseticida
Nuprid	Neonicotinoides	Mediamente tóxico	Inseticida
Comet	Anilida e Estrobilurina	Altamente tóxico	Fungicida
Comet	Anilida e Estrobilurina	Medianamente	Fungicida
Mofotil	Precursor de Benzimidazol	Medianamente tóxico	Fungicida
Abamex	Avermectinas	Extremamente tóxico	Acaricida/inseticida
Stron	Organofosforado	Extremamente tóxico	Inseticida/acaricida

Fonte: Teixeira, Batista e Santos (2016), a partir de entrevistas em trabalhos de campo (2016).

O monocultivo da laranja, como qualquer outra cultura planta de grande escala, requer o uso de agrotóxicos, e eles são usados para o manejo e combate de todas as doenças, vírus, fungos, bactérias que por ventura ataquem os pomares da laranja.

Segundo o *Dossiê Abrasco* (CARNEIRO et al., 2015), calculando a quantidade de agrotóxicos utilizada por tipo de cultura, tomamos a média nacional da tabela de hectares de lavouras e do consumo de agrotóxicos, mais os dados como consumo/cultura, e pareados com os dados de consumo/cultura/hectare fornecidos pelo banco de dados do Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (INDEA/MT, 2011 apud CARNEIRO et al., 2015) e por Moreira e colaboradores (2010 apud CARNEIRO et al., 2015), que concluíram que o consumo médio de agrotóxicos (herbicidas, inseticidas e fungicidas) por hectare de soja foi de 12 litros, o de milho 6 l/ha, o de algodão 28 l/ha, o de cana 4,8 l/ha, o de cítricos 23 l/ha, o de café 10 l/ha, o de arroz 10 l/ha, o de trigo 10 l/ha e o de feijão 5 l/ha.

É possível afirmar que a citricultura no Brasil foi a segunda cultura mais intensiva em uso de agrotóxico, 23 litros por hectares, só perdendo para o algodão que é 28 litros por hectares. Isso significa que se fizermos os cálculos baseando-se nestes dados apontados pelo Dossiê, a partir do número que hectares existentes que é 56.369 com a cultura da laranja em Sergipe, vamos ter uma aproximação em média de 1.266.487 litros de agrotóxicos utilizados na produção de laranja em Sergipe. Esta é somente uma média, pois existem vários camponeses que plantam laranja em Sergipe e que negam o uso de agrotóxico em seus

pomares. Com efeito, destacam-se alguns depoimentos que trazem demonstrações sobre o que alguns(mas) camponeses(as) pensam sobre o monocultivo da laranja, o uso dos agrotóxicos nos pomares e se compreendem que os mesmos podem comprometer a saúde humana:

Eu acho o uso de veneno muito ruim, porque vai estar prejudicando a saúde da minha família, e se eu tiver produzindo um alimento sadio eu vou ter mais saúde. (VJS, 2017).

Aqui é assim, você tem sítio, e montar o sítio sem veneno é outra coisa, se você botar veneno você vai ver a diferença por causa do veneno que impetia tudo. A hora que a chuva bate a água da chuva vai correr do riacho, é por isso que eu digo, no nosso Município tem muita coisa errada. (JDM, 2017).

Isso está errado, está prejudicando a saúde da gente e matando os bichos também, porque antigamente a gente via muitas espécies de bicho e hoje não vê, tipo a perdiz, a nambu, o tatu, o teiú. Prejudica também quando a gente vai passando na estrada vindo pra casa da gente o fedor de veneno, então eu não concordo com isso, prejudica também o trabalhador, tem sítios aqui que agente não pega laranja porque sabe que tem veneno, muita gente aqui já passou mal, deu dor de cabeça, diarreia e falou que foi por causa da laranja que isso aconteceu. (LSA, 2017).

Trabalhando na terra dos outros muitos amigos meus morreram com uso de veneno na laranja. Podia plantar sem veneno. A saúde da gente está sendo acabada. Passam veneno hoje e amanhã vende a laranja. (ASS, 2017).

Pior coisa que tem no mundo é esse veneno que eles jogam aí na laranja, o adubo bom é o do gado que hoje tá até contaminado. (MP, 2017).

Eu não gosto de veneno. Se eu não puder limpar, eu não planto. Eu tenho um medo brabo. (JNM, 2017).

Pode-se observar nas falas dos(as) camponeses(as) o quão é perceptível os princípios das práticas camponesas, de primeiro produzir para o autoconsumo, o que é comercializado e o excedente, e o quanto faz referência que o uso dos agrotóxicos podem afetar a saúde da família, pois a família é responsável pela produção que é familiar, os pomares estão do lado da casa, e a laranja vai para suas mesas e o que sobrar é que vai para ser comercializado indo para outras mesas, como fruta ou como suco. Os entrevistados também trouxeram que o uso dos agrotóxicos tem afetado as pessoas, mas também tem feito estragos à biodiversidade, como os animais que aos poucos estão desaparecendo e que não têm dúvidas que os agrotóxicos matam, tanto quem consome os alimentos, quanto os trabalhadores que trabalham nos laranjais.

Interessante que, na pesquisa de campo, todos os(as) entrevistados(as) fizeram destaque que um dos grandes problemas do monocultivo da laranja é a quantidade do agrotóxico que é utilizado, que joga o veneno hoje e amanhã já comercializa as laranjas, isso é uma prática comum do agronegócio em qualquer região e que não pensam nas consequências que um alimento contaminado poderá causar a saúde humana. Outra questão que interessante

ser destacada é a condição que coloca os trabalhadores, pois são os que mais têm contato com os agrotóxicos e na maioria das vezes não utilizam nenhum tipo de proteção para serem menos expostos ao veneno, não passam por nenhum treinamento sobre os cuidados e riscos que o trabalhador terá ao trabalhar com os insumos agrícolas. Conceição e Kolming (2001), em um dos seus textos, afirma que toda trajetória de acumulação capitalista se justifica no direito incomensurável dos usos e abusos da condição humana. Isto se justifica ainda mais quando aproximamos de territórios que estão sob domínio do agronegócio e sua lógica.

Neste sentido fica evidente que a utilização dos agrotóxicos traz riscos para a saúde humana, além de contaminação dos alimentos, das águas e destruição da terra e da agrobiodiversidade. Dando continuidade neste debate, vamos trazer no próximo subcapítulo sobre o MCP e a luta pela soberania alimentar e o conjunto de ações desenvolvidas pelo movimento para fortalecer o campesinato e combater o agronegócio.

2.8 O Movimento Camponês Popular e a luta pela soberania alimentar

Os objetivos do MCP são de avançar na construção da autonomia camponesa, a soberania alimentar e um projeto popular para o Brasil. Estes objetivos cumprem um papel fundamental pensando na estratégia que é o campo com camponeses(as), com produção de alimentos, com biodiversidade. Quando referimos a autonomia camponesa, estamos afirmando um campesinato forte, resistente, por isso a sua construção acontece na medida que o campesinato cada vez mais produz alimentos diversificados, sem o uso de agrotóxicos. Quando os camponeses possuem suas sementes crioulas, que não dependem da indústria de sementes para produzir a cada safra, e fazem parte de uma aliança camponesa e operária, estarão indo rumo ao alcance da autonomia camponesa. Porque vão ter renda, ter qualidade de vida, trabalhando na sua unidade de produção sem dependência da indústria do agronegócio.

Segundo o Caderno de Formação nº 1 do MCP:

Quando apontamos a construção da autonomia camponesa acreditamos que o campesinato, alicerçado na sua condição econômica e na sua histórica relação de produção conservando a natureza, tem a capacidade de produzir os insumos necessários para garantir o seu processo produtivo, através de seu conhecimento popular aliado ao conhecimento científico. Acreditamos que a Agroecologia é a ferramenta que nos possibilita avançar na construção de sistemas de produção diversificados e, cada vez mais, autônomos do ponto de vista dos insumos, respeitando os saberes, a cultura, a relação com a natureza e o modo de vida camponês. Na visão do MCP a construção da autonomia não significa o isolamento dos camponeses, acreditamos que a construção de relação com os mercados (que valorizem o trabalho do campesinato) é fundamental tanto para gerar renda para o povo do campo, quanto para ter acesso a produtos e equipamentos que não são

produzidos pelas famílias, principalmente o maquinário agrícola (apropriado para os moldes da pequena agricultura) que facilitam e aumentam a produtividade do trabalho camponês. (MOVIMENTO CAMPONÊS POPULAR, 2009, p. 15).

Desta forma, o MCP acredita que a construção da autonomia camponesa, mesmo que relativa, é um dos grandes desafios do movimento para avançar no fortalecimento do campesinato, garantindo a permanência de homens e mulheres no campo e, conseqüentemente, garantir a produção de alimentos saudáveis para todo o povo brasileiro, contrariando a lógica perversa do capital no campo. Capitalismo agrário procura aliar cada vez mais os(as) camponeses(as) de seus projetos e os colocar dependente em tudo, seja na hora de produzir, comprando as sementes, adubos, todo o pacote tecnológico, seja na hora da comercialização, e também na diminuição da produção de alimentos para o consumo para consumir alimentos industrializados. Ou seja, é um conjunto de dependências ao capital, de tal forma que o camponês não vê alternativas de viver fora deste círculo.

Para o MCP, a soberania alimentar é um projeto para além dos camponeses e deve ser entendida como a capacidade

de tomar decisão sobre a produção (quantidade, qualidade e diversidade) de alimentos para os trabalhadores (povo) de todo o Brasil (MOVIMENTO CAMPONÊS POPULAR, 2017).

Se existir, o poder dos povos sobre seu futuro, pois a humanidade depende fundamentalmente de alimentos diariamente para sobreviver e na medida que esta produção de alimentos é comprometida, que seja pela falta de terras, de água, por falta de estruturas básicas, que garanta a produção de alimentos pelo campesinato que historicamente foram os responsáveis, é impossível construir o que chamamos de soberania alimentar, por isso que o campesinato é estratégico para o conjunto da sociedade. Isso porque eles cumprem uma missão que é a de produzir alimentos para a sociedade e se existir políticas estruturantes para fortalecer a agricultura camponesa é possível construir o que chamamos de soberania alimentar, inclusive já fizemos uma boa discussão deste tema no 1º capítulo.

Ainda segundo o Caderno de Formação nº 1 do MCP:

O debate da Soberania Alimentar passa, necessariamente, pelas mãos do campesinato e pela construção de um outro modelo de agricultura para o país, que visualize na Agroecologia uma matriz produtiva que é capaz de garantir uma produção de alimentos de alto valor nutricional e que gere saúde para o povo brasileiro, assim como é uma forma de se fazer agricultura que tem o potencial de reafirmar o modo de vida camponês e os sistemas camponeses de produção, viabilizando a permanência do homem e da mulher no campo. (MOVIMENTO CAMPONÊS POPULAR, 2009, p. 16).

O debate sobre a soberania alimentar deve estar aliado a agroecologia como a matriz produtiva que consegue garantir a produção de alimentos saudáveis, respeitando, a terra, quem produz e quem consome, ou seja, o conjunto da agrobiodiversidade e ainda garantindo autonomia para o campesinato.

Desse modo, constata-se que o modelo dominante de agricultura tem ameaçado diretamente a soberania alimentar dos povos e isso é muito explícito em cada território que a expansão capitalista avançou ou vem se expandindo, isso em qualquer parte do mundo, um exemplo é a do ProSavana⁷ mesmo com todas as ameaças, mesmo sem a devida atenção do Estado, o campesinato com todas as dificuldades, pouco recurso, pequenas terras e sem tecnologias adequadas, tem resistido e garantido a produção de alimentos, inclusive, em nível mundial. Um exemplo disso são os dados que Ribeiro (2015) trouxe em uma palestra na 3ª Conferência Internacional Dilemas da Humanidade a partir dos dados da “Quem nos alimentará” (2014). Ribeiro (2015) destacou que o sistema alimentar agroindustrial somente chega a 30% da população, mas usa a maior parte das terras, da água, dos combustíveis: 75-80% da terra arável, 70% de água de uso agrícola, 80% dos combustíveis fósseis usados na agricultura, grandes volumes de produção tecnificados, uniformes, sem diversidade, pobres em nutrientes, com enormes desperdícios (33-40%), alta contaminação dos solos, água e do ar, principalmente o fator da mudança climática, relacionado aos maiores problemas de saúde atuais. Enquanto isso, 70% da população mundial é alimentada pelos pequenos, camponeses e camponesas, indígenas, pescadores, artesanais, pastores, hortas urbanas, colheita e caça silvestre, que apenas ocupam 25%, sendo 35-45% são colheitas de parcelas de terras camponesas, 15-20% de hortas urbanas, 5-10% pesca artesanal, 10-15% caça e colheita silvestre e 80-90% das sementes da produção em pequenas parcelas são sementes camponesas.

Estes dados demonstram a insustentabilidade que existe dentro do modelo de produção do agronegócio que utiliza 80% dos combustíveis fósseis usados na agricultura, 75-80% das terras aráveis, 70% da água de uso agrícola e consegue alimentar somente 30% da população mundial, e quando se observa as mudanças que houveram na agricultura de 1960 até os dias atuais, depara-se com uma contradição bem clara, pois a Revolução Verde foi implantada com a promessa de resolver o problema da fome, já que constataram que a fome era causada pela baixa produtividade das lavouras e que a solução era difundir novas técnicas de produção

⁷ Programa para o desenvolvimento da agricultura nas savanas tropicais em Moçambique – ProSavana. Visa modernizar a agricultura no país através do transplante do modelo de expansão de *commodities* do cerrado brasileiro para as savanas moçambicanas. O Programa foi lançado em 2011 pelos governos do Brasil, Japão e Moçambique.

agrícola baseado no modelo de agroquímicos, com uso de adubos químicos, venenos agrícolas e mecanização agrícola e se passaram mais de 40 anos e a fome só aumentou. Segundo Stédile (2005), em 1970 a fome atingia aproximadamente 60 milhões de pessoas em todo o mundo, e conforme a ONU, o mundo vive a mais grave crise humanitária desde a fundação da entidade em 1945. Stephen O'Brien, diretor de assuntos humanitários das Nações Unidas, disse que até julho de 2017 mais de 20 milhões de pessoas correm o risco de morrer de fome.

Passaram-se quase 40 anos e o problema da fome não foi resolvido e tem se agravado ainda mais e outros têm surgido, como a crise ambiental. O agronegócio com todas as suas contradições tem se autodenunciado que só serve para os interesses privados dos capitalistas, pois destrói diferentes manifestações da vida que estão no planeta, com o objetivo único, a acumulação de riquezas. Inclusive, Mészáros (1998) faz uma análise interessante:

Vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital. Como tal, esta crise afeta – pela primeira vez em toda a história – o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado. (MÉSZÁROS, 1998, p. 1).

O que o conjunto da sociedade esta vivenciando nada mais é que o resultado desta crise histórica do modo de produção capitalista que estamos vivendo, não se sabe até onde ela se estende, o que se percebe é que a cada momento ela se apresenta com mais profundidade através de suas contradições excessivas. Como diz Mészáros (1998, p. 1): “A crise afeta pela primeira vez da história o conjunto da humanidade.”

A produção que alimenta 70% da população mundial vem dos camponeses, indígenas, pescadores, é a pequena produção é que alimenta a maior parte da população mundial, com pequenas terras. Esta produção descentralizada, que envolve o núcleo familiar, com dificuldades de acesso a água, sem quase nada de políticas de incentivo do estado, com ameaças de toda a natureza que os diversos povos do campo vêm sofrendo nos últimos 40 anos, de expulsão, de disputas territoriais.

Se analisarmos hoje, vamos perceber que os alimentos nunca estiveram tão concentrados e sob controle de uma única matriz de produção como nunca visto antes, poucas empresas monopolizaram o mercado internacional e controlam tanto a produção, quanto o comércio dos produtos alimentícios, como também das sementes. Estima-se que menos de 50 grandes transnacionais têm o controle da produção de sementes, insumos agrícolas e da produção e distribuição dos alimentos em todo o mundo (STÉDILE, 2010). Isso afeta diretamente a soberania alimentar dos países, pois estas mesmas empresas controlam primeiro

a base da alimentação que são as sementes e conseqüentemente controlam o resto, pois ao comercializar as sementes transgênicas obriga os camponeses a comprar o resto do pacote tecnológico. Segundo Carvalho (2015, p. 17):

A apropriação privada oligopolista da geração, reprodução e distribuição das sementes híbridas e transgênicas pelas empresas multinacionais com o controle direto da oferta e que elas requerem, a determinação da oferta de matérias-primas para a agroindústria e o controle efetivo da oferta de produtos para o abastecimento alimentar tem delimitado o tipo, o volume, a diversidade, a periodicidade e a qualidade dos alimentos que serão oferecidos às populações.

Isso que Carvalho afirma é uma questão que tem avançado a cada dia e, sem perceber, a sociedade tem caído nesta armadilha do capital em determinar o que irá consumir, a quantidade, os períodos e a qualidade de alimentos, e os camponeses cada vez mais vem perdendo o controle sob suas sementes, sua produção, e uma vez as sementes não estão nas mãos dos camponeses, quem vai dizer o que produzir, quando produzir, o valor da produção são as empresas multinacionais. Isto já tem acontecido muito, e o que têm travado esse avanço são os camponeses que, mesmo com pouco, ainda possuem variedades de sementes, demonstrando que não estão totalmente dependente da indústria.

Segundo Carvalho (2015), o mercado monopolizado estabelece um regime convergente que impõe o que consumir, e isso é outro aspecto que fere profundamente a soberania alimentar que é a padronização dos alimentos. Padronizar o que é alimento é complexo, pois desconsidera as culturas locais, regionais e os hábitos alimentares. Hoje o mundo vive este forte dilema, pois as grandes corporações pouco se importam sobre o que a população vai se alimentar, as fontes de vitaminas que possuem em cada alimento, os costumes alimentares entre outros não são considerados. Para Carvalho (2015), a padronização da dieta alimentar já está sendo efetivada, com graus variados de intensidade, através do controle da oferta de alimentos industrializados nos supermercados, produtos estes originários da agroindústria oligopolizada multinacional.

Por isso a luta para a construção da soberania alimentar torna se determinante para os movimentos camponeses, e ao travar esta luta é impossível não combater o modelo hegemônico do agronegócio que é um dos principais responsáveis pela perda cada vez mais da soberania alimentar e disputas nos territórios camponeses.

E por último, ainda em diálogo com os objetivos, é a construção de um projeto popular para o Brasil, pois a sociedade em que vivemos não tem projeto para o campo ser um lugar de vida, não existe propostas de política estruturantes para o desenvolvimento da agricultura camponesa, porque o modelo dominante acredita e dá suporte é para o modelo de agricultura

baseado no monocultivo. Assim, um dos objetivos do MCP é a construção de um país que acredite no campo como lugar de vida, de cultura, de conhecimento, de saberes, de produção de alimentos.

Significa um novo projeto de país, uma proposta de sociedade que queremos no futuro. Ela é contrária a esta sociedade capitalista que vivemos hoje, onde a riqueza se concentra em poucas mãos e a miséria aumenta a cada dia. No capitalismo, a busca desenfreada por lucros destrói a terra, as águas e todas as formas de vida. É uma sociedade insustentável! Não é possível construir tudo que sonhamos dentro desta sociedade perversa, pois o que sustenta o capitalismo é a desigualdade, é a exploração, é a destruição do meio ambiente. Isto está no seu alicerce: o que mantém e fortalece o sistema capitalista é a desigualdade e a exploração. O Projeto Popular busca a igualdade, a liberdade, a qualidade de vida de todos trabalhadores e trabalhadoras e todos os camponeses e camponesas, a democratização da terra, dos meios de comunicação, a igualdade de gênero, a agricultura camponesa e a agroecologia. (MOVIMENTO CAMPONÊS POPULAR, 2017, p. 17).

Vale considerar que o MCP não está sozinho nessa construção, é continuador dessa luta. Muitos já lutaram e hoje, junto com outras tantas organizações do campo e da cidade, são herdeiros da história de luta e resistência do povo brasileiro.

Além dos objetivos que acabamos de citar, existem também os objetivos estratégicos, segundo documentos internos do MCP (2014, p. 1), seus objetivos estratégicos são:

Construir a autonomia camponesa, garantir a oferta de alimentos saudáveis, garantir o acesso a terra e a água para os camponeses, garantir a equidade de gênero, etária e étnica nos processos decisório do MCP, resgatar e preservar a biodiversidade, mobilizar os camponeses e camponesas para concretização dos seus interesses de classe, resgatar a história da luta social e fortalecer a cultura camponesa, estimular e apoiar a construção da aliança operaria e camponesa. (MOVIMENTO CAMPONÊS POPULAR, 2014, p. 1).

Para o MCP, não é possível discutir renda, qualidade de vida, sem discutir questões como produção de alimentos saudáveis, resgate e multiplicação de sementes, mudas e raças crioulas, sem discutir políticas públicas, sem discutir mudanças estruturantes em nosso país. Por isso é preciso compreender o momento histórico que o campo brasileiro foi submetido na história, e principalmente, o que vivemos após a chegada da Revolução Verde no Brasil. A presença camponesa é ameaçada na medida em que o agronegócio ganha força, então o campesinato para continuar tendo a terra, para conseguir melhorar sua vida e viver bem, precisa estar organizado ou é engolido pelo modelo do capitalismo no campo. As disputas do agronegócio pelos territórios camponeses vêm aumentando cada vez mais, e as comunidades camponesas estão sendo enfraquecidas a partir da diminuição da população do campo principalmente da juventude, dificultando a sucessão rural, o aumento da pobreza. Isso acaba por facilitar a territorialização do agronegócio. E esta questão que colocamos acima são os principais elementos do empobrecimento do campesinato, pois a pouca renda que os

camponeses conseguem ter eles a entrega à indústria, isso impossibilita a existência da qualidade de vida da família camponesa e ao mesmo tempo resulta em cada vez mais abusivos lucros do capital.

Na busca por atingir os objetivos, o movimento possuem várias linhas de ações, e elas estão divididas em três eixos principais; pauta camponesa, pauta social e organização e luta. Neste capítulo abordamos sobre a pauta camponesa, no próximo capítulo sobre a pauta social e no último capítulo vamos discutir o eixo organização e luta. No centro da pauta camponesa está o resgate, melhoramento e multiplicação das sementes de variedades crioulas, construção de bancos de sementes, agroecologia, corredores agroecológicos, ensaios e competições de milho e processo de beneficiamento da produção, as feiras de comercialização da produção. Esse eixo é fundamental na construção da Soberania Alimentar e está relacionado ao domínio das cadeias produtivas pelos camponeses.

A realidade que temos hoje coloca os camponeses como produtores de matéria-prima para atender as demandas dos chamados ‘impérios alimentares’. Garantir os processos de beneficiamento nas mãos do campesinato é garantir que a renda fique nas mãos de quem de fato trabalhou na produção, podendo melhorar a sua qualidade de vida e permanecer produzindo alimentos. Para isto, apontamos a necessidade de avançarmos no processo de agroindustrialização, assim como, avançar na construção dos mercados camponeses, garantindo também o domínio sobre o comércio de seus produtos. (MOVIMENTO CAMPONÊS POPULAR, 2009, p. 19).

Com relação ao beneficiamento o MCP tem iniciado recentemente duas experiências que é em Sergipe, com o beneficiamento da farinha de cuscuz do milho crioulo e o fubá de milho, e em Goiás, com o beneficiamento de canjica e fubá de milho. Estão sendo construídas estas duas experiências com muitos desafios pela frente, mas o que tem mostrado é que é uma proposta que pode dar certo e possibilita beneficiar tanto os camponeses, que podem comercializar o milho por um preço mais justo, quanto os(as) consumidores(as), que podem consumir um alimento agroecológico, saudável, saindo da maioria das prateleiras de supermercado que a única opção é o fubá, farinha de cuscuz transgênica.

E outro benefício que considera importante é a possibilidade de envolvimento das mulheres e da juventude no processo de beneficiamento.

As figuras a seguir mostram o processo de beneficiamento do milho crioulo.

Figura 3: O processo de beneficiamento do milho crioulo em Sergipe



Foto: elaborado pela autora (2017)

Figura 4: Farinha de cuscuz de milho crioulo



Foto: elaborado pela autora (2017)

Garantir os processos de beneficiamento nas mãos do campesinato é garantir que a renda fique nas mãos de quem de fato trabalhou na produção, podendo melhorar a sua qualidade de vida e permanecer produzindo alimentos. Para isto, apontamos a necessidade de avançarmos no processo de agroindustrialização, assim como avançar na construção dos mercados camponeses, garantindo também o domínio sobre a comercialização de seus produtos, agroecologia, beneficiamento de farinha de cuscuz, fubá e canjica, comercialização de milho, arroz e feijão, participação de comercialização de produtos da agricultura

camponesa através de feiras livres. Estas iniciativas são importantes para fortalecer o campesinato, pois elas estão diretamente ligadas com o acesso à renda e à qualidade de vida. As figuras a seguir mostram algumas destas experiências com o trabalho de sementes e comercialização da produção camponesa no estado de Sergipe.

Figura 5: Sementes de milho antes de guardar para o próximo plantio em Cristinápolis – SE



Fonte: elaborado pela autora (2017).

Figura 6: Participação de camponesa na feira de Itabaianinha – SE



Fonte: elaborado pela autora (2017).

Figura 7: Conab colhendo amostras em um banco de sementes para fazer testes de germinação e transgenia em Poço Verde – SE



Autora: elaborado pela autora (2017)

Figura 8: Seleção maçal do milho em Tomar do Geru – SE



Fonte: elaborado pela autora (2017).

As figuras mostram algumas das ações desenvolvidas pelo MCP com as sementes crioulas, no processo de comercialização e beneficiamento. Para o MCP, o trabalho de resgate, multiplicação e melhoramento de sementes crioulas são o alicerce da construção da autonomia camponesa e da soberania alimentar.

O trabalho com o resgate de sementes proporciona aos(as) camponeses(as) ter o controle do que irá produzir, o período que irá produzir e isso faz o mesmo não depender da indústria para ter uma produção e com isso garantir renda e uma produção de alimentos sem o uso de agrotóxico. O controle das sementes pelos camponeses é uma estratégia importante e sem ela as famílias camponesas não conseguem caminhar rumo à construção da autonomia camponesa, sementes saudáveis produzem alimentos saudáveis, já as sementes contaminadas produzem alimentos contaminados, contamina a terra, as águas, os trabalhadores e os consumidores.

Chegamos ao final deste capítulo que teve como objetivo fundamental trazer questões relacionadas à geo-história do município, as disputas territoriais existentes entre camponeses e agronegócio, as contradições do modelo hegemônico na vida dos camponeses e camponesas, a desigualdade que geradas, o uso dos agrotóxicos e os riscos na saúde humana, a contaminação dos alimentos e destruição das águas, da terra, da agrobiodiversidade e a luta pela soberania alimentar do MCP em Cristinápolis.

Até aqui pouco falamos sobre o tema da pesquisa que é a sobre a juventude camponesa, isso se deu por acreditarmos que não poderíamos deixar de contextualizar questões que estão na estrutura da sociedade em que vivemos e que elas são responsáveis pelo modelo de agricultura que temos hoje, pelas disputas de modelo de agricultura e disputas territoriais, por isso seria impossível já iniciar discutindo a permanência da juventude sem tentar aos menos trazer questões que contribuirão para uma leitura mais crítica e real sobre o objeto que pretendemos discutir.

Por fim, nos próximos capítulos teremos um bom diálogo com este, pois iremos entrar em uma discussão mais direta no objeto do qual estamos pesquisando. Aqui será o momento de enxergar a juventude camponesa, a vida desta juventude dentro da sociedade capitalista, o papel que a juventude cumpre dentro do modelo de produção do agronegócio, o modelo dominante de produção favorece ou desfavorece a permanência da juventude no campo?

3- POLÍTICAS PÚBLICAS E A DINÂMICA SUCESSÓRIA NO CAMPO

A questão da sucessão pela juventude nas unidades de produção camponesas é um tema que vem despertando interesses dos pesquisadores e sendo inserido como desafio aos movimentos e organizações camponesas a ponto de se incluir nas pautas de reivindicações para cobrar dos governos políticas e programas específicos para este público, pois se entende que a continuidade do campesinato depende em grande medida da sucessão nas unidades camponesas. Não há dúvida pelo que já apontamos que a principal causa na ausência de sucessor nas unidades camponesas está relacionada ao modelo hegemônico de agricultura e ausência de políticas e programas estruturantes.

Por isto, neste capítulo vamos abordar questões sobre a juventude, conceitos de juventude e análise dos dados estatísticos sobre a permanência e desistência

da juventude camponesa no Brasil, Sergipe e Cristinápolis. Quais suas causas e consequências? Examinam-se as políticas públicas para a juventude camponesa, com a pretensão de contribuir com uma análise crítica sobre a juventude, o atual estágio do desenvolvimento do modo de produção capitalista e da luta de classes neste contexto.

Diversos autores e instituições debatem o significado do termo juventude, pois existem inúmeras definições conceituais. Sobre quem é ou não jovem, a faixa etária é um dos principais determinadores e, uma vez determinada, a designação acaba ditando o acesso às políticas públicas e certos benefícios. Pelas leituras, chega-se a compreensão de que a idade é critério insuficiente para uma definição conceitual do ser jovem, pois não existe consenso na faixa etária que delimite a juventude. Só para ter uma ideia, para alguns autores, a faixa etária da juventude é de 15 a 29 anos; para outros, é de 16 a 34 anos. Citando o economista Marcio Pochmann (2004), a última faixa foi escolhida pela mestrande Aline Dias Ferreira de Jesus em sua dissertação sobre jovens na agricultura periurbana da capital de São Paulo” (JESUS, 2016, p. 88). Para além do que dizem os autores e instituições, intenciona-se demonstrar, ao longo do texto, o pensamento da juventude camponesa, como elas se consideram enquanto juventude camponesa. De certa forma, o objetivo é trazer a existência da diversidade de olhares acerca de um tema tão crucial, é um termo que parece simples, mas carrega questões históricas, que não se limita somente a idade, mas tantas outras questões que vamos ir abordando ao longo do texto.

Segundo o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1978, p. 12) a fronteira entre a juventude e a velhice é um objeto de disputa em todas as sociedades, exemplifica que na Florença do século XX os velhos propunham aos jovens uma ideologia da virilidade, da

violência para que fosse reservada somente aos velhos a sabedoria, ou seja, o poder. O mesmo autor ainda faz referência que na Idade Média, os limites da juventude era objeto de manipulação dos que possuíam patrimônio, com isso tinham o objetivo de ligar a juventude com a irresponsabilidade, para desviar a juventude nobre que poderiam pretender à sucessão. Isso aponta os interesses de poder que estavam por trás do tratamento de ser jovem ou deixar ser jovem, isso dentro do núcleo familiar, ou seja, as disputas não são somente de fora, externa, elas acontecem dentro, no seio da família.

Bourdieu (1978) vai mais longe, trazendo outros aspectos que ainda carregam dentro do conceito de juventude:

Esta estrutura, que é reencontrada em outros lugares (por exemplo, na relação entre os sexos) lembra que na divisão lógica entre os jovens e os velhos, trata-se do poder, da divisão (no sentido de repartição) dos poderes. As classificações por idade (mas também por sexo, ou, é claro, por classe...) acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em relação à qual cada um deve se manter em seu lugar. (BOURDIEU, 1978, p. 1).

Para o sociólogo, não somente é considerada a classificação por idade, mas também por sexo e por classe, este conjunto de dimensões é indissociável, socialmente e historicamente construída e variada em cada sociedade. E quando refere a classes, está abordando que não existe a juventude, existem as juventudes, se os jovens da mesma classe possuem suas diferenças, imaginem as diferenças de ser jovem em classe diferente, ser jovem em uma classe é diferente em ser jovem de outra classe. Alguns exemplos são os jovens da periferia que não tem os mesmos privilégios que os jovens da classe alta têm. Ambos são jovens, porém, são de classes diferentes, ou seja, Bourdieu aponta para a existência da idade biológica e da idade social. Uma autora que analisa o conceito de juventude é Castro (2012), revelando como foi se permeando o termo de juventude no processo histórico.

Jovem é um termo usado pelo senso comum, pelo campo acadêmico e mesmo em espaços políticos desde o século XIX, inicialmente em uma concepção geracional que opunha jovens e velhos, ou jovens e adultos. No final do século XX e neste início do século XXI, vem ocorrendo um grande impulso no debate sobre a juventude. Entretanto, muitos trabalhos tratam a juventude como categoria auto evidente ou autoexplicativa, como se a concepção de juventude fosse consensual, utilizando idade e/ou comportamento como definições metodológicas. Essa concepção de juventude é retomada, nos anos de 1990, tanto pelo campo acadêmico quanto pelas políticas sociais. Muitas dessas construções carregam um olhar em que a juventude é passível de uma definição universalizante, tais como definições de categoria com base em elementos físicos/psicológicos, como faixa etária, mudanças físico-biológicas e/ou comportamentais; definições substantiadas/adjetivadas da categoria; e definições que associam juventude e jovem a determinados problemas sociológicos e/ou a agentes privilegiados de transformação social. (CASTRO, 2012, p. 437).

Percebe-se a complexidade existente na conceituação de juventude, que é formado por várias dimensões objetivas e subjetivas, que estão interligadas e que se completam, sendo fruto de uma construção social e histórica e na medida em que só é considerado o critério da faixa etária fica um conceito vazio e incompleto. Com a intensificação dos estudos sobre o tema a partir dos anos 1990, vêm surgindo diferentes determinadores sobre o que significa ser juventude.

Outra autora que também discute juventude é Mendes (2005) ao argumentar que, para se compreender a categoria juventude, é necessário partir do entendimento que ela é socialmente construída e há uma variação conforme o contexto sócio-histórico em que estes sujeitos estão inseridos. “Esta forma de abordagem permite estabelecer diferenças no interior da própria juventude, como: gênero, raça, classe social, etc.” (MENDES, 2005, p. 2). Isso permite dialogar com o pensamento de Bourdieu (1978) de compreender que não existe só uma juventude, existem juventudes, pois cada jovem vive realidades distintas, mesmo que seja da classe trabalhadora, vive em territórios diferentes, tem relações com pessoas diferentes, vivem experiências e práticas diferenciadas, este conjunto de questões e tantas outras acabam formando sujeitos diferenciados.

Pochmann (2004) determinou a faixa etária brasileira a ser mais bem conceituada como 16 a 34 anos a partir de uma consideração atual da maior longevidade vital, marcando metade da média (70 anos) como o final da juventude e início do envelhecimento. Assim, a definição vai mudar com os cálculos de longevidade. Algumas décadas atrás, a Assembleia Geral da ONU indicou 1985 como o ano internacional da juventude, estabelecendo como jovens as pessoas entre 15 aos 24 anos. Posteriormente, acrescentou que, para além da definição estatística do termo juventude a partir da faixa etária, o sentido do termo variava em diferentes sociedades em todo o mundo e que as definições de juventude haviam mudadas devido às contínuas mudanças políticas, econômicas e socioculturais. Nesse sentido, os dados mundiais sobre juventude levam em consideração algumas definições da ONU.

No caso do Brasil, segundo o Estatuto da Juventude, criado a partir da Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013, jovens são pessoas entre 15 a 29 anos de idade, para quais o estatuto prevê várias diretrizes de políticas públicas através da implementação do Plano Nacional da Juventude, que foi aprovado em 2006. Em nossa pesquisa, consideramos a definição do Estatuto da Juventude, dado nosso objetivo de examinar as políticas para os jovens do campo. O plano em si subdivide ainda mais a faixa, considerado os adolescentes (cidadãos e cidadãs entre 15 a 17 anos), os jovens-jovens (com idade entre 18 e 24 anos), e os jovens-adultos (cidadãos e cidadãs que se encontram na faixa etária dos 25 a 29 anos) (BRASIL,

2006, p. 5). O mesmo documento defende que os desafios no reconhecimento dos direitos dos jovens são intensos, sendo o mais difícil deles as contradições nas representações sociais sobre as condições da juventude.

O plano socializa algumas contradições que aparecem na sociedade sobre a juventude:

Não é exagero afirmar que a sociedade contemporânea é paradoxalmente, juventudocêntrica, ao mesmo tempo em que é crítica da juventude. Em outras palavras, nos aspectos da vivência pessoal e da consciência coletiva, ser jovens é um estado de espírito, uma dádiva, um dom de um momento passageiro da vida que não deveria passar, por ser o mais interessante e vibrante. Desse modo, ser jovem é ser empreendedor, expressar força, ter ânimo, se aventurar, ser espontâneo, ter uma boa apresentação física, ser viril, se divertir acima de tudo, priorizando o bem viver em detrimento das responsabilidades mesquinhas da vida. Contudo, no âmbito profissional, no aspecto do compromisso cidadão ou no tocante à participação nos processos de tomada de decisão inclusive nas esferas políticas, ser jovem é residir em um incomodo estado de dever, justificado socialmente como estágio de imaturidade, impulsividade e rebeldia exacerbada. Nesse caso é possível afirmar que o jovem é aquele que ainda não é, mas que pode ser, ou que será. Em síntese são dois lados da mesma moeda. Os mesmos estereótipos que constroem um imaginário social de valorização da juventude são aqueles que a impedem de uma participação social plena. (BRASIL, 2016, p. 5).

Os pressupostos destacados no Plano Nacional da Juventude dialogam bem com o que apontou Bourdieu (1978, p. 1): “Encontramos coisas semelhantes nos ditados e provérbios ou, mais simplesmente, nos estereótipos sobre a juventude, ou ainda na filosofia, de Platão e Alain que designava a cada idade uma paixão específica: à adolescência o amor, a idade madura a ambição.” Com isso, percebemos que os tempos vão passando e muitas questões ainda não foram superadas, ou seja, as referências de Platão sobre o conceito de juventude ainda estão bem interligadas com este conceito na atualidade.

Por fim, Castro (2012) afirma que juventude é uma categoria social que posiciona aqueles assim identificados em um espaço de subordinação nas relações sociais. Paradoxalmente, aos jovens é associado o futuro e transformação social.

Até aqui tentamos trazer o pensamento de vários autores e instituições que discutem o conceito de juventude, este trabalho não pretende concluir este debate conceitual, mas reafirmar que há uma diversidade e isso é de uma riqueza neste universo da juventude. Entender para potencializar a força, energia, rebeldia e ousadia para fazer frente ao modelo hegemônico e canalizar para superação sistêmica deve ser o desafio principal das forças anti-hegemônicas. Agora a seguir vamos dialogar sobre o conceito da juventude camponesa com os próprios jovens, numa tentativa de compreender melhor pontos-chave de sua autodefinição em Cristinápolis.

3.1 E quem é a juventude camponesa?

Este debate conceitual sobre a juventude vai além da academia, tem sido um tema permanente de pesquisa e debate entre os movimentos sociais populares e organizações do campo. Uma vez que é impossível pensar em transformações sociais estruturais sem a presença e participação ativa da juventude, este subcapítulo tem como objetivo explicitar o termo juventude camponesa, pois não podemos colocar todos dentro de um só conceito, quando na realidade se diferenciam, são realidades diferenciadas, o espaço urbano e o rural se diferenciam em vários aspectos e dentre eles, o trabalho, a cultura, o dia a dia, a vida e neste processo formam sujeitos diferenciados.

Os jovens camponeses têm suas particularidades e/ou são diferenciados, pois desde criança estão inseridos na lida camponesa, no cuidado e vínculo direto com a terra, seja no roçado, seja no quintal, com a horta, com pequenos animais, seja na lavoura. Estes fatos demarcam grande diferença entre o jovem do campo e o jovem da cidade. O primeiro logo se encontra integrado nas tarefas econômicas da família – ou na cultivo de culturas de venda ou na horta que ajuda a família reduzir seus gastos – enquanto o segundo raramente esteja integrado nas tarefas econômicas até se for inserido no mercado de trabalho após os 16 anos. Estes elementos contribuem em suas formações e são elementos que devem ser considerados na análise.

Quando nos referimos a juventude camponesa, temos que ir com cuidado, para não correr risco de uma análise equivocada. Existem particularidades, isso significa que a juventude camponesa é diferente da urbana, mas a juventude camponesa neste território imenso que é o Brasil se diferencia umas das outras, pois isso não podemos classificá-las como iguais.

Nossa pesquisa foi realizada em um território, mas existe uma diversidade de realidades. As variáveis encontradas neste território não necessariamente são as mesmas em outros. Mesmo assim, o que identificamos onde pesquisamos nos permite construir uma análise bastante consistente para afirmar o quanto esta questão sofre de carência daquilo que o Estado constrói de políticas e programas, sempre como resultado das demandas e pressão das forças organizadas. Importante ressaltar que existe uma dicotomia entre o proposto e o realizado.

Alguns autores têm estudado a juventude camponesa na tentativa de um diálogo mais aproximado com o público-alvo desta pesquisa. Existem vários termos utilizados para denominar a juventude que mora no campo, sendo “jovens rurais”, “jovens agricultores”, “jovens do interior” e tantos outros, optamos por utilizar nesta dissertação os termos que

representam melhor a agricultura camponesa encontrada em Cristinópolis, sendo eles “jovens camponeses” e “juventude camponesa”.

Inclusive, Weisheimer (2005) encontrou, no mapeamento dos trabalhos sobre juventude camponesa, diversas maneiras diferentes de denominar a juventude que mora no campo, sendo elas: alunos rurais, jovens, jovens agricultores, jovens do campo, jovens do interior, jovens do sertão, jovens empreendedores rurais, jovens empresários rurais, jovens filhos de agricultores, jovens rurais ribeirinhos, jovens sem terra, juventude em assentamento rural, juventude escolar rural.

Castro (2012) demonstra que o termo juventude rural e o uso de correlatos como jovens rurais, jovem do campo já eram utilizados desde o século XVIII, e a autora faz referência a estudos de Pestalozzi sobre populações camponesas. Como diz ela:

Desde o século XX, em trabalhos sobre ‘família camponesa’, o termo individualizado ‘jovens camponeses’, ou simplesmente ‘jovens’ vem sendo acionado com frequência para designar filhos de camponeses que ainda não se emanciparam da autoridade paterna, geralmente solteiros que vivem com os pais. (CASTRO, 2012, p. 439).

De acordo com Weisheimer (2005), a partir de um levantamento sobre as diversas pesquisas que tratam sobre a juventude do campo, identificou cinco abordagens norteadoras para definir a juventude camponesa, sendo elas: a) faixa etária; b) ciclo da vida; c) geração; d) cultura ou modo de vida (representação social). Segundo o autor, os pesquisadores enfatizaram em uma dessas abordagens e outros tentaram fazer diferentes combinações entre elas. Estas abordagens são cruciais, pois conseguem abranger um conjunto de relações sociais que são fundamentais para a compreensão. Isto demonstra que as diversas pesquisas estão conseguindo elevar o conceito de juventude para além da faixa etária, claro que cada um com uma intensidade.

Acreditamos que a faixa etária é critério importante para órgãos, como o próprio IBGE, também na elaboração das políticas de estado para delimitar quem irá ter acesso ou não, mas nem sempre a faixa etária consegue dar conta do que foi e é construído culturalmente durante o processo histórico.

No campo, e especialmente fazendo o recorte onde fizemos o trabalho de campo, o ser jovem é considerado a partir do momento que os sujeitos conseguem assumir as responsabilidades do trabalho sem ajuda e acompanhamento dos pais e este processo de ser jovem encerra no momento em que estes sujeitos constituem um núcleo familiar. Esta consideração não é somente por parte dos pais, pela comunidade, mas também pelos jovens, que a partir do momento que constroem um núcleo familiar deixa

m de lado alguns costumes e comportamentos, como deixam de frequentar espaços que antes frequentavam, passam a frequentar outros espaços, aumenta o nível de responsabilidade, os mais velhos passam ter um respeito maior pelo jovem que passa a não ser mais jovem.

Muitos destes valores fazem parte da cultura camponesa, carregado pela estrutura familiar do patriarcado que ainda é bastante presente no mundo rural. Nas últimas duas décadas, passou-se a ter uma presença bem forte das igrejas neopentecostais nas comunidades camponesas, onde até então era presença predominante da igreja católica, esta presença tem influenciado muito no comportamento das pessoas e o fortalecimento de mais conservadorismo e em muitos casos até retrocessos. A questão da religiosidade é um elemento importante na vida das comunidades camponesas e se vive um momento de muitas mudanças por conta desta disseminação de novas igrejas.

Inclusive, Weisheimer (2009) compreende que a juventude representa uma fase situada entre o fim da infância e o da vida adulta e traz elementos que dialogam com esta ideia que apresentamos sobre o casamento como marca do fim da juventude.

[...] do ponto de vista das práticas sociais o início da juventude é representado pelo surgimento da puberdade. Esta é marcada pelo desenvolvimento de um novo porte físico e por novas exigências de disciplinamento dos corpos. Estas mudanças biológicas são acompanhadas pela incorporação de novos papéis sociais que acentuam, entre outras coisas, as distinções entre os sexos. De modo geral, podemos dizer que a entrada na fase juvenil da vida é marcada por múltiplos critérios que expressam as transformações vividas pelos indivíduos no plano biológico, psicológico, cognitivo, cultural e social. [...] Por sua vez, o término da juventude é definido por critérios eminentemente sociológicos. O fim da juventude aparece relacionado à progressiva autonomia nos planos cívico (maioridade civil) e ligado à conjugação de responsabilidades produtivas (um status profissional estável); conjugais (um parceiro sexual estável assumido como cônjuge); domésticas (sustento de um domicílio autônomo); e paternal (designação de uma prole dependente). Desta forma, as fronteiras que demarcam o início e o término do período do ciclo de vida caracterizado como 'juventude' envolve um conjunto de fenômenos objetivos e subjetivos, sociais e individuais que tendem a variar de sociedade para sociedade. (WEISHEIMER, 2009, p. 53).

Mesmo que estes elementos ainda estão presentes é fundamental ressaltar que existem mudanças ocorrendo em relação às questões de construção de núcleos familiares, no próprio relacionamento, aquele padrão de família homem, mulher e filhos sanguíneos já não representa a totalidade. O acesso das redes sociais como internet, com todos seus aplicativos, a televisão, as drogas que até pouco tempo era um problema das cidades hoje chegou ao campo. A questão da mobilidade incorpora novas dinâmicas da juventude. Atualmente é difícil um jovem que não tem pelo menos uma moto e ou um celular. Isso tudo tem

influenciado no comportamento principalmente da juventude. Tudo isso são questões a serem incorporados na análise da juventude.

Na pesquisa de campo, quando referimos o que seria ser jovem para os camponeses e as camponesas, as respostas foram as seguintes:

Eu penso assim o jovem não é casado, o cara que é casado é jovem mais tem que cumprir a obrigação dele, o jovem não é casado. (JDM, 2017).

É uma fase que nós seres humanos passa na vida, tem a parte de criança depois a parte de ser jovem que é bem benéfica pra nós entre 15 e 16 anos que pra mim é a melhor fase do jovem, quando ele é adulto tem mais responsabilidade e quando ele é jovem ele tá aí a vontade é só namorar e pronto não se preocupa nem com o trabalho. (EON, 2017).

Para mim ser jovem é tempo de curtir a vida, sem muitas responsabilidades, por que depois que casa, acaba isso tudo, aí já tem que ter responsabilidade. (JF, 2017).

Estas questões colocadas pelos(as) camponeses(as) ajudam na compreensão do que eles pensam sobre o ser ou não ser jovem, e os principais elementos que aparecem são; jovem não é casado, é o tempo de namorar, quando não tem muitas responsabilidades, a melhor fase da vida.

A seguir apresentaremos alguns relatos que os jovens trouxeram na pesquisa de campo em Cristinápolis. Como afirmam Kummer e Colognese ([s.d.] apud AMARAL, 2005), definir a faixa de idade não é suficiente para definir jovem, é preciso que o próprio jovem se defina como tal. E dando continuidade neste processo de compreensão sobre o conceito de juventude optamos também por ouvir os sujeitos principais da pesquisa que são a juventude camponesa.

3.2 Vozes camponesas sobre o ser jovem

Não podíamos deixar de considerar as vozes da juventude camponesa, o que elas pensam sobre o ser jovem, como percebem este momento de suas vidas. Determinou-se escolher esta faixa etária de 15 a 29 anos partindo da análise de que esta é a faixa etária que alguns órgãos consideram juventude, seja o Estatuto de Juventude, o Plano Nacional da Juventude e com isso as diversas políticas públicas são direcionadas a esta faixa etária. E estes jovens são moradores das comunidades camponesas, sendo elas Água Branca, Lagoa Seca, Cajá dos Índios e Pasto Velho. Alguns deles estão inseridos no MCP e outros não participam de nenhuma organização política.

As opiniões entre os jovens sobre o que venha ser juventude são diversas. As representações sobre juventude entre os próprios jovens se misturam, mas, mesmo assim, tentou-se classificar as entrevistas em 4 grupos. O primeiro considera a juventude a partir de

questões relacionadas ao sentimento, como: tempo de ser alegre, de ter bom humor, de estar de bem com a vida, de ser feliz ou período em que seja momento de divertir, de curtir, sonhar alto. Segue as entrevistas as abaixo:

Ser jovem é ser uma pessoa boa, ser alegre, ter bom humor, não precisa estar de farra em farra para ser jovem. (PJG, 2017).

É ser uma pessoa alegre, pessoa que diverte, ter oportunidade, pessoa que estuda, tem sonhos, é tempo de sonhar e buscar. (LRS, 2017).

Eu defino jovem pela alegria, o jovem é de bem com a vida, pra juventude não tem nada ruim, tudo é bom. (JSJ, 2017).

Período bom, a única coisa boa que temos na vida. Ser alegre, ser feliz. (LSA, 2017).

No segundo agrupamento, os jovens associaram a juventude como período que ainda não possuem tantas responsabilidades, por isso é o momento que “curtir a vida”, caracterizam a idade como ponto decisivo para considerar jovem ou não jovem, bem como a aparência. Os relatos seguem abaixo:

Ser jovem é muito bom, com 16 anos o jovem ainda não tem muita responsabilidade, é tempo de curtir. (JEO, 2017).

O que define a juventude é a aparência, pela idade. (MJJ, 2017).

Ser jovem é tempo de buscar oportunidades, as coisas ficam mais fácil por conta da juventude. Ser jovem é bom, eu mim considero uma jovem. (NMG, 2017).

O terceiro grupo trazem elementos, como momento de correr atrás dos objetivos, de oportunidades, de fazer escolhas certas, associa a palavra jovem a trabalho, isso é interessante e não apareceu muitas vezes. Abaixo segue as entrevistas:

É tudo de bom, diversão, alegria. É tempo de sonhar e ir atrás dos objetivos. (LJS, 2017).

É bom porque podemos correr atrás de oportunidades. Eu mim considero uma jovem. (SSS, 2017).

Ter pensamento positivo e buscar sempre o melhor. É ter a oportunidade de fazer escolhas. (GMJ, 2017).

Por fim, nestas últimas entrevistas aparecem elementos como: liberdade de expressão, ser ousado, talento, juventude não gosta de mesmice, gosta do novo, da inovação, não tem medo; ligam o ser jovem com o ser sonhador, momentos de construir projetos. Também aparece um novo elemento, ligando a juventude à produção agrícola.

Ser jovem é ter liberdade de expressão é ter lazer, e também sustento. Ser jovem é também trabalhar é ter oportunidade de se sustentar no campo, sem sair para a cidade. (JES, 2017).

Juventude é ousadia, é talento. A juventude do campo é inovada, tem novas ideias de produção agrícola, não se contenta com as mesmices, gosta de mudanças, de inovação, de tentar sem medo de quebrar a cara. (MAS, 2017).

Não definiria como jovens do campo, mas simplesmente como jovens, que assim como quaisquer outros jovens tem seus sonhos e projetos. Ser jovem é ser sonhador, é ter planos, estratégias e muita determinação para realizar seus sonhos. (JSS, 2017).

Ao fazer uma análise e buscar uma interpretação do que a própria juventude pensa sobre o *ser jovem*, percebe-se um conjunto de elementos que aparecem, inclusive, a questão da faixa etária é o elemento que apareceu em menor quantidade. Estas constatações demonstram a existência de tamanha complexidade em definir o que é ser jovem, quem são jovens. Os elementos que mais apareceram foram relacionados a projetos, sonhos, sentimentos. Todas as quatro categorias que foram divididas se relacionam, utilizamos a metodologia de dividir entre as questões que mais se faziam destaque. Os depoimentos reforçam a ideia da complexidade do ser jovem, ao mesmo tempo que ele quer ser livre, não ter responsabilidade, curtir a vida, festas etc., sentem que é um período de escolhas importantes, de tomada de decisões e sabem que se errar na escolha terá consequências. Além de toda pressão que sofre da família, dos amigos, é muito comum ouvirmos e/ou até perguntarmos aos jovens; você já escolheu o que quer fazer? Qual o curso que quer fazer? Ou você já tem namorado, ou namorada? Enfim, o jovem vive essa pressão permanente e uma contradição entre não querer ter responsabilidade e a necessidade de fazer escolhas em muitos casos sem ainda estar seguro.

O conceito de juventude é bem aberto, não se fecha, por isso não podemos delimitar ele como algo acabado, isso reflete na própria dinâmica e diversidade que é a juventude brasileira e camponesa. Por isto vamos encontrar sujeitos de 20 anos que não se acham jovens e vamos encontrar sujeitos de 38 anos que acham jovens. Isso demonstra que a idade não é a delimitadora do ser ou não ser jovem.

Já segundo definição de coordenadoras do MCP juventude camponesa vai mais além, é símbolo de entusiasmo, energia, alegria de viver e é um período importante para a tomada das principais decisões da vida.

A juventude, em qualquer ambiente em que se encontra, é símbolo de entusiasmo, energia, alegria de viver, é um sujeito em busca de referenciais que orientem seu comportamento e atitudes e que o incluam à sociedade. Como etapa da vida humana, é determinante para a constituição do ser, visto que é na juventude que tomamos a maioria das grandes decisões que darão desfecho à vida adulta. Falar de juventude camponesa, por sua vez, é tratar deste sujeito inserido num ambiente rural, mas,

sobretudo de uma juventude com identidade própria, cultura e valores diferenciados. (AM, 2017).

A juventude é a vivência do período de transição entre a infância e vida adulta, estando no campo, e dele fazendo parte, os jovens e as jovens do campo carregam em si os reflexos da realidade em seus aspectos sociais (de classe), culturais e econômicos de acordo com seus respectivos territórios. (AC, 2017).

Nas duas últimas entrevistas apareceram basicamente três elementos novos sobre o período da juventude que são fundamentais, como: momento da busca por referenciais que orientem seu comportamento e atitudes e que o inclua na sociedade, período em que toma a maioria das grandes decisões que darão desfecho na vida adulta, os jovens do campo carregam em si os reflexos da realidade em seus aspectos sociais, de classe, culturais e econômicos de acordo com seus respectivos territórios.

As entrevistas mostram que existe algo incomum entre as juventudes, sejam elas do campo, sejam elas da cidade, independentemente de sua classe que é a juventude como símbolo de entusiasmo, energia, alegria de viver, agora, elas diferencia ao carregarem em si o reflexo da realidade em seus aspectos sociais (de classe), culturais e econômicos de acordo com seus respectivos territórios. Neste aspecto, a juventude se diferencia uma das outras. A juventude camponesa carrega em si identidade própria, cultura e valores diferenciados.

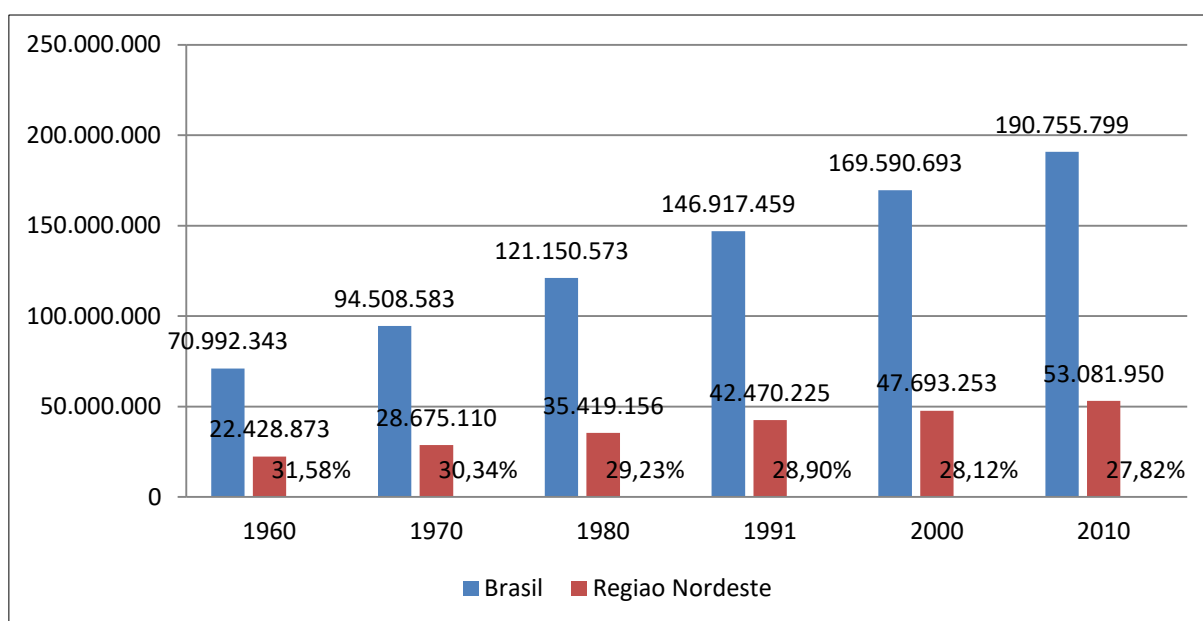
Por fim, a partir desse olhar sobre a definição de juventude e o conjunto de elementos que compõem e diferencia a juventude urbana da juventude camponesa, seguimos para o próximo tópico em que vamos trazer dados estatísticos sobre a população camponesa, principalmente a juventude frente aos dados estatísticos no Brasil.

3.3 Estatísticas sobre a população rural no Brasil, Sergipe e Cristinápolis (2000 a 2010)

Como parte do trabalho que estamos analisando é fundamental fazer um estudo estatístico demográfico sobre a juventude que permanece no meio rural, optamos em apresentar estes dados nas escalas local da pesquisa, no estado, regional e nacional, pois os mesmos ajudam a entender as diferentes realidades e reafirma o que já temos dito que esta questão é complexa e heterogênea. Por isso, a análise das quatro escalas é fundamental. O recorte temporal adotado se justifica pelo fato que na pesquisa que foi realizada não encontramos referências anteriores a este período de políticas públicas e programas para juventude do campo. Também é de interesse neste trabalho considerar o período de transição do neoliberalismo e início do neodesenvolvimentismo.

Vale considerar que os dados estatísticos que aqui trazemos nos gráficos foram coletados do IBGE, por considerar que é um Instituto público e oficial e possuem dados de série histórica que estamos pesquisando. Neste primeiro gráfico vamos apresentar dados demográficos referentes à população brasileira e do nordeste de 1960 a 2010.

Gráfico 2: Evolução da população absoluta em comparação com a região nordeste- 1960-2010



Fonte: IBGE (2010).

É possível constatar com os dados acima que em cinco décadas a região Nordeste teve uma perda significativa em porcentagem da sua população, passando de 31,59% para 27,82% da população brasileira. Isso se deve ao forte processo migratório, consequências do modelo hegemônico de agricultura e do processo de industrialização que ficou concentrado na região centro sul do país e da questão socioeconômica.

O processo migratório tem uma dinâmica própria, estimulada por um conjunto de fatores, mas o principal está na busca de trabalho e renda. Dados do Ipea (CARREIRA, 2010) ajudam entender esta dinâmica em relação ao nordeste. E comprova que a juventude é quem mais migra.

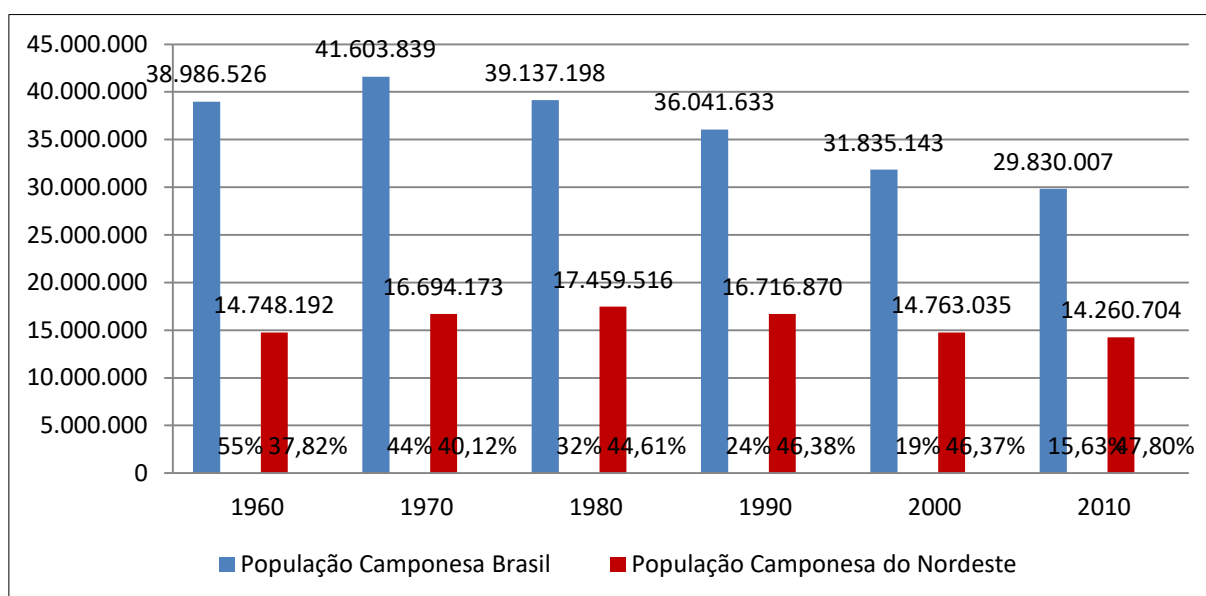
Volta a crescer o número de migrantes que deixam a Região Nordeste e vêm para a Região Sudeste. É o que mostra o estudo Migração Interna no Brasil, divulgado ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que analisou os anos de 1995, 2001, 2005 e 2008. A pesquisa aponta que, desde o começo da série (1995) até o ano de 2001, o fluxo do Nordeste para o Sudeste era maior que o fluxo inverso, situação que sofreu uma reviravolta nos sete primeiros anos da década de 2000. Os jovens da faixa etária de 18 a 29 anos são quase metade dos migrantes. Em 1995, do total de migrantes no País, o percentual de jovens era de 49,9% e, em 2001, de

47,3%. Há cinco anos, o total era de 45,5%, índice pouco menor que o de 2008, de 45,6%. (CARREIRA, 2010, [s.p.]).

Mesmo com este processo forte de migração a região Nordeste é uma das regiões com maior densidade demográfica, perdendo apenas para a região Sudeste, que possuem 42,06% da população brasileira.

Em relação à população do campo, a região Nordeste se manteve com maior participação de camponeses com relação ao Brasil.

Gráfico 3: População rural no Brasil e na região Nordeste (1960 a 2010)



Fonte: IBGE (2010).

O gráfico acima ilustra bem a dinâmica demográfica do campo brasileiro, a forte participação da região Nordeste com a manutenção de sua população no campo, em números absolutos houve uma alteração insignificativa. Já em termos de porcentagem houve uma alteração bem significativa, pois em 1960 o Brasil tinha 55% no meio rural, o Nordeste tinha 37,8% e em 50 anos o Brasil passa a ter 15,63% em população rural e o Nordeste com 47,8%, mostrando com isso que a migração rural foi maior nas outras regiões do Brasil que na região nordeste.

Há um conjunto de fatores determinantes para esta dinâmica demográfica brasileira. Para contribuir com esta análise incluiremos a análise estrutural feita por Sorj (2008). O golpe militar de 1964 trouxe consigo vários fatores que vão ser determinantes nos rumos da agricultura no Brasil. De acordo com Sorj (2008), a implantação do regime militar criou as condições favoráveis para a implementação das políticas necessárias para a afirmação do

modelo de desenvolvimento capitalista monopolista dependente, centrado na expansão das grandes empresas de capital estrangeiro, nacional e estatal, permitindo novos níveis de acumulação de capital e internacionalização crescente do mercado interno.

Neste período, as políticas públicas de Estado eram todas direcionadas para articulação e expansão do modelo agrícola hegemônico, para o abastecimento interno e as exportações, através de um conjunto de medidas que só beneficiava os médios e grandes produtores. Foram criados vários programas estruturantes para fortalecer o setor, dentre eles destaco a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Expansão Rural (Embrater), que tinha o papel central na difusão do uso de insumos modernos e crédito rural, agindo como disciplinadora dos produtores tradicionais no uso dos novos instrumentos de produção. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- (Embrapa) que se transformou no principal órgão de pesquisa agrícola, segundo Sorj (2008, p. 51) “aumentando dez vezes seu orçamento de 1971 a 1976”.

No Nordeste do Brasil, foram criadas inúmeras políticas de incentivo à expansão agrícola hegemônica do capitalismo agrário, que incentivava a concentração de terras e o fortalecimento desses, e todas elas contribuíam de forma direta para o enfraquecimento, expulsão massiva, marginalização e repressão aos(as) camponeses(as).

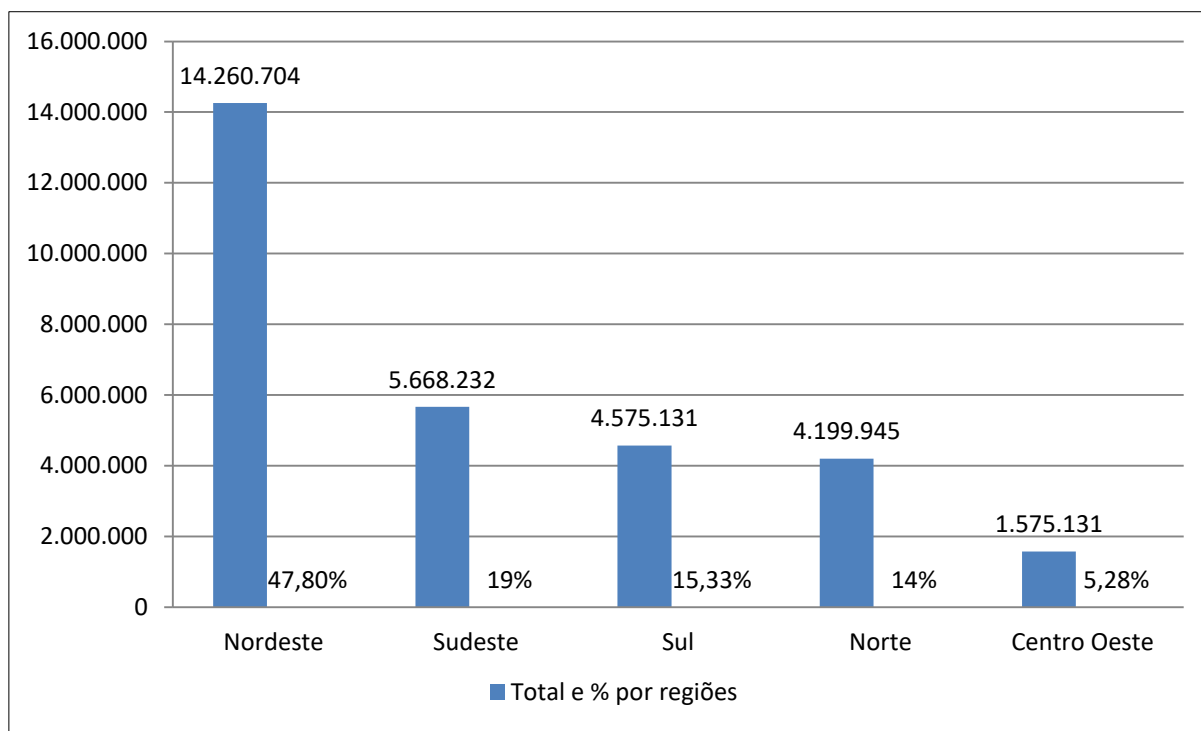
Nesse sentido, todos esses elementos que tentamos levantar servem para proporcionar uma melhor leitura sobre o processo migratório, para não correr o risco de pensar que foi um processo natural, quando na verdade foi construído, foi criado dentro uma estratégica, e o Estado foi o principal agente deste processo que levou e leva milhões de homens, mulheres, jovens e criança para as periferias das cidades, fazendo cada dia surgir mais problemas no mundo urbano.

Mas mesmo com todas estas questões que colocamos, os dados do gráfico 3 demonstram de forma explícita a presença expressiva da população rural no Nordeste que mesmo com todo processo migratório permanece com a maior percentagem de população do meio rural do Brasil, com 47,80%.

Estes dados são interessantes para comprovar suas estratégias de resistência ativa para sua existência, que mesmo vivendo as tantas dificuldades que os povos do campo sofrem, com a falta de acesso as políticas de direitos, com a forte disputa e avanço do agronegócio, mesmo assim permanecem no campo.

É importante para nossa análise considerarmos a distribuição da população rural na atualidade, os últimos dados do IBGE (2010), servem de base para compreender melhor a população rural do Brasil.

Gráfico 4: População rural do Brasil distribuída por grandes regiões (2010)

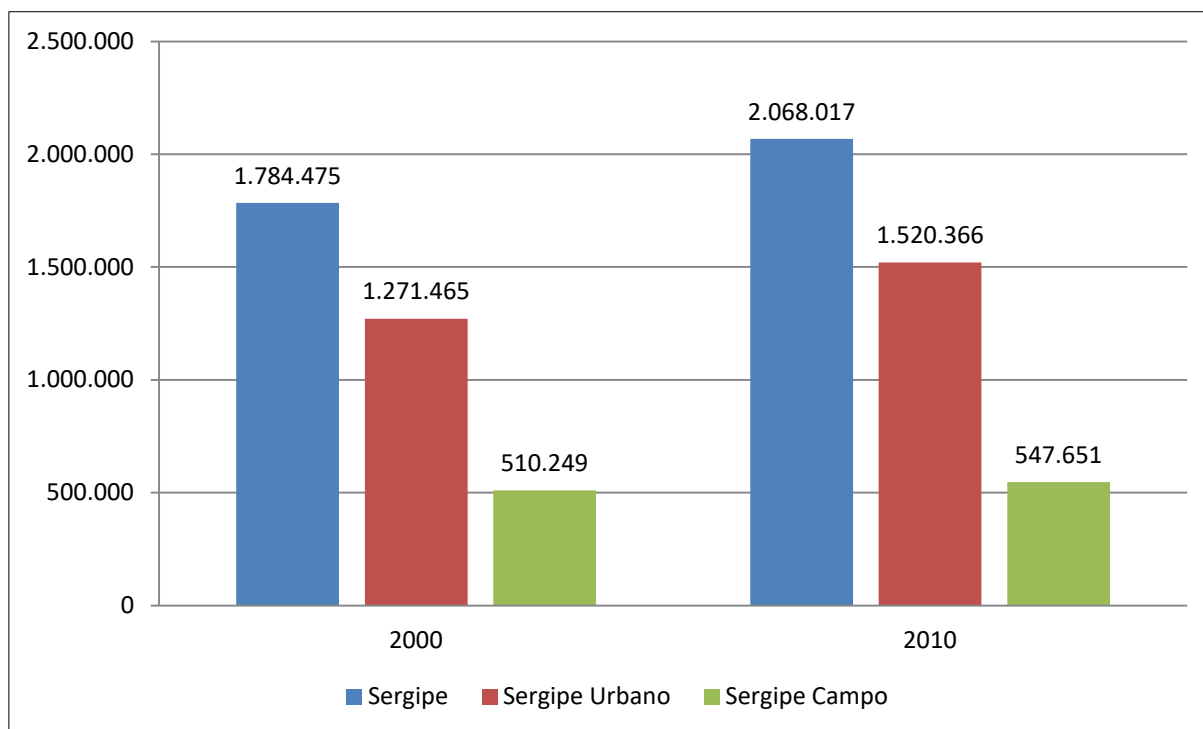


Fonte: IBGE (2010).

Os dados do gráfico 4 reafirmam o que já analisamos, a região Nordeste supera todas as regiões do Brasil no número de pessoas que ainda permanece no meio rural. Mostra-se com isso a necessidade de ser efetivadas políticas que contribuam para permanência e o fortalecimento da população do rural.

No gráfico 5 será analisada a questão demográfica de Sergipe em relação à população rural e urbana de 2000 a 2010.

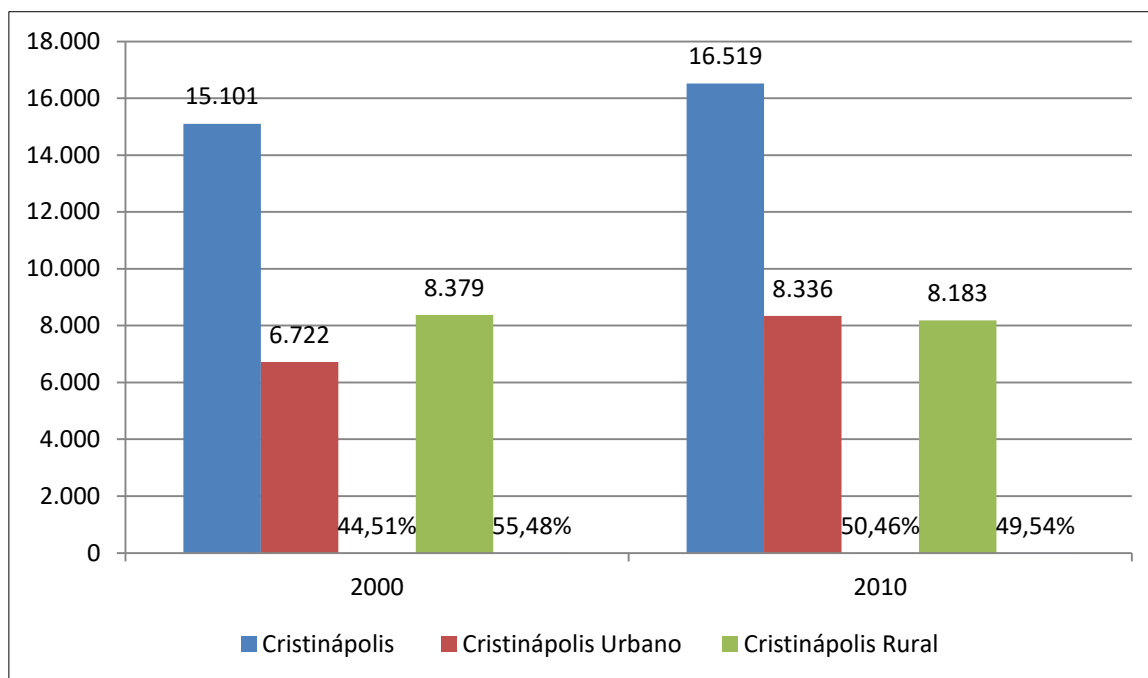
Gráfico 5: População de Sergipe (2000 a 2010)



Fontes: elaboração da autora (2017), a partir de dados do Censo Demográfico do IBGE (1991), da Contagem Populacional (1996) e Censo Demográfico 2000 e 2010.

Conforme visto no gráfico 5, apesar do recorte temporal de 10 anos, é a partir do ano 2000 que o processo migratório do campo para cidade já está consolidado, a urbanização de Sergipe se dá com uma década de diferença da realidade brasileira, mesmo assim os dados revelam que o estado do Sergipe possui 26,48% da população no meio rural, enquanto a média nacional segundo dados do IBGE (2010) é 15,28% à população rural e a urbana é de 84,72%. Além disso, os dados apontam que a população rural de Sergipe teve um aumento em 10 anos de 37.402 pessoas no meio rural, já em termos de porcentagem teve a diminuição de 2,12% da população. Um dos fatores que ajuda explicar este aumento da população rural está relacionado à dinâmica da estrutura fundiária de Sergipe que, segundo o Índice de Gini, em 1998 estava em 0,788 e passou em 2003 para 0,773, ou seja, teve uma diminuição de 0,014, apesar de Sergipe ter uma estrutura fundiária concentrada, mas nos últimos períodos teve uma diminuição. Uma das causas que contribuíram para esta alteração foi a luta pela terra com criação de assentamentos rurais, conforme já colocado no capítulo anterior, ou seja, a luta pela terra e a criação de assentamentos são fundamentais no processo de desconcentração fundiária e o aumento da população rural. A luta pela terra e criação de assentamentos é fator fundamental no equilíbrio da estrutura fundiária no Estado.

Gráfico 6: População de Cristinápolis – SE (2000 a 2010)



Fonte: elaboração da autora (2017), a partir de dados do Censo Demográfico do IBGE (1991), da Contagem Populacional (1996) e Censo Demográfico 2000 e 2010.

Em Cristinápolis, local de nossa pesquisa, há um equilíbrio entre a população rural e urbana, pois, se tratando de um município de economia predominantemente agrícola, quase a metade da população vive do e no trabalho agrícola. Os dados levantados em 2000 mostraram que a população do campo era maior que a população da cidade, enquanto na cidade estava 44,51%, no campo estavam 55,48% da população do município; já em 2010, houve uma pequena alteração, a população da cidade subiu para 50,46% e a população do campo baixou para 49,54%.

Os fatores que consideramos tanto pelo aumento da população urbana, quanto pela diminuição da população rural estão relacionados ao processo de ocupação e formação histórica, da economia e da luta pela terra. Este período é marcado pelo aumento da produção de laranja no município, como explica a tabela 5, sobre o aumento de área plantada.

Tabela 5: Produção de laranja em Cristinápolis – SE por área plantada/ha/lavoura permanente (1997-2013)

Período						
1997	2002	2008	2010	2011	2012	2013
2.542	5.785	6.000	6.126	6.195	5.857	5.710

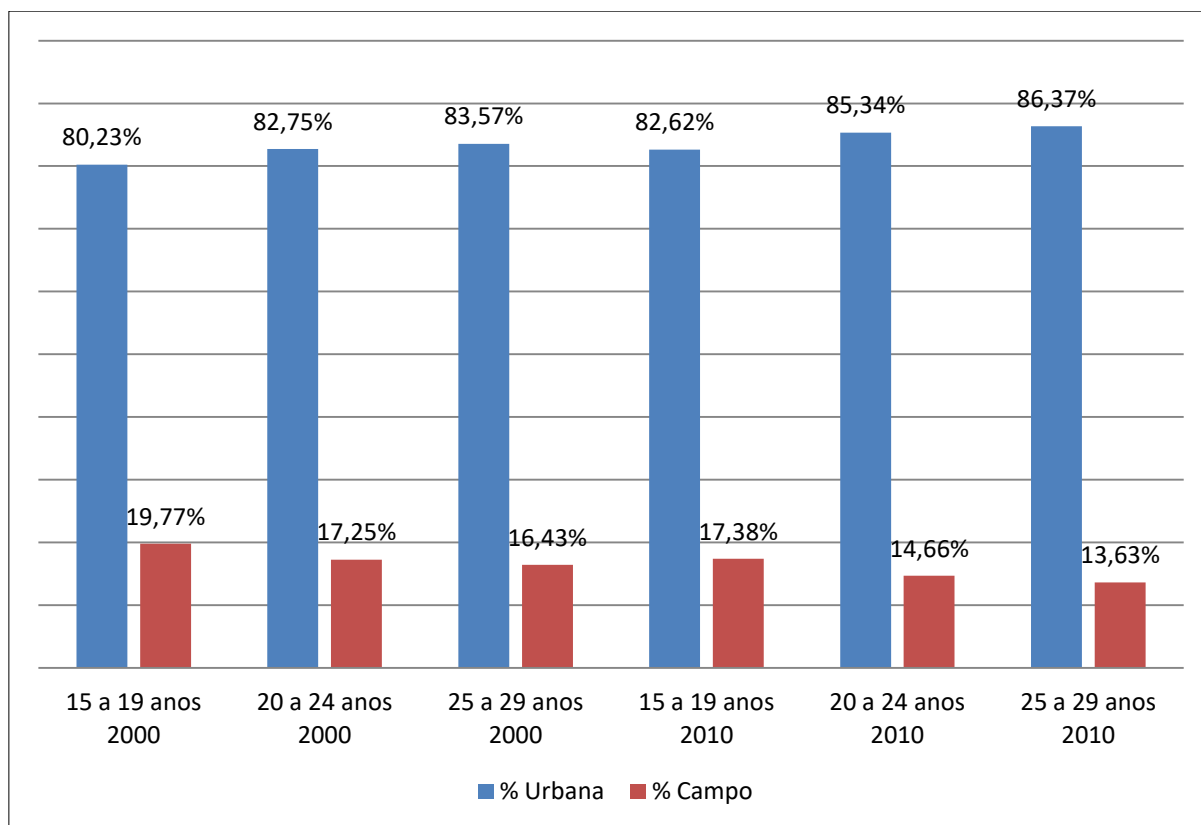
Fonte: elaboração da autora (2017), a partir da Emdagro (2015).

A produção de laranja aumentou significativamente do período de 1997 a 2011, e depois iniciou o processo de diminuição da área plantada, ou seja, vários camponeses podem ter vendido ou arrendado suas terras para o agronegócio da laranja.

Outra questão que colocada como importante e pode ter somado neste equilíbrio foi a criação de assentamentos no município de Cristinápolis, no período de 2000 a 2010 foi criado somente 1 assentamento com 57 famílias, mas mesmo não sendo um número grande de famílias, já representa em números mais de 300 pessoas interferindo com certeza no aumento da população do rural.

Identifica-se com isso que o campo cumpre um papel fundamental na economia do município e que quaisquer política, programa, ação que trazem benefícios às populações do campo afeta diretamente no desenvolvimento do município, da mesma forma que qualquer benefício ou direito a menos para os(as) camponeses(as) afeta diretamente a economia e o desenvolvimento do município. Até aqui tentamos trazer dados estatístico democrático sobre população rural no Brasil, no nordeste, em Sergipe e Cristinápolis e no próximo tópico iremos desmostrar dados estatísticos principalmente sobre a juventude rural.

Gráfico 7: Juventude no Brasil: campo e cidade por faixa etária (2000 a 2010)

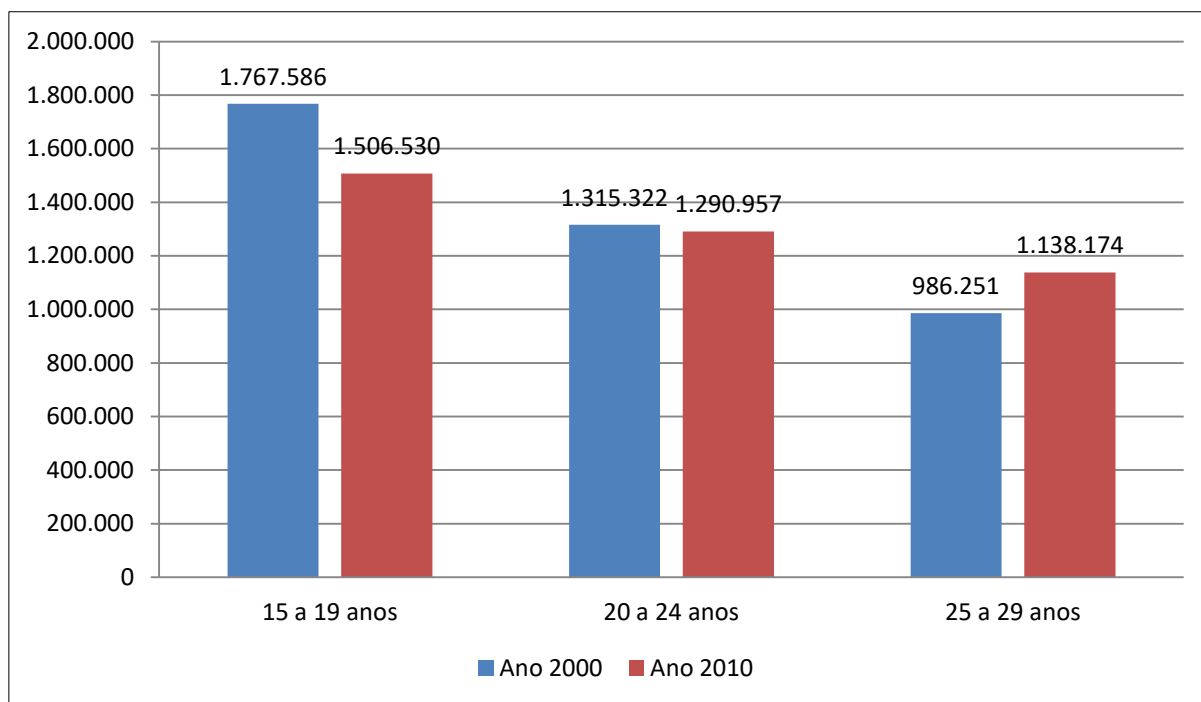


Fonte: IBGE (2010).

O gráfico acima identifica que nos anos 2000 a porcentagem de jovens de 15 a 19 anos era 19,77%, enquanto a de jovens de 20 a 24 era de 17,25% e a de jovens de 25 a 29 era de 16,43%; nos dados de 2010 continua da mesma maneira, a de jovens 15 a 19 era de 17,38%, de 20 a 24 era de 14,66% e de 25 a 29 era de 13,63%. Isso mostra que a faixa etária que mais sai do campo é a de 25 a 29 anos, e são várias as hipóteses, entre elas a busca de trabalho, renda, estudo, casamento. Isso nos ajuda na compressão e análise sobre o processo migratório e decrescente da juventude no campo brasileiro, mesmo que a análise é mais recente, mas demonstra esta dinâmica. É justamente esta questão que procuramos no trabalho identificar, pois estes dados são reveladores da realidade, e ao mesmo tempo para os movimentos camponeses populares é uma preocupação com o futuro da agricultura camponesa, pois os dados estatísticos indicam uma tendência na sucessão nas unidades de produção camponesa.

O gráfico 9 mostra mudanças na população jovem no meio rural do Nordeste a partir da faixa etária dos anos 2000 a 2010.

Gráfico 7: Juventude rural na região Nordeste do Brasil (2000 a 2010)



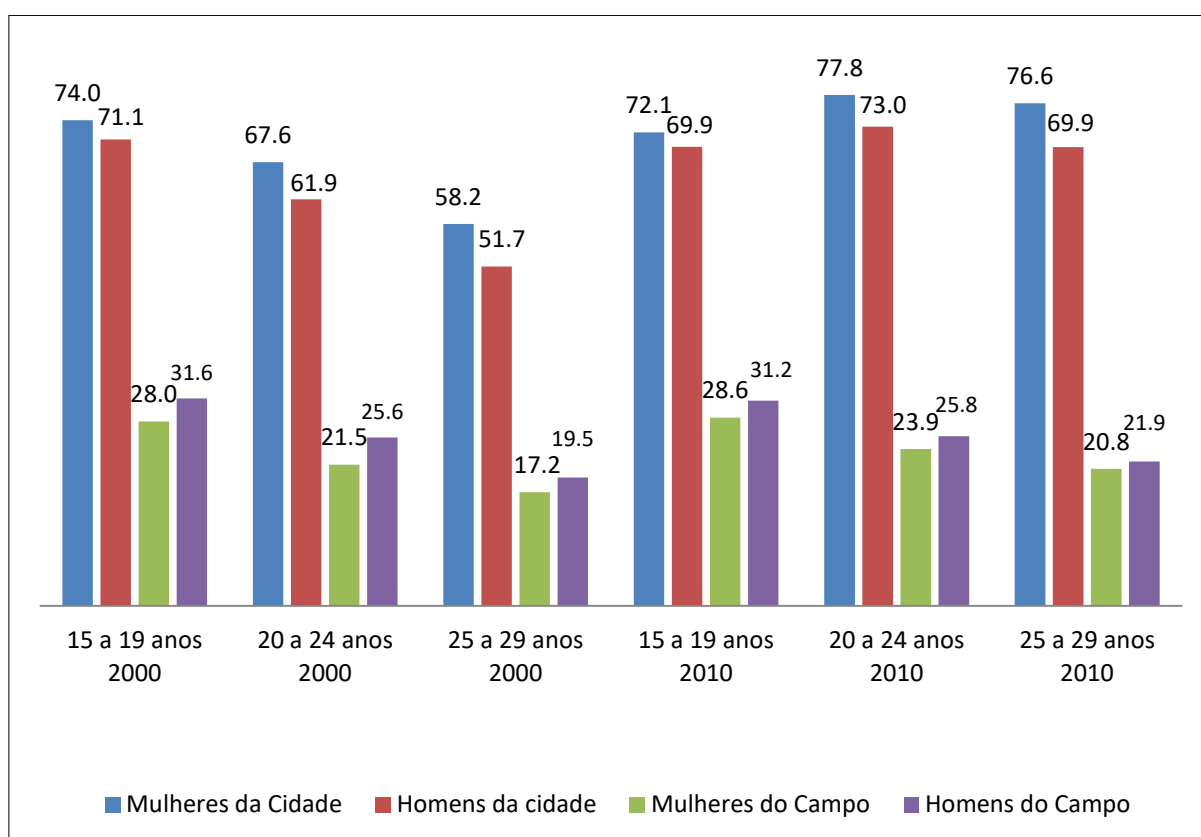
Fonte: IBGE (2010).

Em termos absolutos houve uma diminuição da quantidade de jovens no campo na maioria das faixas etárias. Excepcionalmente, a faixa etária de 25 a 29 anos aumentou em 10 anos a população no campo por aproximadamente 4%, uma quantidade que pode ser considerada importante. Os fatores que podem ajudar a explicar são a questão da combinação

de fatores, sendo a diminuição da oferta de trabalho no meio urbano, e no meio rural com a tecnificação que substituiu os postos de trabalho, como o setor sucoalcooleiro que empregava principalmente esta faixa etária, o limite estrutural urbano e também é o período do neodesenvolvimentismo que surgem várias políticas públicas que permite a obtenção de renda e melhores condições de vida no campo.

A seguir, o gráfico 10 aborda acerca da população jovem do campo em Sergipe, nos anos 2000 e 2010.

Gráfico 8: Juventude de Sergipe: campo e cidade (2000 a 2010), em milhares



Fonte: IBGE (2010).

Ao analisar o período histórico de 10 anos, constatamos que houve uma estabilidade com relação à população do campo nestas faixas etárias, o que indica que o processo migratório deste período ficou estabilizado, apesar de uma queda na percentagem de jovem no campo, mas indica uma tendência da continuidade da diminuição da população no campo.

A outra variável identificada é a presença de mais homens que mulheres no campo em todas as faixas etárias. Os elementos que levantamos para esta constatação estão relacionados ao fato das mulheres saírem de casa para trabalhar e estudar na cidade antes que (ou no lugar de) os homens e também não poderíamos deixar de considerar questões relacionadas ao forte

machismo, patriarcado que era, e ainda é, mais forte no campo e por fim se existe dificuldades de acesso à renda para a população camponesa, isso se intensifica ainda mais na vida das mulheres, sejam elas jovens ou não.

Tabela 6: População jovem de Cristinápolis – SE: urbana e rural (2000-2010)

	2000					2010				
Urbano	Total	Homens	%	Mulheres	%	Total	Homens	%	Mulheres	%
Total	6.722	945	14	1.112	16,54	8.336	1.088	13	1.305	15,65
15 a 19 anos	798	358	44,87	440	55,13	833	390	46,82	443	53,18
20 a 24 anos	670	305	45,53	365	54,47	785	380	48,40	405	51,60
25 a 29 anos	589	282	47,88	307	52,12	775	318	41,03	457	58,97
Rural										
Total	8.379	1.258	15	1.013	12	8.183	1.302	16	1.073	13
15 a 19 anos	989	560	56,62	429	43,38	964	527	54,66	437	45,34
20 a 24 anos	739	397	53,72	342	46,28	778	417	53,60	361	46,40
25 a 29 anos	543	301	55,43	242	44,57	633	358	56,56	275	43,44

Fonte: IBGE (2010).

Os dados da tabela 6 sobre Cristinápolis indicam um conjunto de informações bastante significativas para a pesquisa. Entre as variáveis que se destacam estão a percentagem de mulheres jovens na cidade é superior aos do campo em todas as faixas etárias. Já em relação aos jovens homens do campo é superior aos da cidade em todas as faixas etárias. Em termos de número absoluto, houve um aumento significativo de 1.614 pessoas na cidade, isso nos 10 anos analisados, enquanto no campo houve o aumento de apenas 57 pessoas no mesmo período.

Em relação aos dados apresentados do município de Cristinápolis, em 10 anos não houve grandes alterações, apesar de que a migração do campo para a cidade permaneceu. O fenômeno poderia estar associado ao fato de que nestes 10 anos houve muitas mudanças nos aspectos econômicos e políticos na disputa, sendo uma delas a luta pela terra que pode ter influenciado na dinâmica demográfica do município.

Este conjunto de dados estatísticos, e de análise que fizemos, está ancorado na compressão que temos do papel da agricultura e do campesinato no processo de modernização conservadora. As informações apresentadas no trabalho demonstram que existe um processo permanente e dinâmico da migração prevalecendo campo – cidade, uma relação dialética e interdependente do campo e da cidade, da agricultura e da indústria, pois ao mesmo tempo que a indústria vai desenvolvendo suas forças produtivas, criam impacto no campo e na agricultura.

Seguimos no próximo item discutindo a importância das políticas públicas para o campesinato e principalmente para juventude, compreendendo que um fator determinante para

o aumento da saída da juventude do campo é a falta de políticas estruturante para o campesinato e o excesso de políticas estruturantes para o modelo agrícola hegemônico do agronegócio.

3.4 Políticas públicas na agricultura e campesinato

Ao abordá-las e discutir seus significados, faz-se necessário desenvolver um breve debate sobre as questões que estão atreladas a elas, ou seja, o papel das políticas públicas e o que as fazem surgir. Segundo Grisa (2010, p. 16 apud CALDART et al., 2012), a elaboração, execução e gestão das políticas públicas envolvem um conjunto complexo de fatores e atores sociais, incorporando questões pontuadas por diversas perspectivas teóricas.

De acordo com o *Dicionário da educação do campo* (CALDART et al., 2012), as políticas públicas são a tradução de formas de agir do Estado, mediante programas que objetivam dar materialidade aos direitos constitucionais. Entre eles estão principalmente os direitos sociais, definidos no Artigo 6º da Constituição Federal Brasileira de 1988, que garante o direito à educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Pelo fato das políticas públicas de desenvolvimento rural serem formas de atuação do Estado para a garantia de direitos sociais, elas também são denominadas, muitas vezes, como políticas sociais.

Ao colocar em discussão as políticas públicas de desenvolvimento para o campo, faz-se necessário ter claro todo um processo que está por trás delas, pois sua criação não acontece por acaso, não são dádiva dos governos de plantão. Em sua maioria são criadas mediante algum tipo de pressão. As organizações e movimentos sociais populares têm um papel significativo na construção destas políticas, ou seja, dependem fundamentalmente da correlação de forças e das estratégias de lutas em um determinado período histórico. Segundo Fernandes (2013, p. 2):

A elaboração de políticas públicas é resultado da correlação de forças entre instituições que são ou representam interesses de classes, e necessitam das políticas que colocam suas proposições e defendem seus projetos. ‘A influência de instituições e organizações da sociedade determinam os rumos das políticas de governo e das políticas de Estado’.

De acordo com o autor, as políticas públicas podem ser emancipatórias ou podem ser de subordinação, dependendo de quem as elabora, e como são construídas por meio de disputas políticas, ou seja, as correlações de forças determinarão se serão de subordinação ou emancipatórias. Os territórios do campesinato precisam de políticas de desenvolvimento para

o campo a partir da lógica do trabalho familiar, visando à produção de diversas culturas para a comercialização, e estas não podem ser elaboradas a partir da lógica do agronegócio, pelo contrário, elas precisam ser formuladas pelo protagonismo e pela participação da classe a que se destina.

Nos últimos anos, os movimentos do campo conseguiram influenciar mais na elaboração de políticas de desenvolvimento para os camponeses. Segundo Fernandes (2013, p. 1),

No período pós-neoliberal ou neodesenvolvimentista ampliaram-se as disputas por políticas públicas como parte das ações que determinam o desenvolvimento territorial rural no Brasil. Enquanto no período desenvolvimentista o governo aparecia como o proponente dos planos nacionais de desenvolvimento, no período atual as partes interessadas da sociedade como as corporações, organizações e movimentos socioterritoriais tem participado cada vez mais na formulação de políticas públicas. A constituição e o estabelecimento das políticas públicas tornaram-se disputas territoriais e por modelos de desenvolvimento, configurando-se entre os novos elementos da questão agrária atual.

Vale considerar que este período neodesenvolvimentista que Fernandes (2013) faz referência se encerrou com o processo político que o Brasil está vivendo desde 2016, do processo de *impeachment* à implantação de uma agenda agressiva neoliberal. Entramos em um período de retrocessos, tanto que as políticas públicas que conquistamos nos últimos anos estão sofrendo sérios riscos de deixarem de existir. Existem vários exemplos, o principal sendo a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que era um ministério fruto de muita luta dos camponeses. Ele foi criado depois do grande massacre do Eldorado dos Carajás, e que as principais políticas para o campo, perpassava por este ministério. O MST (2017) fez uma nota que dizia o seguinte:

O MDA representa um marco de luta contra a violência no campo e espaço de afirmação das minorias, além disso, segundo os trabalhadores, o ministério é o espaço de representatividade política das populações rurais, por garantir o avanço e o desenvolvimento estrutural aos pequenos agricultores. Exemplo disso, foi a sua criação em 1999 pautado a partir do massacre de Eldorado dos Carajás, que aconteceu em abril de 1996. Não é permitido recuar diante desta ofensiva conservadora e reacionária contra os direitos da classe trabalhadora. Muitas conquistas marcam historicamente o avanço das políticas agrárias e o MDA representa a base política para isso. (MST, 2017)

E não pararam por ali, além do MDA, cortaram tantas outras políticas importantes, como as chamadas públicas para contratar Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Novas regras permitem o aumento da jornada de trabalho para 12 horas diárias, negociação direta entre empregados e patrões, a terceirização em as categorias, inclusive, serviço público. Foram aprovadas emendas à constituição (PECs) que congelou por 20 anos os gastos públicos, colocando limites aos gastos nas principais áreas, como nas políticas sociais, saúde,

educação e outras. Para a agricultura familiar, além dos cortes da ATER, foi cortado o orçamento para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Pior, o governo ilegítimo está promovendo que os assentados de projetos de reforma agrária vendam, individualmente, seus lotes, algo que vai destruir reforma agrária com alternativa para o desenvolvimento agrário. Ainda quer aprovar a reforma da previdência, que significa uma perda histórica para todos os(as) trabalhadores(as), e principalmente o campesinato, através do aumento da idade para homens e mulheres aposentarem, a contribuição direta por pelo menos 25 para conseguir o benefício.

Não existem dúvidas de que todos estes retrocessos nas políticas sociais vão afetar diretamente a qualidade de vida, o aprofundamento da pobreza no campo e na cidade e também no aumento do êxodo rural, tanto dos adultos, quanto da juventude, porque estas políticas, mesmo com seus limites e problemas, têm um significado importante e fazem grande diferença no fortalecimento da agricultura camponesa e na vida dos mais pobres neste país. Segundo Paula, Gómez e Tracz (2017, p. 83):

O golpe está a serviço do grande capital, o qual procura se recuperar dos impactos da crise econômica, explorando ainda mais os trabalhadores do campo e da cidade. Além de diminuir os investimentos públicos em programas sociais e direcioná-los aos setores privados. Para os camponeses, o golpe trouxe corte em políticas importantes para sua manutenção no campo, como o próprio PAA, além do possível corte de milhares de benefícios previdenciários que podem ocorrer com a aprovação da reforma da previdência. A reforma agrária foi totalmente abandonada e fragilizada.

Os eventos recentes sublinharam o argumento de que as políticas públicas, uma vez conquistadas, não lhe dão a garantia de existir ou de se efetivar para o resto da vida. Os que a dependem delas devem estar em permanente movimento para garantir sua existência, efetivação, melhoria e permanência. Segundo Rosa (2015, p. 49):

E isso permite perceber que as políticas públicas necessitam de dois movimentos combinados, o primeiro é a mobilização, pressão popular, para a política pública nascer, existir; e o segundo é a continuidade do povo organizado exigindo o acesso, a melhoria, a continuidade da política pública, pois toda política assim como foi criada, pode ser extinta, portanto sua eficácia depende fundamentalmente da defesa coletiva. Em síntese, estes são os únicos caminhos. E o grande desafio para o campesinato é estar organizado para lutar em defesa de sua existência.

Ou seja, as políticas públicas fazem parte de projetos de desenvolvimento, por isso elas são campos de constantes disputas. Disputar política pública é disputar o Estado, disputar os recursos recolhidos pelo Estado de toda sociedade a mais-valia social, no caso do projeto anti-hegemônico é necessário sempre disputar tencionando o Estado já que ele funciona a partir da lógica hegemônica.

Alves e Vinha (2015, p. 9) compreendem também as políticas públicas como espaço de disputa de paradigma. Para as autoras, é preciso lutar para que sejam construídas políticas que de fato viabilizem a construção da autonomia, ainda que relativa do campesinato perante o capital, para que não mais reforcem a dependência e a integração do campesinato ao capital, porque isso o fragiliza e o deixa completamente dependente e subordinado. A autora afirma ainda que as políticas públicas que surgiram para o campesinato não se deram apenas por iniciativa do Estado, mas surgem a partir das diversas lutas que os movimentos sociais do campo vêm travando nos últimos anos.

Socializaremos aqui também um pouco do exercício de reflexão que fizemos no trabalho de conclusão de curso da minha especialização, em que chegamos a conclusão que as políticas públicas são fundamentais para o desenvolvimento do País e quando elas contemplam a agricultura camponesa vão além do território camponês, ultrapassam o objetivo do aumento da renda e qualidade de vida. Quando elas são de fato concretizadas, proporcionam renda, resistência, permanência, produção e diversificação de alimentos para a mesa do povo brasileiro e contribui fortemente para o desenvolvimento da agricultura camponesa. Ao exercer o fortalecimento das comunidades camponesas, atinge diretamente e indiretamente um conjunto importante da sociedade.

As políticas públicas destinadas aos camponeses contribuem para o fortalecimento da agricultura camponesa, isto significa que elas beneficiam as mulheres, os homens, as crianças e juventude, mesmo assim é legítima a luta por políticas específicas para mulheres e para juventude.

Como já referimos anteriormente, a intervenção do estado é fundamental para o fortalecimento da agricultura, seja ela a agricultura camponesa, seja ela a agricultura do modelo hegemônico, pois agricultura camponesa prova dia após dia, com sua resistência, mesmo sem muito apoio do estado, produzem mais de 70% da produção de alimentos, enquanto o agronegócio só avançou, só chegou onde chegou porque o Estado cumpriu um papel fundamental, o de subsidiar, abrindo todas as portas principalmente a partir dos anos 1960. De acordo com Sorj (2008):

A ação do Estado nesse contexto orienta-se para a modernização da agricultura, visando a integrá-la ao novo circuito produtivo liderado pela agroindústria de maquinarias e insumos e de processamento de matéria-prima, ao mesmo tempo em que mantém seu papel de estabilizador entre as necessidades do mercado interno e a pressão do mercado externo, e de gerador das condições infra-estruturais necessárias à expansão do conjunto do setor. (SORJ, 2008, p. 54).

Ou seja, o estado foi o responsável por todo o processo de modernização, possibilitou todas as condições necessárias para implantação do que chamamos de modelo hegemônico de

agricultura, tudo isso através de ações, sejam elas programas, política pública, subsídios. O agronegócio só conseguiu ter este domínio que tem hoje sobre a agricultura, sobre as sementes, na indústria, em toda cadeia produtiva, com o absoluto apoio do estado. Da mesma maneira, a agricultura camponesa no mesmo período que o estado brasileiro desviou seu olhar e a política de estado que restou foi a repressão, isto permeou por muitos anos, mesmo assim resiste e cumpre sua missão de produzir e fazer a reprodução camponesa. Quero dizer com isso que se o Estado quisesse e acreditasse na agricultura camponesa não tinha quem o segurava, porque o nosso país tem todas as condições para se produzir alimentos, tem terra, tem água, tem homens e mulheres querendo terra, querendo teto e querendo trabalho. Teria com isso um conjunto de problemas resolvido, tanto para os(as) camponeses(as), tanto para a juventude camponesa, quanto para as populações urbana.

Nesse sentido, vamos trazer a seguir questões relacionadas às políticas específicas para juventude, tentando fazer sempre que possível um recorde para a juventude camponesa.

3.5 Juventude camponesa e políticas públicas

Historicamente, a juventude camponesa, assim como o conjunto do campesinato, não teve um tratamento equivalente ao modelo hegemônico de agricultura, uma vez que ela sempre foi vista principalmente como força de trabalho para a indústria e agricultura capitalista. Nos últimos anos, entretanto, surgiram algumas iniciativas de políticas ainda tímidas destinadas a estes sujeitos. Iremos examinar as principais iniciativas de políticas e programas, sua importância e limites.

Para analisar questões relacionadas às políticas públicas para juventude no Brasil, vale a pena examinar alguns marcos internacionais importantes sobre a juventude. A primeira delas foi o tema da juventude ter entrada na pauta da ONU e na agenda dos países-membros da Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ). Segundo Castro, Aquino e Andrade (2009), mesmo com certos avanços, os dados apontavam para sérios problemas com relação à juventude mundial.

Apesar dos avanços, os indicadores de acesso dos jovens aos direitos sociais, culturais e econômicos, contidos no Informe sobre a Juventude Mundial de 2005 da ONU, mostravam um quadro desolador da não concretização de direitos humanos para grande parte da juventude do mundo. De acordo com este documento, de um total de 1,2 bilhão de jovens em todo o mundo, 200 milhões sobreviviam com menos de US\$ 1,00 per capita por dia, 88 milhões não tinham emprego e 10 milhões portavam o vírus da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS). (CASTRO; AQUINO; ANDRADE, 2009, p. 45).

Em 2000, a ONU destacava a necessidade de intervenções públicas nas áreas de educação, saúde e emprego e recomendava que os países implementassem políticas integradas para a juventude. As necessidades já foram apontadas no Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ), uma estratégia aprovada pela Resolução n. 50 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1981. Através do PMAJ, os estados membros deveriam dedicar atenção especial aos direitos dos jovens considerados mais vulneráveis. Os informes da ONU sobre a juventude mundial mostravam que a maioria dos problemas atingia, indistintamente, os jovens do mundo inteiro, em que o quadro, no entanto, era mais grave nos países em desenvolvimento.

O compromisso da ONU para com a juventude data de 1965, quando os Estados-membros assinaram a Declaração sobre o Fomento entre a Juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos. Entretanto, foi apenas em 1985, com a instituição pela ONU do Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz, que o tema alcançou materialidade e ampliou sua visibilidade. Em 1995, dez anos após a celebração do ano da juventude, a ONU propõe aos países-membros a adoção de uma estratégia internacional para enfrentar os desafios atuais e futuros da juventude.

Desde a adoção do PMAJ, vários outros mecanismos e acordos internacionais foram firmados, fortalecendo o compromisso dos Estados-membros com a implementação da Política Nacional de Juventude. Nesta direção, é importante destacar, entre outros esforços de alcance internacional da agenda da ONU, a realização, em 1998, da I Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pelos Jovens, que resultou na adoção da Declaração de Lisboa sobre a Juventude, e do Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas, o qual deu origem à elaboração do Plano de Ação de Braga. Pela Declaração de Lisboa, os países comprometeram-se a apoiar o intercâmbio bilateral, sub-regional, regional e internacional das melhores práticas nacionais para subsidiar a elaboração, execução e avaliação das políticas de juventude. Incentivados pela agenda da ONU para a juventude, principalmente após a instituição do Ano Internacional da Juventude, uma importante organização entre os países ibero-americanos começou a ser gestada.

Atualmente, a OIJ é o único organismo multilateral governamental de juventude. Ele procura promover a cooperação e o diálogo nesta área entre 21 países ibero-americanos, entre eles o Brasil. Em outubro de 2006, em Havana, Cuba, aconteceu a XIII Conferência Ibero-Americana de Ministros e Responsáveis de Juventude. Neste encontro, os participantes ratificaram a Convenção Ibero-Americana de Direitos da Juventude de outubro de 2005, assumindo o compromisso de apoiar a elaboração de um Plano de Cooperação e Integração da

Juventude na Ibero-América, com o objetivo de fortalecer a luta contra a pobreza e a exclusão social dos jovens da região. Na declaração final da conferência, os representantes dos países participantes reconhecem a juventude como ator de mudança e transformação social e como etapa com essência própria no processo de desenvolvimento pessoal, que deve ser vivida plenamente e com o exercício integral de seus direitos. Na XIV Conferência, ocorrida em janeiro de 2009, em Santiago, Chile, o Brasil ratificou sua intenção de integrar o grupo como membro pleno, uma vez que o país participa dos trabalhos da OIJ, como observador, desde sua criação, em 1996.

É importante considerar que nos últimos anos tiveram várias iniciativas na questão da juventude, seja no que se refere à juventude em geral, seja, inclusive, na juventude do campo. Exemplo disso foi a criação em 2005 da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e, logo em seguida, a criação do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) com o objetivo de articular, formular e avaliar as ações voltadas para este público. Em 2013, no Governo de Dilma Rousseff, foi sancionado o Estatuto da Juventude, pela Lei n. 12.852/2013, que assegura o pleno exercício da cidadania para os jovens. E em 3 de maio de 2016 foi publicado, por meio do Decreto Presidencial n. 8.736, o Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural, que inclui boas propostas para a juventude do campo, fruto de vários debates no Conjuve com as representações do Comitê Permanente de Promoção de Políticas de Juventude Rural do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). Suas ideias foram construídas a partir de mais de 2 mil proposições geradas nas conferências territoriais de juventude realizadas em 2015, e como as propostas foram construídas a partir das conferências territoriais de juventude elas vieram com mais qualidade e são baseadas na realidade camponesa.

Ao refletir sobre a existência ou não de políticas para juventude camponesa, lembramos do que escrevemos logo no início da seção que as políticas fazem parte de projetos de desenvolvimento do campo, sendo, de um lado, o agronegócio e, do outro, a agricultura camponesa, e eles vivem em constante disputa.

Estas disputas, segundo Fernandes (2013, p. 66), são paradigmáticas e acontecem em dois territórios diferentes, que são territórios materiais e territórios imateriais. Existem então o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), eles se disputam no território imaterial através de intencionalidades, posição políticas, visões de mundos. Neste debate, segundo Felício (2014, p. 17), o PQA defende que existe um problema estrutural criado pelo capitalismo na agricultura e o centro do debate está na relação entre o capital e o campesinato. Já o PCA compreende o desenvolvimento do capitalismo na

agricultura, a partir da questão agrária como conjuntural, interligando o agronegócio e a agricultura familiar como partes do mesmo projeto para desenvolver a agricultura. O PQA, segundo Fernandes (2013, p. 70), tem como ponto de partida as lutas de classes para explicitar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que criem condições para a autonomia camponesa e possuem duas vertentes, sendo a proletária e a campesinista. Já para o PCA, as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural e podem ser superado a partir das políticas de integração do campesinato ao mercado capitalista e possuem duas tendências, sendo a tendência da agricultura familiar que acredita na integração ao capital e a vertente do agronegócio que vê a agricultura familiar como residual.

A existência de políticas para a juventude camponesa interfere diretamente no fortalecimento das comunidades das quais vive a juventude, interfere na resistência, na permanência na terra, no retorno da juventude da cidade para o campo, na produção de alimentos, na sucessão. E a quem interessa isso, a não ser o PQA?

Ao direcionar questões ligadas às políticas públicas, estamos tratando de assuntos de interesse de grupos antagônicos, isso nos faz compreender porque as políticas para o campesinato, para a juventude não avança, ou sua existência quase não ultrapassa os papéis e justamente as políticas que mais avançam, que mais cumprem com os objetivos de fortalecer a agricultura camponesa são as mais ameaçadas, são as que sempre estão em risco de extinção, porque elas fortalecem os camponeses e camponesas, a juventude, e com isso elas deixam os territórios mais resistente e isso é afronta para o modelo hegemônico.

É contraditório fortalecer políticas que dão suporte, que fortalece a permanência da juventude, quando na realidade existe por parte da maioria dos responsáveis pela criação e efetivação das políticas um projeto que acredita é no campo vazio, sem gente, sem alimentos, sem escolas, com máquinas, monocultivo, com agrotóxico.

Estes implementam uma estratégia de um campo sem gente, cada vez mais com os dados estatísticos revelando que a porcentagem da população camponesa baixou, que a juventude migrou, que os territórios camponeses estejam vazios, sem nada, sem vida.

Sabemos da existência de um conjunto de documentos que trazem as políticas que foram elaboradas para a juventude, mas até que ponto que isto se concretiza de fato não sabemos, pois se considerarmos a partir de Cristinópolis, vamos chegar a conclusão de sua inexistência.

Também podemos levantar inúmeras políticas que foram criadas para juventude camponesa, como o Pronaf jovem, a primeira terra, Programa Nacional de Acesso ao Ensino

Técnico e Emprego (Pronatec). Estas políticas citadas acima, são bem importante, porém o mais importante é o acesso a elas, e isto é justamente o mais complexo, pois a burocracia, faz com que a juventude não consiga ter o acesso, isso no caso do Pronaf jovem, no programa primeira terra, já o Pronatec o acesso é bem fácil acessível, mas também possuem vários limite.

Estas políticas citadas acima se fossem efetivadas seria importante e daria passos significativos nas principais demandas deste público, pois a juventude do campo precisa é de políticas estruturais, que dão respostas concretas econômica, através do acesso a terra, a recursos para investimentos, a meios de tecnologias para produzir alimentos, a mecanismos de comercialização de sua produção. Estas políticas é que podem proporcionar meios para a juventude ficar, permanecer.

Ao referir as políticas públicas para juventude camponesa, deparamos com imensas publicações com inúmeras políticas públicas destinadas à população jovem do campo, mas quando vamos dialogar com a juventude camponesa percebemos que existe um desconhecimento por parte da juventude da existência destas políticas públicas. A um enorme vácuo da proposta, das palavras documentadas até a comunidade camponesa em que se encontra a juventude.

Frente a esta disputa paradigmática, os movimentos sociais têm construído caminhos alternativos na busca de fortalecer a resistência camponesa, que sobretudo é uma resistência ativa e contínua, pois a disputa dos modelos de agricultura acontece a todo momento, hora aberta, mais explícita e hora mais camuflada, fechada, e isto exige uma resistência ativa e continuada do campesinato.

As formas de resistências são diversas, desde continuar na terra para os que possuem terra, e outros no caso da luta pela terra e reforma agrária que às vezes ficam anos e anos em acampamentos provisório em beiras de estradas, ou em ocupações provisórias do latifúndio, mesmo com todas as dificuldades, mesmo sem o acesso a vários direitos, como água, energia, acesso à escola, acesso à moradia digna, à estrada de qualidade, à saúde, muitas vezes, sem acesso às políticas públicas, resiste e insiste em continuar na lida e na luta para continuar ou se tornar camponês ou camponesa.

A luta pela terra é o mais forte exemplo de resistência, pois a maioria que vai para a luta foi um dia expulso de seu pedaço chão, então a luta contra o latifúndio cumpre um papel fundamental na criação e recriação do campesinato e fortalece o território camponês, pois a conquista do território que até então era do latifúndio, do modelo hegemônico é transformado em assentamento.

Cada assentamento conquistado é um latifúndio a menos e uma comunidade camponesa a mais, por isso a luta do MST é tão perseguida, ela tem uma lógica que mexe profundamente na base que sustenta o projeto que expulsa e apropria das terras do campesinato. Este tem sido o caminho que os vários movimentos camponeses têm percorrido frente a tantas ameaças que a agricultura camponesa vem sofrendo principalmente nos últimos anos, com o avanço desenfreado do capitalismo no campo.

As experiências de resistência ativa que os movimentos vêm construindo se dão de várias formas, como: ocupações de terras, denúncias das multinacionais, a luta por direitos como água, energia, moradia, saúde, educação, a luta por políticas públicas, como PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) e também faz o mais importante que é afirmar o projeto de agricultura camponesa.

Essa afirmação acontece resgatando e multiplicando sementes crioulas, desenvolvendo a agroecologia, a organização produtiva de mulheres e jovens, incentivo ao resgate e valorização aos saberes, a cultura, os valores campesinos e por último a formação para elevar o nível da consciência política do campesinato. Estas mesmas organizações têm colocado pautas que ultrapassam aos interesses dos territórios campesinos, tem colocado em suas agendas políticas pautas políticas de interesse da classe trabalhadora.

Este conjunto de iniciativas sem dúvida tem fortalecido a agricultura camponesa e explicitado cada vez mais que a agricultura camponesa é a melhor alternativa para a classe trabalhadora e defendo em todos os meus artigos que todas as políticas públicas são fundamentais para o desenvolvimento do país e quando elas contemplam a agricultura camponesa, vão além do território camponês, ultrapassam o objetivo do aumento de renda e qualidade de vida das famílias camponesas, proporcionam resistência, permanência e produção diversificada de alimentos saudáveis para a sociedade do país.

Dessa forma, esse é um assunto que deve ser de interesse do conjunto da sociedade, pois está discutindo o essencial para a busca da soberania alimentar, que é o fundamental para a continuidade da vida de todos os povos. A cada dia aumentam os desafios para o campesinato, pois tem aumentado a disputa por seus territórios.

Por fim, não há dúvida nesta disputa territorial que o campesinato possui uma resistência ativa e permanente, e mesmo com todas as dificuldades e limites, na maioria das vezes sem nenhum apoio do governo, seja em escala municipal, seja em escala estadual ou federal, continua cumprindo a missão que é a de produzir alimentos, isto é resultado das iniciativas dos diversos movimentos espalhados no Brasil.

3.6 Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural

No Brasil, no início de 2016, ainda no governo da presidente Dilma Rousseff, foi aprovado o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, fruto de uma construção iniciada há alguns anos entre juventude do campo, das florestas, das águas e o governo federal. O plano foi materializado em decreto presidencial contando com a participação de 8 ministérios, sendo eles: MDA; Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Cultura; Ministério das Comunicações; Ministério do Trabalho e Previdência Social; Ministério do Meio Ambiente; e Ministério da Saúde. Segundo o documento, as ações do Plano acompanham o Plano Plurianual (PPA 2016-2019) e deverão ser revisadas e atualizadas ao final do ano de 2019.

As ações são distribuídas por eixos temáticos, sendo eles, terra e território, educação do campo, qualidade de vida e participação, comunicação e democracia. As ações do Plano têm por objetivo ampliar o acesso da juventude do campo, das florestas e das águas aos serviços públicos; propiciar o acesso a terra e a oportunidades de trabalho e renda, por meio de inclusão produtiva; e ampliar e qualificar a participação da juventude rural nos espaços decisórios, especialmente das políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária.

Este plano surge em um momento bem complexo, em que o Brasil vive um novo período, marcado de grandes perdas de direito da classe trabalhadora em geral, e a juventude camponesa é afetada de forma muito direta. Então, é possível observar bons encaminhamentos neste plano, porém sempre foi difícil se concretizar políticas para a juventude e neste período se torna quase impossível. A abrangência do plano é nacional, devendo ser realizadas iniciativas com os demais entes federados para a articulação de ações nos âmbitos municipal e estadual.

Segue a seguir uma discussão das metas do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural dentro de cada eixo:

Tabela 7: Eixo: terra e território

-
- Destinar 30% dos novos lotes da reforma agrária para a juventude rural, garantindo a paridade de gênero.
 - Alterar normativo do INCRA, possibilitando a priorização da juventude, incluindo jovens solteiras/os.
 - Priorizar a destinação dos lotes retomados em assentamentos constituídos para as/os jovens das famílias assentadas.
 - Normatizar a transferência de posse dos lotes da reforma agrária para herdeiras/os.
 - Delimitar, demarcar e regularizar as terras quilombolas, indígenas e de povos e comunidades tradicionais.
 - Ampliar o acesso da juventude ao Programa Nacional de Crédito Fundiário, garantindo que 50% dos contratos sejam celebrados por jovens, incluindo as/os jovens solteiras/os.
 - Regularizar as terras das/os jovens por meio das políticas de regularização fundiária.
 - Facilitar a transferência de propriedade para herdeiras/os com redução/isenção de taxas cartoriais e impostos.
-

Fonte: elaboração da autora (2017).

A questão sobre o acesso a terra é uma pauta fundamental e antiga dos movimentos que lutam pela terra e quando vamos referir sobre políticas públicas para permanência da juventude no campo, a primeira demanda é o acesso a terra, devido à família não ter terra, ter uma pequena parcela de terra que já é insuficiente para a demanda da família ou ocupar uma área irregular do ponto de vista legal, aumentando a instabilidade da família camponesa.

Então, as propostas que aparecem neste eixo são importantíssimas, seja o acesso a terra, e também nas propostas que se refere a destinar 30% dos novos lotes da reforma agrária para a juventude rural, garantindo a paridade de gênero, alterar normativo do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), possibilitando a priorização da juventude, incluindo jovens solteiras/os, destinar 30% dos novos lotes da reforma agrária para a juventude rural, garantindo a paridade de gênero, e normatizar a transferência de posse dos lotes da reforma agrária para herdeiras/os.

Esta é uma das pautas estruturantes, que fazem parte de um conjunto de outras ações que se complementar e não andam sozinhas, ou seja, não adianta ter acesso a terra, sem os mecanismos de créditos, de tecnologias para que a juventude desenvolva a produção agrícola.

Tabela 8: Eixo: trabalho e renda

• Atender 25% de jovens nas Chamadas de ATER/ATES, incluindo as específicas de mulheres e PCTs. • Atender 80 mil jovens da agricultura familiar com ATER específica para a juventude rural, garantindo a paridade de gênero. • Garantir cota de 30% de jovens nas equipes de extensão contratadas nas Chamadas de ATER/ATES. • Capacitar, no mínimo, um/a agente de ATER por estado para o tema do crédito para a juventude, preferencialmente do quadro técnico das empresas públicas de ATER. • Ampliar o número de jovens com DAP, priorizando mulheres e PCTs. • Realizar mutirões de emissão de DAP nos territórios rurais, priorizando os jovens. • Adequar portaria da DAP de forma a desburocratizar o acesso da juventude as políticas públicas. • Realizar premiação e divulgação de boas práticas da juventude na agroecologia. • Garantir crédito fomento para juventude desenvolver atividades produtivas de matriz agroecológica, como: a diversificação da produção, os sistemas agroflorestais, os bancos de sementes crioulas, o cultivo fitoterápico, entre outras atividades. • Priorizar no PNAE a compra de alimentos oriundos de organizações que tenham maior participação de jovens em seu quadro social, por meio da alteração do Inciso I, §2º, Art. 25 da Resolução CD/FNDE nº 4/2015, conferindo prioridade às organizações que tenham 50% de jovens em seu quadro social. • Ampliar o acesso da juventude ao PNAE. • Ampliar o acesso da juventude ao PAA. • Ampliar a metodologia do Micro Crédito Orientado para a linha do Pronaf Jovem. • Beneficiar 280.000 jovens com crédito Pronaf até 2018. • Apoio à formação de bancos de sementes crioulas pela juventude rural (Programa de Sementes e Mudanças). • Ampliar o apoio para projetos de infraestrutura produtiva e de comercialização para a juventude. • Fomentar a Aprendizagem Profissional nos territórios rurais, envolvendo os Colegiados Territoriais na mobilização e pactuação da oferta de vagas, garantindo que a aprendizagem prática seja exercida nos empreendimentos da agricultura familiar, e a aprendizagem teórica, norteie-se pelos princípios da pedagogia da alternância. • Apoiar a organização de cooperativas/associações de jovens rurais por meio de edital específico que contemple recursos de custeio e investimento e qualificação para a gestão de empreendimentos coletivos. • Apoiar a estruturação de redes de economia solidária de jovens rurais por meio de edital em parceria com a Senaes/MTPS. • Promover a ampliação e divulgação do Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF) em empreendimentos coletivos da juventude rural. • Estimular a participação de jovens nas diretorias das cooperativas/associações acompanhadas pela Cooperativa Regional de Agricultores Familiares (Cooperaf). • Ofertar cursos de capacitação em organização e gestão de associações, cooperativas e elaboração de projetos.

Fonte: elaboração da autora (2017).

As propostas que aparecem no eixo de Trabalho e renda (Quadro 4) também foram julgadas como legítimas. Deixam claro que uma questão fundamental que a juventude pauta é a renda, uma preocupação responsável por fazer milhões de jovens saírem do campo na busca de trabalho. Mais a juventude vai conseguir ter renda, a partir do acesso de políticas de incentivo para que isso ocorra. As propostas construídas no plano, de atender 25% de jovens nas Chamadas de ATER/ATES, ampliar o número de jovens com DAP, garantir crédito fomento para juventude desenvolver atividades produtivas de matriz agroecológica, como: a diversificação da produção, os sistemas agroflorestais, os bancos de sementes crioulas, o cultivo fitoterápico, entre outras atividades, ampliar o acesso da juventude ao PNAE e PAA, ampliar a metodologia do Microcrédito Orientado para a linha do Pronaf Jovem, apoio à

formação de bancos de sementes crioulas pela juventude rural e o apoio para projetos de infraestrutura produtiva e de comercialização para a juventude.

Quando se refere a trabalho e renda, é um tema extremamente importante para dialogar com a juventude, e o Estatuto da Juventude, no artigo 15, inciso VI, aponta como fundamental que é o “apoio ao jovem trabalhador rural na organização da produção da agricultura familiar e dos empreendimentos familiares rurais, por meio das seguintes ações”:

- a) estímulo à produção e à diversificação de produtos;
- b) fomento à produção sustentável baseada na agroecologia, nas agroindústrias familiares, na integração entre lavoura, pecuária e floresta e no extrativismo sustentável;
- c) investimento em pesquisa de tecnologias apropriadas à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais;
- d) estímulo à comercialização direta da produção da agricultura familiar, aos empreendimentos familiares rurais e à formação de cooperativas;
- e) garantia de projetos de infraestrutura básica de acesso e escoamento de produção, priorizando a melhoria das estradas e do transporte;
- f) promoção de programas que favoreçam o acesso ao crédito, à terra e à assistência técnica rural;

Todas as propostas que estão vinculadas a este eixo são fundamentais, porém, são complementares aos outros eixos. Ou seja, para resolver ou pelo menos contribuir para melhorar a vida da juventude, seriam todas estas propostas chegarem em todas as comunidades, pois não basta chegar a ter acesso a terra se não conseguir acessar o crédito, tem que ter acesso a DAP, aos programas de comercialização, a juventude quer escola.

Tabela 9: Eixo: Educação do campo

• Atender 15 mil jovens, por meio de editais do Pronera, em parceria com Universidades/Escolas Técnicas. • Ampliar o número de jovens matriculadas/os no Pronatec Campo. • Alterar normativo legal de forma a reconhecer as CEFFAs como instituições públicas. • Reconhecer as CEFFAs como ofertantes d
o Pronatec Campo.
• Lançar edital do Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF) voltado à reforma e construção das CEFFAs nos territórios rurais.

Fonte: elaboração da autora (2017).

O acesso à educação é fundamental e este eixo traz propostas, como o Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária (Pronera), as escolas técnicas, o Pronatec campo. O acesso à educação do campo é fundamental quando a discussão é sobre sucessão da juventude, se existem interesses de fazer a juventude permanecer no campo é inviável ensinar esta juventude a partir de um currículo que valoriza é a permanência na cidade e principalmente nos grandes centros urbanos. Inclusive o artigo 7º paragrafo 5º do

Estatuto da juventude garante que “a política nacional de educação do campo contemplará a ampliação da oferta de educação para os jovens do campo, em todos os níveis e modalidades educacionais”. Existem elementos importantes neste eixo, porém, deveriam ter pautado também a educação do campo como parte fundamental e necessária, pois se queremos que a juventude permaneça, é estratégico ter um currículo que contribua para isso.

E temos clareza que muito ainda é preciso avançar, pois cada vez mais vemos as poucas escolas existentes no campo serem fechadas, isso mostra claramente a desvalorização que é a educação das populações do campo.

Tabela 10: Eixo: Qualidade de vida

• Atender 11.000 áreas de vulnerabilidade digital com acesso à internet pelo Programa GESAC. • Promover campanhas continuadas e permanentes sobre os danos à saúde causados pelo uso de agrotóxicos, principalmente nas escolas do campo, tendo a/o jovem rural como protagonista. • Apoiar e expandir os Pontos de Cultura nas áreas rurais. • Ampliação do Programa Arca de Letras. • Apoiar a estruturação de redes de cultura de jovens rurais por meio de edital.
--

Fonte: elaboração da autora (2017).

Tabela 11: Eixo: Participação comunitária e democracia

• Assegurar a cota mínima de 20% de jovens no Condraf. • Assegurar 2 (duas) vagas para entidades da juventude rural no Condraf. • Assegurar a cota mínima de 20% de jovens nas seções nacionais da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF). • Promover e fomentar a realização de intercâmbios entre jovens rurais voltados à troca de experiências e de informações sobre práticas agroecológicas. • Promover intercâmbios entre grupos de jovens de comunidades diferentes e entre o campo e a cidade, proporcionando a troca de experiências. • Promover intercâmbios de troca de experiências entre as/os jovens rurais latino-americanos e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. • Assegurar a cota mínima de 20% (vinte por cento) de jovens em todas as instâncias colegiadas. • Assegurar o funcionamento de Comitês de Juventude Rural, em todos os Colegiados Territoriais, vinculados ao Programa Territórios Rurais e da Cidadania. • Fomentar a atuação dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) com a juventude rural.
--

Fonte: elaboração da autora (2017).

Estes dois últimos eixos: qualidade de vida (Quadro 6) e participação comunitária e democracia (Quadro 6) são pontos extremamente necessários para a vida nas comunidades camponesas, não temos dúvida que o acesso a internet, o acesso a pontos de cultura, a participação ativa da juventude na comunidade, nos conselhos, nos intercâmbios faz com que a juventude camponesa sinta protagonistas e sintam cada vez mais prazer e orgulho em permanecer no campo.

É neste sentido o Estatuto da Juventude, no artigo 22 das competências do poder público, inciso “VIII- assegura ao jovem do campo o direito à produção e à fruição cultural e aos equipamentos públicos que valorizem a cultura camponesa” (BRASIL, 2013).

Este documento apresenta argumentos fortes para ao mencionar sobre políticas importantes para o fortalecimento agricultura camponesa, a permanência da juventude no campo e o respeito para os direitos garantidos no Estatuto da Juventude. Infelizmente, período que ele era aprovado estava marcado pelo novo período que o Brasil esta vivendo, de uma onda autoritária, intensas crises, e a repressão a qualquer pauta da classe trabalhadora e camponesa. Ou seja, estes sujeitos perderam as poucas políticas de incentivo que conseguiram avançar. Inclusive muito desses ministérios responsáveis por tais ações nem existe mais.

Para o estado de Sergipe, não poderíamos deixar de comentar alguns marcos legais referente a questão da juventude. Primeiramente, dizer que o estado não possui ainda o Plano Estadual de Juventude, que tem como objetivo nortear as ações, objetivos para com o público jovem. Segundo o site da Secretaria de Estado do Esporte, Lazer e Juventude, responsável pelas demandas e iniciativas da juventude do estado, este plano esta em construção.

O que possui de documentos legais em se tratando de juventude é o Decreto n. 29.493, de 26 de setembro de 2013, que institui o Comitê Intersetorial de Políticas Públicas de Juventude do Estado de Sergipe, e dá outras providências, onde fica decretado:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo Estadual, o Comitê Intersetorial de Políticas Públicas de Juventude do Estado de Sergipe, com o objetivo de subsidiar e de contribuir com a elaboração e o desenvolvimento do Plano Integral de Juventude do Estado de Sergipe.

Parágrafo único. Compreendem-se como juventude, para fins deste Decreto, os cidadãos entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade, nos termos disposto na lei (Federal) n. 11.1129, de 30 de junho de 2005.

Art. 2º O Comitê Intersetorial de Políticas Públicas de Juventude do Estado de Sergipe, tem as seguintes atribuições:

I – Realizar diagnóstico permanente, analisando as práticas das ações setoriais voltadas à juventude, desenvolvidas pelos diversos órgãos ou entidade do Estado;

II – Ampliar os conhecimentos a respeito dos diversos âmbitos da vida dos jovens, estabelecendo conceitos básicos, que possibilitem o entendimento da condição juvenil no Estado;

III – Propor recomendações a instituições pública ou privadas sobre a temática;

IV – Desenvolver de forma efetiva a concentração e a coordenação de projetos e atividades desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo Estadual, na área da juventude;

V – Propor pacto de metas e as linhas programáticas setoriais do Plano Integral de Políticas de Juventude do Estado aos órgãos ou as entidades do Poder Executivo;

VI – Realizar demais ações correlatas necessárias à elaboração e à implementação do plano Integral de Políticas de Juventude do Estado.

Além disso, no seu artigo 3º, a lei cria o Comitê Intersetorial de Políticas Públicas de Juventude do Estado de Sergipe.

Nos próximos artigos deste decreto tem como principais questões as deliberações dadas a este comitê, bem como seu funcionamento, sendo uma delas o prazo de 90 dias após a publicação do Decreto para que o comitê apresentasse relatório com o diagnóstico prévio da condição juvenil e as recomendações, julgadas urgentes.

E o segundo decreto é o do dia 16 de agosto de 2017, ou seja, 3 anos e 11 meses após a aprovação do Decreto n. 29.493, é aprovado o Decreto n. 30.773, que altera dispositivos do Decreto n. 29.493, ou seja, este segundo decreto reduz as ações do Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para juventude.

Abordamos estes dois Decretos para mostrar que nenhum momento esses tratam a questão da juventude camponesa, ou seja, a juventude camponesa é desconhecida nestes dois documentos as representações que compõem os comitês são todos representantes dos Estado e não possui nenhum representante de organizações sociais, movimentos sociais, urbanos ou rural, e isso acaba resultando em um distanciamento ainda maior do Estado com a juventude e principalmente a camponesa.

No que se refere à elaboração de ações para juventude em Cristinápolis, não encontramos nenhum documento que trouxessem informações sobre ações, ou qualquer iniciativa por parte do município.

Eis a questão, existe acesso às políticas públicas para a juventude camponesa de Cristinápolis? Não basta existir, tem que se concretizar, fazer valer em ações para serem consideradas concretas, legítima. Percebe-se um enorme distanciamento da proposta até a efetivação da política pública.

A pesquisa de campo que fizemos nas comunidades em Cristinápolis mostrou a inexistência de políticas específicas para juventude, dos 30 jovens entrevistados, somente 1 disse que acessou a uma política específica para a juventude que foi o pró-jovem, os demais disseram que não conheciam nenhuma política para a juventude, seja ela caráter municipal, seja ela estadual ou nacional. Pelas constatações acima em relação à criação de políticas públicas para juventude, percebemos que essas são bastante recentes, e que a partir do governo atual todas estas políticas ficaram comprometidas. Isso representa um retrocesso, ou a morte de algo que acabou de nascer, isto dificulta fazer uma análise mais precisa dos limites das mesmas, além do que apontamos acima que no município que pesquisamos mesmo sendo um local em que há predominância de camponeses, que há uma presença significativa de jovens e nem uma das políticas foi acessada pelos jovens do qual participaram da pesquisa. Deste modo, isso revela os limites e desafios a serem enfrentados.

3.7 O Movimento Camponês Popular e a luta por políticas públicas

O MCP defende o direito de o campesinato exigir políticas públicas do Estado. O movimento organiza os(as) camponeses(as) para lutar pela existência, continuidade e fortalecimento das políticas públicas para o desenvolvimento do campo. Parte das políticas estão dentro do que o MCP chama de “pauta social”. A pauta é um conjunto de condições que contribuem para melhorar a qualidade de vida do campesinato, seja a criação, a efetivação, seja melhoria ou continuidade de políticas públicas de comercialização via PAA, PAA sementes, via PNAE, quaisquer as políticas que fortalecem a agricultura camponesa. Entre elas são direitos básicos, como do acesso à água, energia elétrica, estradas, escola, moradia digna, previdência, enfim, uma luta por nenhum direito a menos. Na conjuntura atual, uma gama deles está sendo ameaçados, justamente fazem a maior diferença na vida do campesinato, como PAA e PNHR.

Figura 9: A antiga e a nova moradia de uma família camponesa de Crixás – GO



Fonte: Arquivo MCP.

Figura 10: Moradia camponesa de família camponesa de Crixás – GO



Fonte: Arquivo MCP.

Nestes 10 anos de organização e luta houve várias conquistas. Destacamos aqui a luta pela moradia camponesa. Já foram construídas e reformadas nos estados de Goiás, Bahia, Piauí e Sergipe cerca de 2.500 moradias. A moradia tem um significado muito importante na vida dos(as) camponeses(as), pois a agricultura camponesa é um modo de vida, o campesinato trabalha onde mora e vive onde trabalha, isso significa que existe uma mistura entre a vida e o trabalho. De ter uma moradia de qualidade representa muito, tanto para os homens, para a juventude e principalmente para as mulheres, que historicamente tem uma relação muito maior com a moradia, devido à divisão sexual do trabalho.

De acordo com Rosa (2015, p. 38):

O trabalho exercido pelos camponeses(as) é carregado de elementos culturais, como: terra, família, alimento, costumes, valores, pertencimento, identidade e na agricultura camponesa o trabalho e a vida se misturam, não se separa a sua vida do trabalho e o seu trabalho esta dentro, bem dentro de sua vida, o trabalho faz parte da vida diária e se interligam diariamente no tempo e no espaço. Outro elemento que contribuem para melhor assimilar estas questões que trago aqui como exemplo é a própria moradia do camponês, ela esta dentro do trabalho, enquanto o operário deixa sua moradia pela manhã e vai para o trabalho, ele passa a estar no trabalho, já o camponês(a) não, ele vive onde trabalha e isso leva a compreensão que ser camponês e camponesa é uma condição de vida e trabalho.

O MCP está no estado de Sergipe há 4 anos, e uma das conquistas que se teve nestes poucos anos de luta, foi a aprovação do moradias para as famílias camponesas através do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Esta conquista foi fruto de muita

organização e luta das famílias organizada pelo MCP nos três municípios de Tomar do Geru, Cristinápolis e Lagarto.

Outra conquista dentro da pauta social é a comercialização de alimentos e sementes via o PAA. O MCP já comercializou cerca de 1.000 toneladas de sementes, inclusive neste ano o estado os camponeses de Sergipe estarão comercializando pela primeira, cerca de 30 toneladas de sementes de milho e feijão, resultado de um conjunto de lutas e organização dos(as) camponeses(as) junto ao movimento.

Segue algumas figuras registradas de camponeses(as) em luta por direitos sociais:

Figura 11: Jornada de luta das mulheres, Estância – SE



Fonte: Arquivo MCP.

Figura 12: Luta contra a aprovação da PEC 241, Tomar do Geru – SE



Fonte: Arquivo MCP.

As políticas públicas na sua maioria foram arrancadas à força, mostrando que elas simplesmente não existiriam se não fosse a organização e a luta do povo. A conquista de moradias dignas certamente contribui para segurar a juventude no campo, mas é insuficiente. A luta deve caminhar para a busca de muitas outras políticas que fortaleçam o campo, que contribuam para o acesso a renda, a cultura, a educação, etc., proporcionando cada vez mais condições de transformar o campo em um lugar bom e belo de se viver. Sendo assim, a luta por políticas públicas necessita de dois movimentos combinados. O primeiro é a mobilização e a pressão popular para que a política pública seja produzida. O segundo é a continuidade da organização do povo na luta pela garantia da implementação e continuidade destas políticas, pois toda política assim como foi criada, pode ser extinta. Portanto, sua eficácia depende fundamentalmente da defesa coletiva.

Neste capítulo abordamos os aspectos teóricos acerca da definição de juventude, a partir de vários estudiosos da questão, bem como dos movimentos sociais populares. Também damos voz aos sujeitos de nosso trabalho, inserindo parte da pesquisa de campo. Aliás, a participação dos mesmos foi fundamental. Incluímos como parte do capítulo os dados demográficos que revelaram um conjunto de informações essenciais para nossa análise. Destacamos a participação significativa do campesinato na região nordeste do país. Buscamos compreender a dinâmica migratória, bem como a participação da juventude neste processo. Com estes dados podemos afirmar que há um conjunto de fatores de ordem estrutural que contribuem para esta dinâmica migratória, assim como podemos afirmar que a migração da juventude camponesa não é natural, ou por vontade, mas resultado de ausência das condições socioeconômicas que determina este processo. A partir destes resultados, afirmamos que a permanência dos camponeses e da juventude camponesa no campo dependem de um conjunto de ações e políticas públicas.

4. A PERMANÊNCIA DA JUVENTUDE NO CAMPO: AS ESTRATÉGIAS DE DISPUTA DA JUVENTUDE NA CONTEMPORANEIDADE

Neste capítulo vamos continuar com análise teórica, mas apontando para os resultados do trabalho de pesquisa de campo e sua metodologia. Apresentaremos o conjunto de elementos da disputa que envolve a juventude camponesa de Cristinápolis, e analisaremos os principais fatores identificados na pesquisa e que consideramos determinantes para permanência ou saída da juventude do campo. A juventude está no centro da disputa de classes e de projeto de campo entre o modelo hegemônico e anti-hegemônico. Identificamos e apresentamos a estratégia de disputa e as principais iniciativas e ações que ambas implementam, seus resultados e consequências.

Na introdução do trabalho socializamos o processo metodológico, mas como neste capítulo estamos trazendo principalmente os resultados da pesquisa de campo, vamos abordar brevemente sobre o trabalho de campo. Foram envolvidos na pesquisa 34 jovens, sendo 19 homens e 15 mulheres, estes jovens possuíam de 15 a 30 anos, tivemos como base a faixa etária que é definida pelo Estatuto da juventude, diferenciando apenas 1 ano a mais. Também participaram da pesquisa 15 camponeses e 15 camponesas. Estes jovens e camponeses(as) moram nas comunidades Cajá dos Índios, Lagoa Seca, Pasto Velho e Água Branca, apesar do MCP estar organizado nestas comunidades, nem todos os jovens que participaram da pesquisa fazem parte do MCP, já os camponeses que participaram da pesquisa eram todos membros do MCP. Utilizamos da metodologia das fontes orais, com questionário semiestruturado. Na transcrição e análise das fontes orais decidimos por utilizar apenas as iniciais do nome completo dos sujeitos entrevistados a fim de não dar identificação total dos sujeitos. O último foi a análise dos dados a partir da pesquisa qualitativa, tentando atribuir significados aos fatos e partindo de uma análise mais aprofundada e crítica.

4.1 Ficar ou sair? Os determinantes da permanência dos jovens de Cristinápolis?

Aqui pretendemos identificar as variáveis sobre esta questão que consideramos fundamental neste trabalho de pesquisa, podemos afirmar que as variáveis são muitas, provavelmente nem todas daremos conta de identificar. Porém, podemos afirmar que são de ordem estruturais e conjunturais. Quando referimos as questões que fazem a juventude permanecer ou sair do campo, não faltam respostas, são diversas, algumas são a partir de alguma questão pontual, outras são leituras a partir de questões históricas do que os dados

mostram sobre a saída massiva do campesinato, que já até mostramos no II capítulo. Vale considerar a existência de um conjunto de elementos que são responsáveis pela juventude permanecer ou sair do campo e na tentativa de ter uma compreensão mais real do que pensam estes jovens que ainda estão no campo em Cristinápolis fizemos a pesquisa de campo, onde apareceram vários elementos que nos ajudam na reflexão do porque tantos jovens gostariam de ficar e acabam vendo a saída como alternativa de vida melhor.

A tabela a seguir mostra elementos que foram colocados pela juventude de Cristinápolis sobre o motivo pelo qual saem e porque ficam no campo.

Tabela 12: As vozes da juventude sobre ficar ou deixar o campo

Razões que contribuem para a juventude permanecer no campo	Razões que contribuem para a juventude sair do campo
• Ter acesso a terra; • Ter renda; • Produzir alimentos; • Qualidade de vida; • Acesso a políticas públicas; • Sossego, tranquilidade; • Menos violência; • Acesso a espaços de cultura, lazer e prática esportiva, internet; • Ter acesso a moradia, a energia, a transporte; • Acesso aos direitos básicos; • Porque eu me sinto mais alegre e mais a vontade; • É um lugar melhor de viver.	• Possibilidade emprego; • É mais fácil de arrumar casamento; • Falta de oportunidades financeira; • Trabalho pesado, penoso; • Falta de trabalho fixo; • Em busca de estudos; • Melhor qualidade de vida; • Mais facilidades de acesso a hospital, transporte; • Ausência de políticas públicas voltadas para a geração de renda; • Falta do acesso a terra; • Acesso a espaços de cultura, lazer e prática esportiva, internet.

Fonte: elaboração da autora (2017).

A tabela acima foi construída a partir dos resultados/descobertas da pesquisa, que apresenta uma diversidade de razões colocada pela juventude camponesa sobre o que podem contribuir para a juventude permanecer ou sair do campo, sendo a maioria delas quando se trata em permanecer no campo, são questões ligadas ao acesso a terra, ao acesso a políticas públicas de incentivo à agricultura camponesa, aparecerem também elementos ligados à tranquilidade que é viver no campo em relação à vida da cidade, qualidade de vida a partir da produção de alimentos, mas estes elementos aparecem bem menos em vista dos elementos centrais que colocamos, por isso o consideramos secundários.

O acesso a terra é um fator que surgiu várias vezes pela juventude, como alternativa de ficar no campo, considerando que devido às unidades de produção serem pequenas, em média 2 a 5 tarefas impossibilita a juventude ter renda a partir da terra dos pais, ou seja, a renda que é possível tirar da terra é responsável para suprir as necessidades básicas da família e o jovem

fica de fora neste processo. Então o acesso a terra é fundamental quando vamos discutir permanência, como permanecer sem a terra para trabalhar?

Como diz Marcelo Saturnino da Silva, que é mestre em ciências sociais, e Maria de Assunção Lima de Paulo, que é doutora em sociologia:

Não entendemos a migração como um simples processo de expulsão dos jovens do campo, no entanto, também não podemos deixar de considerar que as questões agrárias historicamente construídas, contribuem para a exclusão das famílias de agricultores familiares que vivem no nordeste brasileiro e, especificamente, na região do semiárido, reduzindo as possibilidades de escolha dos jovens rurais. (PAULO; SILVA, 2015, p. 4).

Por trás da saída da juventude do campo, há reflexos das questões historicamente construídas e a questão agrária com uma ausência de reforma agrária de nosso país contribuem diretamente para exclusão do campesinato e principalmente da juventude, fazendo o processo de migração do campo para cidade ou do campo (do trabalho familiar) para o campo (como mão de obra para o agronegócio) ser as únicas alternativas de futuro para esta juventude camponesa.

Segundo o historiador Cícero Ferreira de Albuquerque, que fez uma pesquisa sobre o processo migratório de Alagoas e do Nordeste, a má distribuição das terras é o central da migração.

Não é a seca determinante do processo migratório, ela é uma razão secundária e assim deve ser considerada, a má distribuição das terras é o principal motivo da migração. A migração não ocorre por razões conjunturais, a seca, mas por razões estruturais, representadas pelo monopólio da terra. Como bem diz a sabedoria popular na região: o problema não é de seca, é de cerca. De forma mais ampla, conforme Francisco de Oliveira, (1981), estamos diante de uma realidade em que o capital hegemônico historicamente configura as regiões e estabelece, conforme os seus interesses, o papel de cada uma no panorama de acumulação e expropriação da natureza e do trabalho humano. (ALBUQUERQUE, 2014, p. 3).

Para Albuquerque, a migração não ocorre por razões conjunturais, e sim por razões estruturais apresenta claramente que a solução para diminuir o processo migratório principalmente da juventude é necessário pensar projetos estruturantes para a agricultura camponesa, como já referimos no capítulo anterior, o agronegócio só conseguiu chegar onde chegou devido às políticas estruturantes que o estado brasileiro criou para o alavancar e o fazer forte, o Estado o subsidiou e o subsidia diariamente. Já para agricultura camponesa, nunca foi efetivado projetos neste nível, e o que existiu e ainda existe é fruto de intensas mobilizações e lutas dos movimentos camponeses.

Quando tratamos das razões que os fazem sair do campo, os principais motivos levantados pela juventude que responderam os questionários estão relacionados a emprego e

renda. Aparecem outros elementos e alguns deles até relacionados a possibilidade de renda, sendo a busca de oportunidades, trabalho fixo, ausência de políticas públicas que contribua na geração de renda e outros elementos, como a saída como alternativa para continuar os estudos, pelas facilidades que a vida urbana oferece, melhor qualidade de vida, acesso a hospital, meios de transporte e espaço e lazer. Como bem afirma Paulo e Silva (2015):

O Nordeste do Brasil é uma região de contrastes históricos, na qual grande parte de sua população rural vive uma situação de precariedade decorrente da falta de condições de subsistência digna, o que, historicamente, tem impulsionado fortes processos migratórios para os centros urbanos, ou mesmo para outras regiões do país, seja à procura de novos espaços de trabalho em outras profissões, seja como mecanismo para rearranjar sua vida no seu meio rural de origem, em condições diferentes das vivenciadas por seus pais. Ou seja, nem sempre o fato de migrar implica em ruptura com o mundo rural, estando muitas vezes a serviço da reprodução social dos indivíduos e de seus grupos familiares nos espaços de residência-base. Nesse sentido, podemos assumir que os processos migratórios protagonizados pelos jovens, que vivem no rural do nordeste brasileiro, são decorrentes principalmente do precário acesso aos meios de produção como terra, água, máquinas e equipamentos, vivenciado pelos seus pais e pelos próprios jovens (PAULO; SILVA, 2015, p. 1).

A questão do acesso a renda para a juventude é o centro, e as razões são diversas, porque a renda possibilita o acesso, seja ele o transporte para a locomoção para as cidades, possibilita o acesso ao diversos lazer, o acesso à melhoria das condições de vida, o acesso às tecnologias, como celular, computador, etc., o acesso a roupas, sapatos, carro, moto. A renda possibilita autonomia da juventude que é impossível alcançar se não existir a renda. E a partir do momento que a juventude não vê alternativas de renda em seu lugar de origem elas sentem obrigada a buscar alternativas que possibilitem acessar estas questões básicas através da migração. E é interessante que a saída do campo não lhe oferece garantia que ela vai encontrar melhores condições de vida, através de trabalho, de condições de moradia, mais mesmo com todas as incertezas a juventude sai do campo. E existe uma forte ilusão da vida no meio urbano, como lugar do desenvolvimento, da vida fácil, mais a realidade é outra, nem toda juventude, seja ela do meio urbano, ou seja, a juventude que saiu do campo para a cidade consegue acessar os direitos básicos, sejam eles, moradia digna, emprego, acesso a meios de transporte, a educação e o resultado disso é cada vez mais a violência, o aumento da prostituição, das drogas. A geografa Conceição (2007) traz muito bem isso no seu texto “Jovens andarilhos do ciclo curto do capital”.

Os jovens continuam a migrar para atender a necessidade do capital que o autoaliena, fazendo-o acreditar-se como o definidor de seu desejo de vida, de moradia. Migram para a cidade de médio e grande porte, e, na sua maioria, ficam confinados nos barracos das empresas ou nas favelas, sujeitando-se à piores condições de vida. Enquanto a realidade permite ter o trabalho, fixam-se na maioria das vezes em barracos até voltarem e realizarem o ciclo do retorno do trabalho,

ciclos cada vez mais curtos, na condição de exército de reserva latente e candidatos ao desemprego. (CONCEIÇÃO, 2007, p. 19).

E a outra alternativa principalmente para os homens jovens é a saída da agricultura camponesa para ser mão de obra para o agronegócio, seja no município de origem, seja do estado ou em outras regiões do país. Um exemplo em Sergipe é a saída massiva da juventude para São Paulo, para trabalhar na citricultura em outros casos para trabalhar nas lavouras de cana de açúcar, ou seja, a juventude sai de um espaço familiar, para um espaço de total exploração, sem as mínimas condições de vida, sem direitos trabalhistas, vivenciam situações análogas ao trabalho escravo. O agronegócio não trabalha sem o uso abusivo de agrotóxico, possibilitando com tudo isso o adoecimento e a morte de muitos jovens. Vale considerar também que estes trabalhos são penosos e muitos têm carga horária até de 12 horas por dia.

Sem registro formal os jovens sujeitam-se a baixos salários e estão disponíveis aos interesses do lucro. Tornam-se inclusos para serem excluídos do mundo do trabalho. A perda dos direitos trabalhistas e o crescente desemprego favorecem a desrealização do ser na condição de sujeitos asujeitados ao capital, aceitando qualquer tipo de contrato precarizado, parcial e temporário, submetendo-se à racionalidade do capital e à lógica do mercado. Na situação de itinerantes tornam-se andarilhos, indo onde tem trabalho e retornando para o campo quando acaba. O retorno ao campo torna-se a possibilidade do reconhecimento na comunidade. Consumidores de mercadorias que garantem a continuidade da reprodução do capital apresentam-se no campo fetichizados no sonho da possibilidade do consumo barato e supérfluo. Quando o dinheiro trazido termina, procuram retornar quando encontram outras possibilidades de trabalho. (CONCEIÇÃO, 2007, p. 19).

A autora refere-se também a jovens que saem do campo para trabalhos temporários, sujeitado a qualquer proposta de trabalho e salário e regressando para o campo ao fim da temporada de trabalho e retornando novamente quando o dinheiro trazido acaba, ou seja, são diversas as formas de exploração do capital a juventude.

Aparecem também outros dois elementos que precisam ser mais bem analisados, mesmo que seja do campo subjetivo, que são a saída como uma alternativa para o casamento, ou seja, é mais fácil os jovens terem relacionamentos afetivos estando no mundo urbano. O que podemos associar a isso é a visão que foi construída do campo como lugar do atraso, do velho, do lugar menos desenvolvido que justamente foi pensado para expulsar o campesinato, ou seja, ninguém quer ser visto como atrasado, como inútil, e esta visão acaba sendo impregnada nas populações camponesas e principalmente na sua formação desde criança, as vezes na própria escola e isto afeta principalmente na juventude.

E outro elemento colocado pela juventude é o trabalho penoso, pesado que é o trabalho com a agricultura, isto é uma questão que é sempre colocada não somente pela juventude, quando o trabalho com a agricultura é um trabalho que demanda muito esforço físico,

não tem horário de início, nem de finalizar, não tem fins de semana, nem feriado é um trabalho diário. Mas também não podemos deixar de considerar que o trabalho no mundo urbano não é de tudo maneiro, claro que tem trabalho maneiro, mais leve, assim também como no campo, tem uma diversidade de atividades agrícolas, algumas mais leves e outras mais pesadas, no mundo urbano existem também condições precárias no mundo do trabalho, sem segurança, sem direitos garantidos, salários baixos etc. Também vale considerar que o trabalho no campo, e aqui estamos referindo a agricultura camponesa, é um trabalho familiar, é um trabalho entre pais, irmãos, filhos, vizinhos, o e trabalho no mundo urbano é um trabalho onde o relacionamento é patrão e empregado.

E neste sentido entra a importância e a necessidade de as políticas públicas existirem, para elas garantirem subsídios à apropriação destas tecnologias para o campesinato, pois existem um conjunto de tecnologias para o trabalho com a agricultura, mais o campesinato tem dificuldades de acessar devido aos altos custos, enquanto isso a maioria destas tecnologias estão a serviços das grandes indústrias, do agronegócio. É possível observar que existem questões relacionadas à permanência e à saída da juventude nos aspectos objetivos, ao referir a renda, trabalho, acesso a terra, as políticas públicas, a lazer e questões subjetivas ligadas ao casamento, a liberdade.

Outras questões importantes para serem consideradas é o papel que a família cumpre para a juventude permanecer ou sair do campo. Na pesquisa de campo também conversamos com camponeses e camponesas que possuem filhos jovens e pedimos suas opiniões sobre a permanência ou não da juventude no campo e os elementos que vieram, foram.

Tabela 13: As vozes de camponeses e camponesas de Cristinápolis – SE sobre a permanência ou saída de seus filhos e filhas do campo

• Deve permanecer no campo, a sobrevivência no campo é melhor;
• Deve permanecer e estudar, sem o estudo as coisas complicam ainda mais;
• Meu desejo era que o filho do agricultor seguisse a profissão do pai, mais hoje a juventude não quer;
• Se encontrar um emprego tem que sair daqui, mas enquanto não acha vai ficando por aqui;
• Quem gosta de trabalhar tem que ficar é no campo;
• Hoje em dia tem que ir, emprego é na cidade, roça é para quem tem coragem;
• Deve permanecer porque se a juventude sair vai faltar gente no campo;
• Tem que permanecer na roça. É o ramo que tem, aqui tem trabalho;
• Os que fica aqui não se perde não, agora os da cidade, estão quase tudo se perdendo;
• Queria que morasse no campo;
• Se os filhos da gente não ficarem quem vai continuar na roça, temos que incentivar a ficar, dar seguimento.

Fonte: elaboração da autora (2017).

Apareceram vários elementos vindos dos camponeses e camponesas de Cristinápolis, sendo eles pais ou mães de jovens que estão no campo ou que já saíram do campo que contribuem para discutir e compreender melhor o papel que tem a família e a pesquisa de

campo mostrou que existem mais pais e mães favorável a permanência no campo do que a saída do campo. Isso por vários motivos, sendo um deles, ao nosso ver, as diversas contradições que o mundo urbano tem mostrado, com todo esse processo migratório, de inchaço de população urbana, não tem espaço, não tem emprego para todo mundo, não tem universidade, não tem moradia, não tem acesso a saúde para todos, não tem lazer para todos e todas.

Por não ter espaço para todos e todas, a sociedade capitalista exclui os pobres, os negros destes espaços e cada vez mais isto tem sido explicitado. Outro elemento que já até colocamos nos outros capítulos é a crise que o nosso país vive, de retiradas de direitos, como a reforma trabalhista, a PEC dos gastos, ou seja, estamos vivendo tantas incertezas que não podemos projetar muito, e a juventude continuar no campo ao menos tem a garantia de uma moradia mesmo que razoável para morar, tem a garantia de alimentação a partir da produção de alimentos.

E também existe por parte de alguns a preocupação com a continuidade, com a sucessão rural, pois se a juventude não permanecer quem serão os que irão garantir a reprodução camponesa no futuro e inclusive este tema tem sido discutido e traz grandes preocupações com quem luta, defende, acredita na agricultura camponesa, pois, na medida em que o campo vai esvaziando, é menos produção de alimentos e é mais apropriação de terras, água, de toda agrobiodiversidade pelo agronegócio. Isso compromete o conjunto da sociedade, porque o campesinato cumpre uma função primordial que é a de produzir alimentos e na medida que diminui esta produção acaba comprometendo o conjunto da sociedade, por isso a sucessão é assunto que deve preocupar a todos.

A pesquisa de campo revelou que todos os jovens que responderam o questionário gostam de morar no campo, mas frente as dificuldades enfrentadas tendem a buscar saídas, migrando do campo para as cidades ou até mesmo para o campo em outras localidades, em outros territórios. Assim, 35,29% colocaram que gostam de viver no campo, mas devido às dificuldades enfrentadas têm pretensão de sair do campo para a cidade ou mesmo para o campo e 64,7% colocaram que não pretende ir para cidade, mesmo com os problemas que estão colocados para a juventude com relação principalmente a renda.

Estes dados de certa forma contribuem na compreensão de que a juventude gosta de viver no campo, tem preferência em viver no campo, porém, é negado este direito na medida que o Estado não lhe garante condições de permanência digna no campo. O resultado disso é a saída para as cidades. Um dado importante que tivemos é que dos jovens que participaram da pesquisa 64,7% não pretende sair do campo.

Outra informação que consideramos relevante é que, dos 35,29% que pretende sair do campo, 20% são jovens mulheres e somente 15,29% são jovens homens, isso dialoga com os dados mostrados no terceiro capítulo, onde revela sobre a existência de mais homens no campo que mulheres. Para a socióloga Andreia Butto, pesquisas têm tratado que tem aumentado a masculinização do campo pois a maior parte das pessoas que migram do campo para as cidades são mulheres, e a maioria delas jovens, e elas migram por não verem alternativas e/ou perspectivas de avanços de sua vida no campo. Isto é bastante preocupante. Se as desigualdades entre homens e mulheres são grandes, no campo é ainda maior.

A economia rural sempre esteve marcada pela divisão sexual do trabalho. Os homens estão associados a atividades econômicas que geram emprego, ocupação, e renda, enquanto as mulheres concentram-se em atividades voltadas para o autoconsumo familiar, com baixo grau de obtenção de renda e assalariamento. (BUTTO, 2011, p. 12).

As responsabilidades que são dadas as mulheres, como; cuidar da casa, fazer comida, cuidar dos animais, das galinhas, não são vistas como trabalho e sim como obrigação, dever. É considerado como trabalho, atividades econômicas. É até interessante quando as mulheres assumem alguma atividade que é “considerada do homem” é comum ouvir a palavra “mulher ajuda o homem”.

Até aqui tentamos levantar razões que fazem a juventude permanecer ou sair do campo e a seguir vamos trazer um conjunto de sugestões vinda de jovens camponeses, lideranças jovens de organizações camponesas e também de camponeses e camponesas sobre sugestões para o campo ser um lugar melhor de se viver e ela permanecer.

4.2 O que é preciso melhorar no campo para a juventude permanecer?

O que sabemos é que a agricultura camponesa é muito importante para o desenvolvimento do país e que ao fortalecê-la, fortalece também os que a dependem dela. Ou seja, fortalece o conjunto da sociedade e por isso que levantamos este subcapítulo, frente a tantos desafios que estão colocados para a permanência da juventude no campo, quais são as principais propostas para o campo ser melhor de viver e a juventude permanecer? Essa foi a pergunta norteadora do trabalho de campo para este item. Frente a isso surgiram várias propostas da juventude, de camponeses(as) parte deles pais de alguns jovens que participaram da pesquisa de campo, outros pais de jovens que já saíram do campo e hoje moram na cidade e também algumas propostas vieram de jovens dirigente do MCP.

Seguem na tabela a seguir os elementos que a juventude trouxe como proposta para a permanência da juventude no campo, vieram muitas propostas iguais, por isso sistematizamos para não ter repetições.

Tabela 14: Proposta dos jovens camponeses de Cristinápolis – SE para o campo ser um bom lugar de viver e a juventude permanecer

• Investimento do governo federal para incentivar a juventude a trabalhar na agricultura; • Qualidade no ensino, incentivo por parte dos professores a permanência no campo desde as séries iniciais e melhores estruturas nas escolas no campo; • Unidades de saúde, com médicos, enfermeiros e dentistas nos povoados rurais; • Políticas de subsídios que possibilite renda, como a criação de aves, peixes, hortas, ovelhas, entre outras; • Políticas públicas de subsídios para mecanização para diminuir o trabalho manual; • Políticas de assistência técnica; • Acesso a políticas de comercialização como PAA e PNAE; • Espaços de lazer, como quadra, campo de futebol, praças nas comunidades e povoados; • Transporte público para o acesso a cidade; • Acesso a redes de telefonia e internet.

Fonte: elaboração da autora (2017).

As propostas vindas pela juventude estão relacionadas a investimentos, seja na área de educação, seja de lazer, saúde, meios de comunicação, de incentivo a agricultura através de políticas públicas, de tecnologias adaptadas para diminuir o trabalho manual, garantia da comercialização da produção através dos programas. Interessante que não apareceu nas sugestões da juventude o acesso a terra como uma proposta, mas a falta de acesso a terra apareceu como um elemento que faz a juventude sair do campo da juventude.

Outra consideração importante é que as propostas colocadas pela juventude de Cristinápolis dialogam bastante com a proposta que estão no Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural que trouxemos no terceiro capítulo, isso caracteriza o quanto existem semelhança da realidade vivenciada pela a juventude camponesa brasileira.

Os camponeses e camponesas, sendo alguns deles pais dos jovens que participaram da pesquisa de campo e outros não, também apresentaram em suas respostas algumas propostas de projetos para o campo que podem contribuir com a permanência da juventude no campo:

Tabela 15: Proposta dos(as) camponeses(as) de Cristinápolis – SE para o campo ser um bom lugar de viver e a juventude permanecer

-
- O campo precisa de meios que contribua com a geração de renda para a juventude;
 - Criação e acesso de políticas públicas, pois não adianta criar políticas e os jovens não conseguir ter acesso devido à burocracia;
 - Incentivo desde a esfera nacional, estadual e municipal;
 - Criação de cursos seja superior ou técnicos nas áreas das agrárias, como agronomia, técnico agropecuário;
 - As políticas públicas são fundamentais para a permanência da juventude no campo;
 - A juventude precisa ter acesso a terra, uma vez que os terrenos dos camponeses são bem pequenos;
 - Políticas que contribua para a permanência de mulheres no campo.
-

Fonte: elaboração da autora (2017).

A maioria das propostas trazida pelos(as) camponeses(as) foi bem parecida e ligada às políticas públicas, por isso no quadro acima percebe-se que são poucas respostas e as mesmas estão direcionada à necessidade da criação e acesso a políticas de incentivo à agricultura camponesa, seja elas do governo federal, seja do governo estadual e governo municipal, o acesso à educação, bem como cursos ligados à agricultura, a necessidade de renda para a juventude, e também políticas para incentivo da permanência de mulheres jovens no campo. Apesar de aparecer algumas propostas semelhantes às da juventude, ao mesmo tempo não aparece questões ligadas à cultura, ao lazer, à comunicação, como colocada pela juventude. Isso mostra que existe uma demanda diferenciada de acordo com o público, seja jovens, seja mulheres ou camponês, por isso a necessidade de dar voz aos sujeitos.

Já na opinião da engenheira florestal e dirigente do MCP, Ana Maria dos Santos Guimarães, que reside na região sul, bem próximo de Cristinápolis:

Para o campo se tornar um lugar melhor de se viver, é preciso transformá-lo de diversas formas. Na perspectiva do trabalho, é preciso antes de tudo, terra para plantar, pois a concentração desta nas mãos de poucas pessoas impede que os camponeses desenvolvam a agricultura na proporção em que a sociedade necessita; o modo de produção também precisa ser diferenciado, banindo práticas da agricultura convencional como uso de agroquímicos, monocultura, maquinário pesado e sementes transgênicas, portanto, produzir de acordo com os princípios da agroecologia; além disso, é preciso ter direitos sociais garantidos, como acesso a água, energia, moradia, saúde, previdência, dentre tantos outros que, no contexto atual, não existem ou estão gravemente ameaçados. Por fim, é preciso resgatar a cultura popular camponesa, celebrando a vida no campo através da arte (dança, música, teatro, etc.) e extinguindo os valores impregnados do capitalismo, como o machismo, o racismo e a homofobia. (Ana Maria, 2017).

O conjunto de elementos que Ana Maria trouxe dialoga bastante com a realidade vivenciada pela juventude camponesa de Cristinápolis, o acesso a terra é um elemento fundamental para que a juventude tenha onde trabalhar, considerando que, dos 35 jovens que participaram da pesquisa de campo, 32 disseram que apesar de morar no campo não possuía terra própria, que a terra onde morava e trabalhava era dos pais, avós e outros e somente 3

jovens disseram que possuíam terra. Isto revela que existe um forte problema também de falta de acesso a terra para a juventude. Outro ponto que mencionado é a necessidade de mudanças do modo de produção convencional, mostrando como alternativa os princípios da agroecologia, pois em Cristinápolis, devido a ser um município que possui forte presença do monocultivo da laranja, a questão das práticas convencionais é muito forte. Além disso, as propostas que Ana Maria aponta é o acesso aos direitos sociais, água, moradia, energia, saúde, previdência, que já foi também muito bem colocado pela própria juventude camponesa de Cristinápolis. Por fim, sugeriu também como uma alternativa para fortalecer o campo o resgate da cultura popular camponesa, que muitas vezes com o avanço do agronegócio, com o avanço das disputas de território faz as comunidades irem perdendo seus costumes, suas culturas e com isso contribuindo para o enfraquecimento da agricultura camponesa, por isso ela propõe fortalecer a cultura e a arte.

Já para a agrônoma e dirigente do MCP, responsável nacionalmente pelo coletivo de juventude, Ana Carolina Bento Maia, essa não tem dúvidas que apesar dos avanços que o campo teve nos últimos 15 anos ainda é preciso muito para avançar e a juventude encontra na saída do campo uma resposta mais imediata à mudança de seus padrões de vida em diversos aspectos. Segundo ela, a Educação do campo e a agroecologia são dois projetos estratégicos e por isso devem serem refletidos.

A necessidade de um modelo educacional baseado na Educação do Campo, a qual valoriza os saberes dos camponeses e que os tornam protagonistas de sua própria história, permeando a construção do conhecimento com a necessidade de profissionalizar a agricultura camponesa, abrindo um leque de opções para desenvolvimento de atividades agrícolas e das mais variadas possíveis, partindo de uma matriz de produção que carrega a proposta de produzir alimento saudável para todas e todos. A agroecologia resume este projeto de vida para o povo do campo, trazendo para o centro da discussão a valorização da identidade de cada lugar para o avanço da consciência e reconhecimento do papel do trabalho das famílias agricultoras no campo, a juventude neste sentido tem muito a contribuir, carregando em si e tendo a capacidade de multiplicar os saberes do povo unidos à uma proposição de estudo e formulação de métodos e técnicas pertinentes à redução da penosidade do trabalho e melhoria em aspectos produtivos (desde o pensar a produção até os processos que dão sequência como o beneficiamento), agroindustrialização, comunicação e formas de comercialização. (CAROLINA, 2017).

As questões principais colocadas por Ana Carolina trazem principalmente a necessidade de mudança no modelo educacional baseado na Educação do Campo, sendo responsável por valorizar os saberes do campo e ao mesmo profissionalizando a agricultura camponesa, também trouxe a importância da agroecologia como um projeto de vida para o povo campo. Ainda colocou o quanto a juventude tem a contribuir por carregar em si a capacidade de multiplicadores possuem mais disponibilidade de estudo, podendo ser

formuladores de métodos e técnicas que possam contribuir para diminuir a penosidade do trabalho na agricultura e ao mesmo tempo garantir a melhoria dos aspectos produtivos e também a processos como o beneficiamento.

Surgiram várias propostas vindas da juventude, dos(as) camponeses(as), das lideranças jovens que participaram da pesquisa de campo e é interessante que todas as sugestões vindas dialogam com propostas, pautas que outras organizações tem já acumulada em suas organizações com relação à juventude camponesa, povos indígenas da África, das Américas, da Europa, da Ásia e do Oriente Médio e do Brasil. Segundo carta da juventude escrita na Confederação Nacional dos Trabalhadores na agricultura (CONTAG), no 3º Festival da Juventude Rural com o tema: “Juventude na luta por terra, políticas públicas e sucessão rural na América Latina”, as pautas de reivindicação para a juventude estavam ligadas ao direito à terra e ao território, à organização da produção nos projetos de assentamentos, o fortalecimento do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), fortalecimento da agricultura familiar, agroecologia, sucessão rural, estímulo à organização produtiva, desburocratização do Pronaf, educação do campo, fortalecimento dos espaços institucionais de juventude.

A juventude da CLOC-Via campesina, que participaram do 14º acampamento da juventude em Palmeira das Missões no Rio Grande do Sul, pautou como compromisso a luta em defesa da justiça social, a democracia enquanto soberania popular, a luta por reforma agrária, produção de alimentos saudáveis, pela agroecologia, soberania energética, vida digna, moradia, mobilidade, educação popular, renda, lazer, cultura, lutar contra as práticas machistas, homofóbica, o feminismo, os meios de comunicação alternativo, agitação e propaganda.

Já para a juventude latino-americana de 47 países que participaram da IV Assembleia Internacional da Juventude da Via Campesina, que aconteceu no país Basco em julho de 2017, as principais pautas de lutas levantadas foram: lutar para promover políticas públicas fortes, incluindo reforma agrária integral e popular para assegurar que os jovens tenham direito de permanecer na terra, a luta pela agroecologia, a luta pela soberania alimentar e em defesa dos territórios, a luta participação plena dos jovens nos processos políticos e tomada de decisão (PJRBRASIL, 2017).

Este conjunto de pautas colocadas tanto pelo movimento sindical, quanto da Via campesina que representa um conjunto de organizações aqui do Brasil, para mostrar 1º que existe uma preocupação em nível de mundo com a questão da permanência da juventude no campo, 2º que as organizações já têm certo acúmulo sobre o que é necessário ser feito para a

juventude permanecer no campo e por último que por mais que esta juventude esta distante geograficamente umas das outras, mas os problemas que afetam uma comunidade de Cristinápolis é também o problema que afeta a juventude de outro continente.

A seguir vamos discutir que a juventude é permanentemente disputada, e que o resultado desta disputa é o esvaziamento, é a migração da juventude cada vez mais de seus lugares de origem para as cidades ou para os territórios do agronegócio em outras regiões do estado e do Brasil, decorrente do empobrecimento, da falta de políticas públicas de incentivo a permanência e o desenvolvimento do campo. E compreendemos que seria fundamental trazer nesta pesquisa como se concretiza a disputa pela juventude, considerando de um lado o modelo hegemônico e do outro lado as diversas forças anti-hegemônicas. As forças hegemônicas são as principais responsáveis por determinar a juventude sair do campo, negando tudo que é de direito, desde a educação de qualidade, acesso à saúde e políticas públicas para desenvolver a agricultura camponesa.

4.3 A juventude camponesa como disputa pelos projetos antagônicos

Abordaremos as disputas da juventude, por um lado, pelo projeto hegemônico representado pelo agronegócio e pelo anti-hegemônico representado pelas forças que representa a agricultura camponesa, o campesinato. Já colocamos a definição teórica dos dois termos no segundo capítulo, o que vamos colocar em discussão é como estes dois projetos disputam e quais objetivos ambos possuem com relação à juventude.

No atual estágio do capitalismo, representado no campo pelo agronegócio, cada vez mais os trabalhadores são substituídos por máquinas e elas de forma muito rápidas logo são substituídas por outras máquinas mais avançadas, fazendo com que cada vez mais diminua o número de trabalhadores, o custo de produção e tenha aumento da produção. Ao mesmo tempo é mais viável para o agronegócio ter máquinas do que ter pessoas, evitando com isso a garantia dos direitos trabalhistas, condições de trabalhos adequados, etc., contribuindo com isso com o aumento do lucro.

Mas mesmo com todas estas tecnologias existente, ainda não conseguiram fazer toda a substituição de trabalhadores x máquinas, isso significa que ainda é preciso de trabalhadores para operar maquinas, caminhões, e operalizar tantos outros serviços e a juventude tem facilidade no domínio muito rápido dos meios tecnológicos, podendo exercer com muito mais facilidade, rapidez e domínio sobre a máquina. O outro elemento é que, de acordo com a idade, as pessoas vão perdendo as forças, a produtividade vai diminuindo, isso é algo natural,

então é mais viável para o agronegócio inserir a juventude, que está em um período de alto produtividade e com isso é possível explorar muito energia, produtividade e disposição.

O agronegócio disputa a juventude constantemente mesmo sem ter espaço para ela ser inserida, exemplo bem claro é uma ilustração que colocamos no segundo capítulo, o agronegócio é responsável apenas por 26% da mão de obra, tendo 86% dos créditos e 76% das terras estão sobre seu controle. Do outro lado, a agricultura camponesa possui 74% da mão de obra ocupada, com apenas 14% de créditos e 24% das terras, ou seja, existe uma inversão dos dois projetos de agricultura.

O modelo hegemônico disputa a juventude na perspectiva de apropriação de sua força de trabalho, ou seja, sua mais-valia relativa, para alimentar o metabolismo sistêmico para acumulação e para defesa ideológica do modelo. Sem a cooptação e exploração da juventude o modelo se inviabiliza. Por outro lado, as forças anti-hegemônicas do projeto alternativo busca envolver os mesmos como sujeitos, como força organizada para superação do modelo hegemônico, pois os jovens são no presente os principais sujeitos tanto nas ações e lutas de combate como nas iniciativas de desenvolvimento das práticas de produção e defesa dos territórios camponeses já existentes e na construção de novos. Ao contrário ao modelo hegemônico que é seletivo, excludente e visa tão somente a força de trabalho, enquanto no projeto anti-hegemônico cabem todos, inclusive, a criatividade e a rebeldia é estimulada.

No campo, onde a juventude tipicamente é menos escolarizada e por vezes analfabeta ou semianalfabeta, ela é chamada para trabalhar em grandes lavouras, seja de soja, laranja, nos canaviais, como os responsáveis na aplicação dos diversos agrotóxicos proibidos ou não pela Anvisa, como motorista, mecânico, colhedor e outros. O agronegócio também disputa a juventude nas universidades para servir em seus laboratórios, serem os seus revendedores, para ir ao campo convencer camponeses a usar o pacote agroquímico e os agrotóxicos. Como exemplo, a Bayer, a Basf, Bunge, Monsanto, Raízen, CTC, Suzano abriu inscrições em 2017 para estudantes a partir do 3º período para estágios em diversas áreas do conhecimento, principalmente nos cursos de agronomia, biologia, medicina veterinária, entre outras, com o objetivo dos melhores estudantes já saírem diretamente da universidade para suas firmas (BAYER CARREIRAS, 2017).

Figura 13: Propaganda da Bayer



Fonte: Bayer Carreiras (2017).

Em junho de 2017 apareceu o seguinte chamado no *site* da Aprosoja (2017): “Agro do Futuro está com inscrições abertas”.

A Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja), em parceria com o Instituto Euvaldo Lodi – Mato Grosso (IEL), abre, pelo quinto ano consecutivo, vagas para estudantes de Agronomia que queiram ter uma experiência no campo. Batizado de Agro do Futuro, o programa oferece 11 vagas para estudantes que estejam cursando o último semestre. A seleção ocorrerá em julho, com entrevista presencial em Cuiabá. Em agosto, o Programa realiza treinamentos com os estagiários. As atividades, realizadas em período integral, começam em setembro em fazendas do Mato Grosso selecionadas pela Aprosoja. (APROSOJA, 2017).

As empresas possuem outros programas de incentivo à inserção da juventude, como a Bayer, que tem o chamado Jovens Talentos. “A Bayer oferece diversas oportunidades para jovens que estão em início de carreira. Com projetos de desenvolvimento estruturado, os programas de estágio e trainee são a porta de entrada para alguns dos futuros líderes da empresa.” (BAYER CARREIRAS, 2017, [s.p.]). Já a Cargil tem o Programa Jovens Profissionais, que tem como objetivos:

Desenvolver jovens profissionais para atuar em várias áreas da empresa, em um ambiente desafiador e de grande diversidade de negócios e cultura, valorizando o autodesenvolvimento e estimulando o crescimento profissional. Seu objetivo é desenvolver talentos, proporcionando aprendizado diferenciado para que estes possam assumir, futuramente, posições de destaque na empresa. Os 18 meses de treinamento proporcionam relacionamento com pessoas de diversas áreas, conhecimento sobre estratégias, mercados, tecnologias, clientes e consumidores, além de preparação técnica e comportamental, com foco na construção da capacidade de liderança. (CARGILL, 2018).

Já a Bayer, segundo o jornal Valor Econômico (2017), anunciou que irá investir em três projetos de impacto social na agricultura desenvolvidos durante o Youth Ag-Summit de 2017. A conferência bianual realizada pela multinacional é destinada a inspirar e conectar a próxima geração de jovens líderes a agricultura e áreas relacionadas. O projeto da Bayer envolve 100 jovens de 18 a 25 anos e de 49 países diferentes, a terceira edição do evento, organizada pela Bayer e duas associações de jovens agricultores belgas, Groene Kring e Fédération des Jeunes Agriculteurs.

Estes exemplos mostram que uma boa parte das universidades formam seus estudantes na lógica do agronegócio e esses, após se profissionalizarem, não terão espaços dentro do agronegócio, terão uma formação voltada para a lógica do monocultivo, da agricultura empresarial, mas não terão espaço dentro dela, do outro lado, tem a agricultura camponesa, um modo de fazer agricultura que depende de muita mão de obra e tem dificuldades de encontrar profissionais que possuem formação adequada para trabalhar com a produção voltada para a agricultura camponesa, pois toda sua formação foi voltada para a lógica capitalista.

Vale também ressaltar que vários seguimentos do agronegócio possuem setor, ou mesmo comitê da juventude. Um exemplo é a Sociedade Rural Brasileira (SRB), que recentemente criou o comitê chamado Liderança e Juventude, com o objetivo de mobilizar os jovens para a modernização do agronegócio.

Como parceiro do agronegócio, o Estado também disputa a juventude através do modelo de educação implantado desde o século XIX, o estado liberal ocidental procura auxiliar o capital, como:

A educação institucionalizada serviu, nos últimos 150 anos, ao propósito de fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à expansão do sistema do capital, bem como gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma 'internalizada' ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica implacavelmente imposta. (MÉSZÁROS, 2009, p. 176).

Como bem coloca o autor, a educação se tornou de propósito a responsável por qualificar os indivíduos para a expansão do sistema capitalista, a total serviço dos interesses da classe dominante. No setor da agropecuária, as universidades cumprem muito bem este papel, principalmente as que estão ligadas às agrárias, agronomia, veterinária, engenharia da produção, engenharia florestal, quase todas a formação está direcionada a formar mão de obra para a agricultura convencional.

A educação no campo não é diferente. É explícita, é pensada de forma estratégica que as escolas ser no campo, mas o ensino é o mesmo da cidade, para negar a realidade camponesa e afirmar a vida urbana como a melhor alternativa. Os protagonistas desta escola acreditam que a grande lavoura vai dominar e assim é melhor para as crianças prepará-las para o mundo urbano e moderno. Esta disputa acontece tanto no método que é implantado, como também nas estruturas físicas, nas más condições das escolas, estradas, muitas escolas caindo os pedaços nos alunos, para aos poucos as crianças, a juventude e os(as) camponeses(as) ir desgostando da vida e do ensino no campo.

O fechamento das escolas do campo simboliza uma disputa, não faltam argumentos que as escolas no campo custam caro ao estado, que os(as) camponeses(as) não querem que seus filhos estudem na mesma até fechar quase todas as escolas do campo no Brasil. Segundo o *site* do MST, apenas em 2014, mais 4.084 escolas do campo fecharam suas portas. Nos últimos 15 anos, essa quantidade salta para mais de 37 mil unidades educacionais a menos no meio rural. Dentre as regiões mais afetadas, Norte e Nordeste lideram o *ranking*. Só em 2014 foram 872 escolas fechadas na Bahia. O Maranhão aparece no segundo lugar, com 407 fechadas, seguido pelo Piauí, com 377. O fechamento destas escolas afeta diretamente as comunidades camponesas, enfraquecendo seus territórios e abrindo mais portas tanto para a saída da juventude para cidades e entrada com mais força do agronegócio, que quer sempre ver o campo sem escola, sem cultura, sem gente. Nesse sentido, o estado disputa não para o estado mesmo, ele disputa para o projeto de campo que ele optou em fortalecer, que é o agronegócio.

Muitos jovens que saíram do campo em busca de melhores condições de vida se envolveram no crime organizado que muita das vezes é uma resposta a falta de oportunidades que a sociedade capitalista oferece aos mais pobres, muitos já morreram e tantos outros estão nas penitenciárias. Gabriela Fischer Armani, graduada em Ciências Jurídicas e Sociais, e Ana Paula Motta Costa, graduada em Direito e coordenadora de um grupo de pesquisa sobre “Efetividade dos direitos fundamentais de adolescentes envolvidos em situações de violência”, colocam em seu artigo que a inserção da juventude no crime organizado é fruto do consumismo neste estágio do capitalismo em processo de globalização onde estimula cada vez mais a participação da juventude das favelas, das periferias ao crime organizado, sobretudo, ao tráfico de drogas, possibilitando com isso alternativas econômicas de sobrevivência que respondem com o estímulo dado pela sociedade consumista.

Possibilita o acúmulo de quantias significativas de dinheiro e, conseqüentemente, a realização de sonhos àqueles que não tiveram sequer seus direitos básicos respeitados, quiçá a chance de participar plenamente da interação social. A participação da juventude pobre na sociedade de consumo é parcial e insatisfatória: recebe estímulos, tem ambições; não há recursos para responder à interação, tampouco anseios satisfeitos. (ARMANI; COSTA, 2014, [s.p.]).

E o resultado disso é cada vez mais a violência da polícia, homicídios, as penitenciárias lotadas de jovens. Segundo o jornal G1, com a lei de drogas, o percentual de presos pelo crime foi de 8,7% em 2005 para 32,6% para 2017, sendo um em cada três presos do país responde por tráfico de drogas. E isso atualmente não acontece somente nos grandes centros, a juventude dos interiores tem envolvido muito no tráfico de drogas.

Não poderíamos deixar de destacar o quanto os meios de comunicação são importantes para disseminar este projeto hegemônico, fazendo o forte mesmo com todas as suas contradições. Isso se dá pelo fato dos principais meios de comunicação de massa estar sobre o controle da classe dominante, exemplo as redes de televisão, rádios, jornais, facilitando ainda mais o domínio sobre os mais pobres e propagandeando seus projetos, bombardeando e alienando cada vez a juventude através da indústria cultural, da violência.

Por fim, tentamos apresentar algumas ideias sobre a disputa diária que a juventude do campo ou da cidade vive, colocando a existência do projeto da classe dominante, baseada e ancorada no modelo capitalista e o agronegócio é o capitalismo no campo e seus instrumentos que disputam a juventude, por perceber que são sujeitos importantíssimos para seu projeto. Mas, afinal, o que de fato o modelo hegemônico pode oferecer para a juventude?

O capitalismo e os projetos aliados a ele não têm nada a oferecer à juventude que não seja a exploração e vê a juventude como objeto a ser exploração, de força de trabalho a ser sugada, de alienação, algo descartável, que se usa enquanto tem força, saúde e depois é descartado. Este projeto enxerga na juventude a possibilidade de força de trabalho e de consumismo.

4.4 As estratégias e ações das forças anti-hegemônica para atrair/incluir a juventude como sujeitos

Do mesmo modo, neste processo de lutas de classe existem as forças anti-hegemônicas que também disputam a juventude diariamente, com um projeto diferenciado, inverso ao projeto hegemônico.

Os movimentos sociais populares do campo e da cidade são instrumentos importantíssimos de disputa da juventude. Vamos destacar alguns deles principalmente do campo, como Via Campesina, MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), MCP e Levante Popular da Juventude (LPJ). Citei estes porque são organizações que estão em Sergipe e que possuem trabalhados com a juventudes, destes, somente o MST e MCP estão em Cristinópolis.

Este conjunto de organizações que seguem várias bandeiras de luta, seja pela reforma agrária popular, seja pela soberania alimentar, autonomia camponesa e em comum todas lutam pela destruição da sociedade capitalista e pela construção de um projeto popular para o Brasil e a construção do socialismo. Todas elas têm trabalho, atuação, lutas diretas com juventude e isso sem dúvida tem resultados importantes nesta disputa da qual estamos referindo desde o início do texto, e tem cada vez mais conseguindo chamar atenção da juventude desorganizada para se organizar e lutar por mudanças estratégicas em nosso país.

Destacaremos algumas ações importantes que algumas destas organizações populares vem construindo que dialoga ao nosso ver com nossa discussão, sendo um instrumento de disputa da juventude. Vou dar o destaque no LPJ, que é uma organização da juventude, e a Via da Campesina, por estar nela quase todas as organizações do campo que citamos acima e por ela ser uma organização internacional. Segundo o *site* da Via Campesina, a organização surge em defesa da agricultura sustentável como forma de promover a justiça social e dignidade, além de se opor fortemente as multinacionais do agronegócio que estão destruindo os bens naturais e as pessoas, inclusive no segundo capítulo fizemos uma apresentação da Via Campesina.

Ela é uma organização campesina mundial, que articula movimentos camponeses em defesa da agricultura camponesa e agroecológica na busca de garantir a produção de alimentos saudáveis. Cita autores para pontos que são mais problemáticos. As organizações que a compõem estão na Europa do Leste, Europa do Oeste, Nordeste e Sudeste da Ásia, América do Norte, Caribe, América Central, América do Sul e África. A organização nasceu em 1992, no II Congresso da Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos de Nicaragua (UNAG). São diversas histórias de origem.

Como a Via Campesina é uma articulação dos movimentos camponeses em várias partes do mundo, ela é uma ferramenta importante de pensar estratégias para além dos países, mais em nível internacional. Segundo o *site* da Via Campesina, em julho de 2017 aconteceu a quarta Assembleia internacional da Juventude de La Via Campesina, que teve a participação de 47 países e o slogan da assembleia foi “Investir na juventude camponesa: Semear presente

para colher futuro”. Os principais temas de debate foram a necessidade de fortalecimento global pela soberania alimentar e agroecologia camponesa. Segue trecho da “Declaração da Juventude” pronunciada no fim da conferência.

As lutas da juventude são um reflexo do contexto político global em que somos particularmente afetados. A crise global tem dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais. Estamos enfrentando um ataque acelerado à democracia pelo capitalismo. Nós experimentamos a violência estrutural e a criminalização de nossos movimentos e lutas sociais. O número crescente de ativistas ambientais e camponeses está sendo alvo e assassinado. Nós sofremos migrações forçadas devido a guerra, mudanças climáticas e condições econômicas e sociais opressivas. Nossos recursos (terra e territórios, sementes, recursos marinhos e hídricos, etc.) são ocupados pelas indústrias extrativas, incluindo o agronegócio, as atividades de mineração e o setor de energia renovável (usinas hidrelétricas, fazendas solares, etc.). O trabalho da juventude e dos migrantes é subavaliado e brutalmente explorado. O patriarcado e a discriminação em idade restringem nossa visibilidade e participação nos processos de tomada de decisão. A mídia capitalista principal continua a propagar a falsa noção de que não há futuro no setor agrário e que a prosperidade só é encontrada no emprego formal e urbano. (VIA CAMPESINA BRASIL, 2005).

É interessante que a Via Campesina consegue reunir jovens de todos os países que participam da organização e isso lhe proporciona ter uma leitura de como a juventude camponesa é tratada e conduzida em nível mundial e a partir destes elementos são traçadas as principais lutas e ações que serão conduzidas pelos países, fazendo com isso um movimento internacional. A Via Campesina cumpre um papel estrategicamente na organização da juventude, por isso o consideramos como um instrumento internacional que disputa juventude. Estas informações colocadas são relevantes, pois mostram que as realidades vivenciadas pelos camponeses, pela juventude em outros países são semelhantes às vivenciadas pelo campesinato, pela juventude em Cristinápolis e no Brasil. A Via Campesina é representada no território desta pesquisa através do MST.

No Brasil, o MST tem várias experiências com o trabalho com a juventude, um exemplo é a luta pela educação do campo, que é um projeto para além da juventude, que hoje já é uma bandeira de várias organizações, mas quem deu o pontapé inicial foi o MST e tem muitas experiências em vários assentamentos no Brasil, mostrando concretamente que a educação do campo é a educação viável para o campo que se quer construir. Inclusive, já referimos logo no início do texto sobre a educação como um instrumento de disputa da juventude. Pois da mesma forma que o Estado quer implantar a educação rural para afirmar o projeto hegemônico a favor do agronegócio, gerido pelo capital nacional e internacional que quer o campo vazio, com uma educação distanciada da realidade.

O MST luta para a construção da educação do campo e contra o fechamento das escolas do campo que tem sido uma grande ofensiva as populações camponesas. Outra

experiência importante construída a partir de iniciativas do MST foi a luta pela criação do Pronera, que neste ano já faz 20 anos, os Pronera, Residência Agrária. Licenciatura em Educação do Campo, entre outras, foram todas resultados de longos processos de negociação e disputa com o estado. Com a conquista deste programa foi possível construir experiências na formação principalmente de jovens nos cursos de agronomia, de medicina veterinária, de agroecologia, de direito, de pedagogia e tantos outros a partir de outra lógica, com um método diferenciando, considerando a realidade dos educandos do campo. Também formando sujeitos com perspectivas diferenciadas, formando agrônomos, veterinários, para atuar nas comunidades camponesas, para fortalecer a produção de alimentos saudáveis, para contrapor o modelo de agricultura do agronegócio, formando advogados para atuar nas áreas da reforma agrária, para defender camponeses(as), sem terra, trabalhadores(as) do campo e da cidade, formando pedagogos(as) para fazerem uma educação diferenciada, baseada no método do grande educador Paulo Freire, ensinando a partir da realidade, construindo com isso o que denominamos como educação no e do campo.

Podemos dizer com isso que a luta e a conquista do Pronera foi uma conquista de um importante instrumento de disputa da juventude, pois foram inúmeros jovens que tiveram ou que estão tendo oportunidades de entrar na universidade pública, espaço este disputado sempre pelas elites e negado historicamente à classe trabalhadora. Segundo o INCRA⁸, já foram beneficiados 1.765 alunos em especializações, 5.347 alunos graduados no nível superior e 1.527 alunos na residência agrária nacional. Para que o Pronera chegasse até aqui foi preciso várias mobilizações, teve vários momentos que ele foi quase extinto, ou simplesmente não tinha recursos para continuar, tudo isso fruto da disputa para que as populações não tivesse direito de acesso à educação. Então, a existência dele é dívida dos movimentos sociais e principalmente do MST, e como referimos já no terceiro capítulo sobre o funcionamento das políticas públicas, assim como elas nascem elas podem ser extinta, tudo depende das correlações de forças. Por fim, o Pronera é um programa que surgiu a partir de disputas dos movimentos sociais com o estado e é uma grande conquista para as populações do campo e por isso acaba sendo um instrumento que temos do nosso lado para estar mais perto do acesso a educação. Digo nossa por sentir parte desta importante política pública, pois aos 17 anos tive a oportunidade de entrar na Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, no Curso de Licenciatura de Pedagogia da Terra via o Pronera, e logo mais tarde

⁸ Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

aos 26 anos consegui fazer uma especialização em Agroecologia e Desenvolvimento rural pelo Pronera.

Não poderíamos deixar de citar a existência de espaços como a Escola Latina Americana de Agroecologia (ELAA) e o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), lugares de formação não somente de juventude, mas espaço que instrumentaliza e materializa as idéias. O projeto de campo das forças anti-hegemônica, espaço de formação técnica em diversas áreas que nega o projeto hegemônico e afirma o projeto da agricultura camponesa, por isso se torna territórios de disputa.

A outra disputa que os movimentos sociais do campo têm enfrentado está ligado diretamente à permanência da juventude no campo, relaciona se com isso a importância de a juventude continuar no campo, produzir alimentos saudáveis tendo como matriz de produção a agroecologia, ela como o princípio da produção de alimentos, o respeito por toda a agrobiodiversidade. A permanência da juventude no campo é um afronto ao modelo produção do agronegócio, que quer o campo esvaziado, que quer o campo envelhecido, que quer a ausência da sucessão camponesa, que quer se apropriar da força de trabalho desta juventude para ser mão de obra do agronegócio. Ou seja, quer que esta juventude deixe de ter uma relação de trabalho entre família, porque a agricultura camponesa é familiar, e se transforme em mão de obra barata para o agronegócio, com alto risco de contaminação pelo alto uso de agrotóxico, deixando de serem sujeitos produtores de alimentos saudáveis a serem tratados como mercadoria, produtores de alimentos contaminados por agrotóxicos. Não temos dúvida que a juventude camponesa é disputada diariamente pelo modelo hegemônico do agronegócio, das diversas formas, desde os meios de comunicação, escola, igreja, etc. Por isso permanecer no campo, fazer agroecologia, lutar pelos direitos são atos de resistência ativa da juventude camponesa. Existem vários exemplos que mostram que a juventude tem resistido ativamente, segundo o balanço da II Feira Nacional da Reforma Agrária, que aconteceu de 4 a 7 de maio de 2017, 28% dos feirantes que participaram do evento tinham entre 21 a 30 anos. Isto mostra que a juventude não só mora no campo, ela participa ativamente da vida camponesa.

O Levante Popular da Juventude é um movimento relativamente novo, que tem se expandido para o Brasil com muita força, é voltado para as lutas de massas e tem como objetivo a luta pelos direitos e a transformação da sociedade. “Somos a juventude do projeto popular, e nos propomos a ser o fermento na massa jovem brasileira. Somos um grupo de jovens que não baixam a cabeça para as injustiças e desigualdades.” (LEVANTE..., 2014, [s.p.]). Deste modo, para conseguir organizar a juventude, o movimento organiza três frentes

de atuação, sendo elas frente estudantil, frente territorial e frente camponesa. O Levante Popular da Juventude tem sido uma ferramenta importante na luta e na organização da juventude e tem feito lutas importantes, nos últimos dois anos tem sido um dos protagonistas da luta contra o golpe, pela democracia. E como é um movimento formado por jovens, eles têm conseguindo se apropriar melhor das ferramentas de comunicação como também dialogar com a juventude por estes meios.

Os diversos meios de comunicação são instrumentos fundamentais para fortalecer o projeto contra-hegemônico representado pelas organizações do campo, da cidade, do projeto que representa a classe trabalhadora, projeto da agricultura camponesa, mais ao mesmo tempo possuem pouco espaço nos meios de comunicação de massa e acaba não tendo espaço para divulgação, socialização das iniciativas ousadas e importante construída para a classe trabalhadora, fazendo com isso o exercício cada vez mais de buscar alternativas de comunicação que dialogue com a população pobre do país e principalmente com a juventude, como programas de rádios, Facebook, mídia alternativas, jornal Brasil de Fato.

Por fim, tentamos apresentar algumas ideias sobre a disputa diária que a juventude do campo ou da cidade vive, colocando como os movimentos sociais do campo e da cidade, partidos políticos de esquerda, entre outros, disputam a juventude, por perceber que são sujeitos importantíssimos para seus projetos, mais afinal o que de fato este projeto pode oferecer a juventude?

O projeto anti-hegemônico me refiro principalmente aos movimentos populares enxerga a juventude como sujeitos, como seres vivos, e querem que esta juventude sejam protagonista de sua própria história, querem que a juventude tenha consciência da classe trabalhadora, querem uma juventude que tenha projeto de vida, uma juventude liberta, que sonhe, que tenha esperança, que tenha utopia, espírito de coletividade, que sejam sujeitos na luta por direitos da classe trabalhadora, que seja protagonistas das organizações da qual esta juventude pertence, que sejam os grandes construtores de uma projeto popular para o país.

Como diz Misnerovicz e Ferreira (2006), do MST, no artigo “Olhar sobre a juventude”:

O trabalho junto à juventude de nossa base vem cada vez mais incorporando espaços no interior das discussões de cada regional e/ou setor, isso ganha empolgação no momento que observamos que o entusiasmo dos jovens de nossa base fomenta ânimo às nossas ações e atividades. São eles que geralmente dão os gritos de ordem mais altivos e por natureza recai sobre os jovens um maior gás nas ocasiões em que faltam aos mais velhos. São eles, os jovens, o organismo pelo qual acreditamos ser imprescindível em nossas fileiras, compondo as frentes de organização combativa. Para confirmar isso, basta olhar para a Marcha Nacional, realizada em 2005, onde a maioria dos marchantes era jovens. Também, podemos olhar para os setores que exigem deslocamentos, como por exemplo, a Brigada Nacional e o trabalho de base

na Frente de Massa, que se colocam à disposição para sair de seus lugares de origem e ir contribuir em outros lugares. (MISNEROVICZ; FERREIRA, 2006, p. 3).

Por tudo posto em relação à questão da disputa pela juventude, pelos projetos de sociedade e campo que são antagônicos podemos afirmar que a juventude sempre foi e será alvo principal, ela pode ser usada pelo modelo hegemônico e/ou pode ser sujeita do novo projeto de sociedade isso vai depender da capacidade e criatividade das forças em disputa. Não há como negar que os instrumentos e força ideológica do modelo hegemônico tem o que lhe dá às condições de certa vantagem nesta disputa tanto pela cooptação e/ou coerção e pela força ideológica de oferecer o que não quer e não pode entregar. Oferecem o futuro, mas negam o presente, oferecem a salvação eterna e da alma pelo sacrifício do corpo em vida. Oferecem a meritocracia e nega a coletividade e cooperação. Porém e contraditoriamente, a força criadora e criativa do projeto anti-hegemônico historicamente soube e sabe atuar sobre as contradições e potencializar a força e rebeldia da juventude para potencializar para o projeto de superação sistêmica, combinando de forma criativa as questões de ordem objetiva e subjetiva, da luta econômica e política, do local ao global da negação e afirmação. Portanto, o jogo está sendo jogado e o resultado pertence ao tempo.

4.5 O Movimento Camponês Popular e a juventude camponesa

O tema da juventude tem sido debatido nas organizações do campo. Ao defender a família camponesa, é necessário considerar que dentro desta composição estão as mulheres, a juventude e as crianças, e que existem especificidades dentre eles que precisam ser considerados. Outra razão é que os dados do IBGE mostram que é a juventude que mais sai do campo e, para fortalecer a agricultura camponesa, sabemos que a juventude é muito importante. A partir do momento que os jovens vão deixando o campo, a agricultura camponesa vai sofrer da diminuição da mão de obra familiar e será comprometida o processo de sucessão. Se a juventude não permanecer, cada vez mais o perfil do campo estará mais envelhecido, ameaçando a produção de alimentos e qualquer possibilidade de alcançar o objetivo de soberania alimentar.

Então, o MCP desde quando nasceu tem tentado colocar a juventude em suas pautas. Obviamente, o considera que um público que precisa ter acesso a políticas públicas, que precisa ser discutido com mais centralidade, que cada vez mais é preciso aproximar da juventude, conhecer seus anseios para a partir disso pensar em pautas de lutas para conquistar

políticas que dialoguem com suas demandas, principalmente questões ligadas ao acesso à renda.

Algumas das questões que aparecem nas diversas pesquisas sobre migração da juventude, como fatores responsáveis são a falta da renda, falta de qualidade de vida, falta de políticas que contribuam para o desenvolvimento das comunidades e que garantam que o campo se torne um lugar bom, agradável de se viver. Alves e Vinha (2015) afirmam que:

O território como categoria analítica vai trazer questões pertinentes sobre a juventude camponesa, que o capitalismo no campo, impulsionado pelo o agronegócio, provoca mazelas no território camponês, expropriando e expulsando os jovens do campo quando estes não conseguem condições de vida no campo e que as políticas de Estado que se destinam ao campo são direcionadas ao agronegócio, em detrimento das poucas ações desenvolvidas para o fortalecimento do campesinato, incluindo a juventude rural. (ALVES; VINHA, 2015, p. 7).

As autoras compreendem que o capitalismo no campo, impulsionado pelo agronegócio produz mazelas no território camponês, expropria e expulsa a juventude do campo, pois as políticas de estado que poderiam ser direcionadas à agricultura camponesa são destinadas na maioria das vezes para o agronegócio.

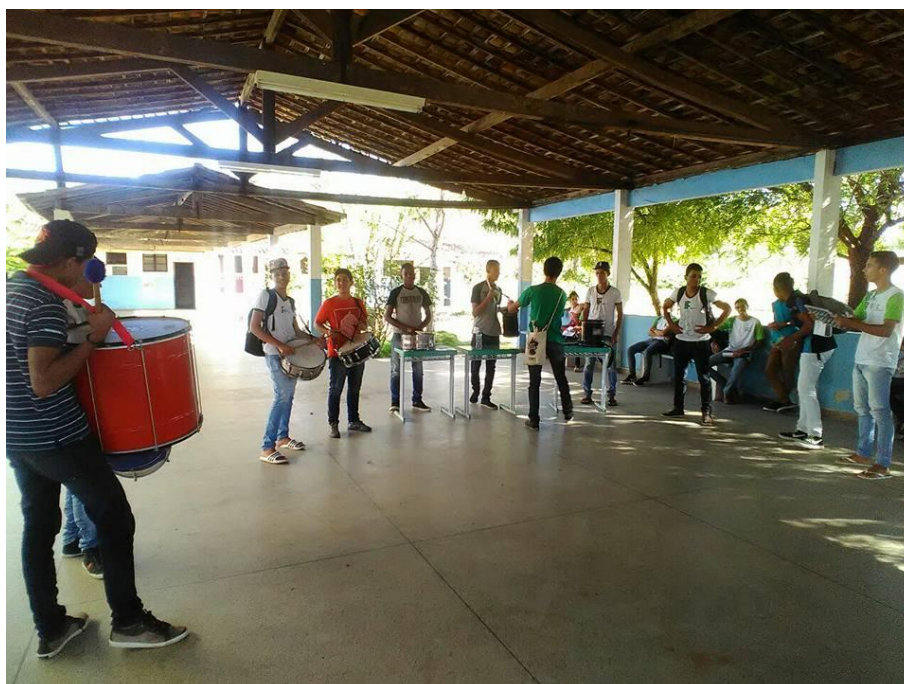
De 2008 a 2016, o MCP construiu um conjunto de atividades – encontros, seminários – nos estados de Goiás, Bahia, Piauí e Sergipe. Em todos estes espaços, os principais problemas levantados pela juventude camponesa foram a dificuldade de ter renda e a falta de políticas públicas para melhorar a vida no campo.

Figura 14: 1º Encontro da Juventude da Região Sul do Piauí, Júlio Borges – PI



Fonte: elaboração da autora (2016).

Figura 15: Oficina de Agitação e Propaganda com estudantes da Escola Agrícola de Cristinápolis – SE



Fonte: MCP (2017).

Em 7 de dezembro 2016, o MCP deu um passo importante que foi a realização do 1º Encontro Nacional do Coletivo de Juventude. Foi momento de os jovens dos 5 estados mencionados discutirem os principais problemas que afetam a juventude camponesa e os desafios colocados para o MCP com relação ao trabalho com a juventude. Os elementos que foram levantados pelos jovens incluíram preocupações sobre a concentração de terras, a hegemonia do agronegócio, a exploração dos trabalhadores, seja do campo ou seja da cidade,

a falta de políticas públicas de melhoramento do campo, a cultura do atraso do campo, o conservadorismo. Reclamaram do paradoxo de que ao mesmo tempo que o agronegócio quer o campo vazio, expulsando todo mundo da terra, ele disputa a juventude para seu projeto.

Estes elementos dialogam bastante com o que foi colocado pela juventude camponesa de Cristinápolis sobre as razões que fazem a juventude permanecer ou sair do campo. É a renda, acesso a terra, cultura, falta de políticas públicas ou exploração do agronegócio.

Ao discutir os desafios do MCP com relação ao trabalho com a juventude, vieram 5 principais elementos, sendo eles:

- Aproximar da juventude camponesa;
- A inserção da juventude nas lutas por políticas públicas (sejam nas áreas de educação, fortalecimento da agricultura, acesso a terra, programas de comercialização, entre outros);
- A inserção da juventude camponesa em escolas de formação política e técnica com base na agroecologia;
- A valorização da cultura camponesa a partir de trabalho com a juventude.

A partir dos desafios colocados foram levantados eixos e ações na tentativa de buscar propostas que dê respostas para os problemas que foram levantados pela juventude camponesa presente na reunião, sendo os seguintes eixos e ações: Formação, cultura e lazer, trabalho e renda, organicidade e articulação e comunicação.

Tabela 16: Ações do Movimento Camponês Popular com a juventude camponesa

Formação e Educação	Cultura e Lazer	Trabalho e Renda/Produção	Organicidade/ Articulações	Comunicação
- Escolas de formação por estado para a juventude; - Oficinas Temáticas; - Alfabetização para jovens e adultos (Luta e prática) *Com educadores jovens; - Cursos técnicos para a juventude não formais; - Cursos formais no campo das agrárias; - Escola nacional de formação de formadores para as estaduais; - Grupos de estudos nas comunidades (base); - Participação da juventude nos espaços de formação já consolidados; - Luta contra o fechamento de escolas; - Aproximação de escolas municipais.	- Festivais da Juventude camponesa nos municípios, estados e nacional no seminário de sementes; - Documentários sobre produções locais; - Resgate de histórias e lendas; - Poesias, músicas e cantos que podem gerar um livro; - Nacionalizar cinema na roça; - Semana de cultura da juventude camponesa do MCP nos estados (outubro); - Futebol; - Cavalgada; - Resgate das tradições culturais (Ex. São Gonçalo PI, tradição oral).	- Criar coletivos de produção de acordo com as potencialidades locais; - Pronaf Jovem: Pra quê e pra quem?; - Feiras, cestas; - Buscar tecnologias adequadas para o campesinato; - Discutir autonomia econômica da juventude; - juventude produzir insumos; hortas, aviários, mandioca, etc.	- Coletivo nacional, estadual e municipal de juventude; - Aproveitar seminários nacionais para reunir a juventude (pensar método); - Jovens nas instâncias do MCP; - Mapear parceiros e inimigos nos municípios, estado e Brasil; - Construir plataforma de lutas para a juventude.	- Relacionar com cultura e lazer; - Redes sociais do MCP > Link para a juventude; - Documentários para divulgação de nossas ações (a exemplo do Cinema na Roça) para dentro e pra fora; - Contribuir no debate nacional da comunicação; - Inserir jovens nos meios de comunicação locais (rádios, jornais, TV,...); - Pensar momento de capacitação nacional de comunicadores populares.

Fonte: Movimento Camponês Popular (2014).

As propostas de ações levantadas pela juventude presente no encontro com o objetivo de dialogar com a juventude que já fazem parte do MCP e também aproximar mais jovens para a organização, para a luta. Os principais elementos que apareceram no eixo da formação e educação foram a necessidade de lutar para que a juventude tenha acesso à educação, como sugestão apareceram a alfabetização de jovens e adultos, cursos técnicos formais e não formais e cursos superiores no campo das agrárias, a luta para o não fechamento das escolas do campo e também a importância de a juventude estarem inseridas nos cursos, nas escolas de formações do MCP.

Já no eixo da Cultura e lazer apareceram como propostas a construção de festivais da juventude camponesa, a produção e documentários sobre suas localidades, o resgate de

histórias e lendas e outras tradições culturais de suas regiões, como também a nacionalização do Cinema na roça, que foi uma iniciativa dos jovens do MCP de Sergipe e que tem sido importante para o trabalho da juventude, pois por mais que existam vários meios de comunicação no campo, como celular, televisão, o cinema na roça consegue agregar um conjunto de elementos, como de coletividade, interação entre a comunidade, de debate acerca de temas relevante.

Figura 16: Logo do Projeto Cinema na Roça



Fonte: Arquivo MCP.

Figura17: Exibição do Cinema na Roça no Povoado Quirino, Lagarto – SE



Fonte: Arquivo MCP.

No eixo “Trabalho, renda e produção”, que são extremamente importantes e este é o principal questionamento da juventude camponesa, aparecem aqui a necessidade do MCP lutar por tecnologias adequadas para facilitar o trabalho na produção tendo em vista que um dos elementos que sempre aparece é que o trabalho no campo é penoso. A luta por políticas públicas para a juventude, a necessidade de discutir a autonomia econômica da juventude, inserindo as alternativas de produção de alimentos, produção de insumos, hortas, aviários, e inserção da juventude nos programas que já existem como PAA, PNAE e em mercados informais como feiras e outras vendas alternativas e o beneficiamento de produtos.

No eixo “Organicidade e articulação” surgem propostas aliadas à necessidade da formação de coletivos nacionais, estaduais e municipais de jovens do MCP, a uma participação maior da juventude nas instancias do movimento, espaços específicos da juventude para que esta pauta esteja cada vez mais próxima da realidade da juventude.

Por fim, o último eixo trata da comunicação, e aparecem propostas da juventude ser mais protagonistas, na construção de documentários mostrando as experiências construída pelo MCP, tanto para dentro da organização, quanto para fora, a inserção nos meios de comunicação local, seja rádio, *site*, TVs, aliado também ao um processo de formação de comunicadores populares.

Segundo Ana Maria, uma dirigente do MCP, o desafio maior do movimento está no processo de formação. Para ela, os desafios são vários:

Estão na garantia da formação de um coletivo de jovens camponeses, com organicidade própria, capaz de fazer a leitura correta da realidade juvenil, compartilhá-la com o todo da organização, e coletivamente incidir sobre esta realidade; a partir disso, formar grupos de base que desenvolvam ações em torno da proposta do movimento, inclusive a respeito da permanência no campo, desafiando a juventude a se organizar e entender o seu papel na luta popular. (ANA MARIA, 2017).

Para a dirigente é fundamental formar coletivos de jovens camponeses dentro do MCP. A partir desta participação ativa da juventude, elas serão capazes de fazer usar sua própria interpretação e compartilhar com o conjunto da organização e ter clareza do seu papel na luta popular. Vale lembrar que dos 34 jovens que participaram da pesquisa de campo, somente 14 jovens faz parte do MCP. O restante colocou que nunca participou de nenhuma ação, atividade, luta de nenhuma organização social. Isso mostra um desafio primário para o MCP na organização da juventude. Na frente de todo este processo de disputa básica da vida, do processo já complicado de virar adulto, dentre modelos de desenvolvimento, como atrair a juventude?

Já para Ana Karoline, dirigente do MCP Sergipe, é preciso respostas organizativas para a juventude:

A juventude precisa se sentir parte do Movimento, podendo refletir na sua participação ativa o caminhar da organização, que traz um misto de rebeldia, ânimo, criatividade e compromisso com as lutas. A identificação com o movimento pode se dar a partir de qualquer uma das demandas já discutidas, podendo ser a luta por educação, por cultura e ou produção de alimentos saudáveis tendo também um viés de luta econômica pela reafirmação da necessidade de acesso à renda para possibilitar a permanência no campo. Animar a organização e trazer a ferramenta de agitprop como uma forma de dialogar e também pautar o acesso à cultura de origem camponesa para a conservação das suas ideias, entendendo que o campesinato também precisa passar pelo livramento de certas opressões como o machismo, o racismo e o preconceito referente à sexualidade. (Ana Karoline, 2017).

Ana Karoline não tem dúvida que a juventude precisa sentir e ser parte do movimento. Para ela, só se concretizará quando ele participa de forma ativa. Para alcançar este objetivo, o MCP precisa responder às demandas da juventude, dialogar com o jovem do campo, para assim criar condições para ele se identificar com o movimento. A luta econômica é a principal demanda, como aumentar a renda através da produção de alimentos, da comercialização. Outra frente é a cultura. Outra, a educação que abra brechas para o diálogo e aproximação da juventude para com a organização política. Por último, a Ana Karoline destacou que o campesinato precisa se livrar de certos preconceitos ou tradições opressivos, como machismo, racismo e sexualidade.

O MCP em Sergipe tem discutido bastante todos os elementos que foram levantados na tabela anterior. Uma questão que recebeu atenção especial é relação da juventude com a produção de alimentos. Existe um conjunto de ações que precisam ser exercidas, alguns trabalhos que os jovens têm mais facilidade em cumprir. Por exemplo, eles geralmente têm mais agilidade na utilização dos meios de comunicação para a venda de alimentos, contabilidade e deslocamento. Em Sergipe, construímos uma pequena experiência – já citada no texto – com relação ao beneficiamento da produção do milho para farinha do cuscuz crioula, em que a juventude cumpriu um papel importante no empacotamento, na fixação de adesivos.

Sempre ao pensar algum projeto para o campo, a organização deve considerar onde pode inserir a juventude. Esta perspectiva dos desafios do movimento é ainda mais importante quanto a situação dos jovens mulheres. Como foi abordado anteriormente, se existem dificuldades para a juventude ter acesso à renda, quando se trata da jovem mulher, isso dificulta mais ainda.

No eixo “Organização e a Luta” estão as ações que fortalecem a organização, a unidade das famílias que constroem o dia a dia do movimento, o trabalho com mulheres, o

trabalho com jovens e a participação dos camponeses e camponesas nas atividades do movimento, nas lutas. Também está incluso o processo contínuo de formação, seja ele da base, seja ele das coordenações municipais, regionais, estaduais ou nacional. Em todas, o trabalho do MCP com mulheres é muito importante.

A organização das mulheres camponesas é fundamental, pois olhar o campo e não enxergar que a mulher cumpre papéis essenciais na agricultura é fazer vista grossa. E sabem as mulheres que poucos percebem que as camponesas são duplamente subordinadas, pelo sistema e pelo patriarcado construído socialmente e historicamente. Segundo Butto (2011):

As mulheres correspondem a quase a metade da população rural, são quase 15 milhões de mulheres, muitas delas sem acesso aos direitos básicos como saúde, educação. Sendo que a maioria delas não conta com o reconhecimento da sua condição como camponesas, como responsáveis por produzir alimentos, porém dedicam de forma exclusiva ao grupo familiar. (BUTTO, 2011, p. 11).

Ainda com as diversas lutas que as mulheres vêm construindo dia após dia, essa situação não está totalmente superado. Existem grandes desafios a serem enfrentados. Mas, no pensamento do MCP, quando a participação das mulheres esteja organizada com o processo de produção de alimentos articulada em um movimento social que tem como objetivo central a superação sistêmica, o fato de organizar o núcleo de produção para atender uma necessidade econômica imediata articulada com a luta geral pela emancipação humana, as mulheres assumem um protagonismo fundamental na construção das bases de uma nova sociedade.

Pesquisas têm mostrado que tem aumentado a masculinização do campo (BUTTO, 2011). A maior parte das pessoas que migram do campo para as cidades são mulheres, e a maioria delas jovens. Elas migram por não verem alternativas e/ou perspectiva de melhorar suas vidas no campo. Isto é bastante preocupante. Se as desigualdades entre homens e mulheres já são grandes na cidade, no campo é ainda maior. Segundo Butto (2011):

A economia rural sempre esteve marcada pela divisão sexual do trabalho. Os homens estão associados a atividades econômicas que geram emprego, ocupação, e renda, enquanto as mulheres concentram-se em atividades voltadas para o autoconsumo familiar, com baixo grau de obtenção de renda e assalariamento. (BUTTO, 2011, p. 12).

As responsabilidades que são dadas as mulheres, como cuidar das crianças, limpar a casa, cozinhar, cuidar dos animais e da horta, não são vistas como trabalho, e sim como obrigação, dever. Devem ser considerados como trabalho, atividades econômicas, porque contribuem muito para o orçamento de uma família. É até interessante quando as mulheres assumem alguma atividade que é considerada “do homem”, é comum ouvir a frase “mulher ajuda o homem.” Muitas mulheres camponesas só conseguem ter uma autonomia financeira

relativa quando conseguem se aposentar aos 55 anos, ou seja, levam uma vida quase toda dependendo e sobre o controle dos homens. Por isso, o trabalho de militância com mulheres é um desafio para os movimentos. Mas o MCP, com muitas mulheres dirigentes e militantes, sabe da importância fundamental desta luta e que ela não pode ser feita sem mobilização, sem encontros, sem ações concretas nas comunidades, sem um diálogo permanente com as camponesas e os camponeses.

Figura 18: Luta das mulheres camponesas pela soberania alimentar em Aracaju – SE



Fonte: Arquivo MCP.

Vale ressaltar também que mulheres cumprem um papel fundamental na construção do movimento, elas estão em todas as instâncias do movimento e são elas as principais protagonistas na participação das lutas, seja na luta por direitos, seja na luta contra a opressão, na luta em defesa da agricultura camponesa. E isso contribui diretamente no fortalecimento da luta camponesa e também na luta pela emancipação e o protagonismo das mulheres, rompendo aos poucos com os limites colocados pelo patriarcado e o machismo.

O engajamento das mulheres nos movimentos políticos e sociais, como o MCP, possibilita ver que, em todas as áreas da vida, o rompimento das dicotomias, como entre individual e o coletivo, entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre campo e cidade, que envolvem as redes de relações possibilita a criação de novas relações sociais, inclusive de poder e de gênero. São construídas formas de se romper com os mecanismos de controle e de opressão colocados sobre as mulheres quando elas são restringidas ao espaço privado. (ALVES; VINHA, 2015, p. 115).

Enfim, o trabalho com as mulheres é desafiador, e ele é necessário para uma organização que tem nos seus objetivos a construção da soberania alimentar, da autonomia camponesa e da construção de um projeto popular para o Brasil. Isso porque é inegável lutar

por um campo como lugar de vida, como lugar de viver bem, com qualidade de vida, sem ao mesmo tempo lutar contra a opressão, contra a violência, contra o machismo, tudo isso fruto das relações construída pela sociedade capitalista.

E estas questões que abordamos aqui referente ao processo de opressão, de machismo, de violência cometida contra as mulheres, de falta de autonomia financeira, têm um vínculo forte com os dados que levantamos nos capítulos anteriores sobre a masculinização no campo. Os dados mostram que tem mais homens jovens no campo que na cidade, e mais mulheres na cidade que no campo, e isso tem reflexos fortes do patriarcado, do processo histórico de como as mulheres foram e ainda são tratadas. As jovens mulheres desde muito cedo procuram buscar alternativas que fujam da lógica que vivem sua mãe, sua avó, e uma alternativa que a juventude vê é a cidade, é a busca de emprego, de estudo, que seja de doméstica, mais que dê o mínimo de autonomia.

Por isso que a organização das mulheres, jovens ou não, deve estar aliado, entre formação, a busca de alternativas de renda, a luta por políticas públicas para as mulheres, ou seja, criando condições para que estas mulheres tenham qualidade de vida, renda, autonomia.

Outro aspecto que pretendemos levantar é o papel da formação política dentro do MCP, pois só é possível fazer mudanças importantes na sociedade com homens e mulheres, juventude conscientes da necessidade das mudanças, e o processo de formação cumpre neste processo de fazer os camponeses tomar consciência da sociedade que vivemos, mostrando as possibilidades de mudanças, mesmo que algumas são para curtos prazos e outras são para médios e longos prazos. Como bem descreve Gasparin (2017): “A formação política é uma das condições fundamentais para a emancipação da classe trabalhadora. A classe trabalhadora por si só não terá condições de reagir a formas de opressão, necessitando, portanto, de um elevado grau de educação política.”

E o processo de formação é o responsável por fazer quem veio para a luta de uma conquista imediata, como exemplo quem veio para lutar por uma moradia, por água, por investimentos, entender que estas pautas não resolvem o problema da família, pois o campo precisa de mudanças estruturais e por isso a família deve permanecer na luta. Ou seja, a formação tem que dar conta de politizar a conquista, para que o homem, a mulher e o jovem permaneçam na luta.

Como bem diz Peloso (2012 apud GASPARIN, 2017):

A classe oprimida precisa descobrir as raízes da exploração. Ela precisa juntar a força que já tem para juntar com seu pensamento e com suas malícias e espertezas para vencer a dominação. Inventar as respostas para os seus problemas. Sem a formação política, a luta mais encarniçada, mais feroz não passa de uma luta espontânea contra os efeitos da exploração. Por isso, cada movimento ou já organizou ou deve organizar um programa de formação, como um processo permanente bem além das palestras, das jornadas, dos eventos. Ela precisa responder às demandas da formação de sua base social, de sua militância, da sua coordenação e de seus formadores. (PELOSO, 2012 apud GASPARIN, 2017, p. 115).

É fundamental isso que Peloso coloca e reforça a importância das organizações pensarem o processo de formação política como uma estratégia da organização para onde se quer chegar. E nestes quase 10 anos de luta, o movimento tem feito o exercício de elaboração do plano de formação aliada com os objetivos do movimento e dando respostas ao período histórico que vivenciamos.

Por fim, a pauta camponesa que colocamos no segundo capítulo, a pauta social que abordamos no terceiro capítulo e o eixo organização, dando ênfase no trabalho com a juventude, no trabalho com mulheres e na formação, são elementos que compõem o tripé que direciona as ações do Movimento, contemplando o conjunto de pautas que fortalecem a agricultura camponesa e também contribuem para elevar o nível de consciência de classe do campesinato.

O conjunto de iniciativas desenvolvidas pelos Movimentos e organizações populares do campo, em especial as do MCP, que destacamos no trabalho, tem sido fundamental para criar as condições objetivas e subjetivas para permanência da juventude no campo, permanência das mulheres, como sujeitos no protagonismo da construção de um campo com gente e com vida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos a juventude camponesa como sujeitos que vivem no campo, e por estarem inseridos desde criança em uma realidade camponesa, acabam carregando reflexos daquela realidade, em seus aspectos sociais, de classe, culturais e econômicos, se diferenciando da juventude urbana. Com o território imenso que é o Brasil, mesmo a juventude camponesa se diferencia uma das outras, não podendo classificar como igual, elas possuem uma enorme diversidade entre elas de acordo com seus respectivos territórios. A juventude camponesa carregam em si identidade própria cultura e valores diferenciados.

No Brasil há 51.330,569 jovens, destes 7.807, 627 estão no campo, que representa 15, 21% da juventude brasileira. A juventude em maior número no campo são na faixa etária de 15 a 19 anos. O Nordeste brasileiro é a região que tem mais presença de jovens no campo, destes 7.807,627 jovens camponeses que existe no Brasil, 3.935.661 estão na região Nordeste, ou seja, 50,40% e destes 152.577 jovens estão no campo em Sergipe, representando 3,87% da juventude do Nordeste. Já o município de Cristinápolis possui 4.768 jovens, e destes 2.375, representando 49,91%, estão no campo. Mesmo o Nordeste sendo considerado uma das regiões mais pobre do Brasil, ainda existe uma forte resistência camponesa e juvenil. Outras duas constatações é que existem mais homens jovens no campo do que mulheres, em todas as faixas etárias, isso demonstra claramente que são as mulheres que mais tem migrado para as cidades e também que de 2000 a 2010 a faixa etária de 25 a 29 anos teve um aumento de 4%, que pode ser considerado uma tendência importante. Os fatores que podem ajudar a explicar são a diminuição da oferta de trabalho no meio urbano, e no meio rural com a tecnificação que substituiu os postos de trabalho, como o setor sucoalcooleiro, que empregava principalmente esta faixa etária, o limite estrutural urbano e também é o período do neodesenvolvimentismo que surgem várias políticas públicas que permite a obtenção de renda e melhores condições de vida no campo.

Entendemos que as políticas públicas fazem parte de projetos de desenvolvimento e por isso elas são campos de constantes disputas. As organizações e movimentos sociais têm um papel significativo na luta tanto para fazer surgir, quanto na continuidade destas políticas, pois dependem fundamentalmente da correlação de forças e das estratégias de lutas em um determinado período histórico. Os últimos anos surgiram algumas iniciativas de políticas destinadas a juventude para o campo e onde elas foram implantadas deram resultados importantes. Na pesquisa de campo identificamos a ausência total de políticas públicas para a juventude em Cristinápolis, seja elas nacionais, estaduais ou municipal.

Ao mesmo tempo frente o momento histórico que estamos vivenciando no Brasil de perdas de direitos, reformas, redução das políticas públicas, é bem viável que isto contribuía para o aumento da migração campo-cidade, campo-campo, considerando o fator de que a existência de políticas públicas que contribuem para a juventude permanecer. Da mesma forma, a ausência ou perda destas políticas, mesmo que assistenciais, contribuem com o empobrecimento e com isso um aumento da saída da juventude.

A juventude, pela várias características que possui, como ousadia, sonhos, vontade de mudança, período que tem mais força de trabalho, muita expectativas, é classe trabalhadora, seja a juventude camponesa, seja a urbana, cumpre um papel importante em nossa sociedade e justamente por cumprir, por ter um papel significativo, ela é disputada. De um lado, ela é disputada pelo modo de produção capitalista hegemônico, pelo agronegócio, que vê na juventude o principal agente para explorar sua força de trabalho e também como consumidora de sua mercadoria e não lhe ofereci nada além da exploração sem limites, da alienação, do consumismo, do individualismo, para isso usam dos diversos instrumentos, como: o Estado através da educação, da universidade, os meios de comunicação.

A juventude camponesa, por viver em um território que está sendo disputado pelo agronegócio, acaba vivendo uma segunda disputa, agora entre agricultura camponesa e agronegócio. São inúmeros os instrumentos utilizados pelo modelo hegemônico para o enfraquecimento da agricultura camponesa, dentre eles, os meios de comunicação, as escolas e universidades, os pacotes tecnológicos, e o Estado sempre dando seu aval, com as leis e políticas estruturantes em favor do fortalecimento das forças hegemônicas. Enquanto isso, a agricultura camponesa quase sempre não pode contar com nenhum destes instrumentos e para os jovens o principal fator que faz a juventude sair do campo é a ausência da renda, de políticas de incentivo a agricultura camponesa, ou seja, na medida que o estado nega o direito ao acesso as políticas públicas para a juventude ele exerce a negação da continuidade deste público no campo.

A permanência da juventude no campo é uma ameaça ao agronegócio, por tudo que a juventude representa sejam nos aspectos da força de trabalho, na intensificação da agroecologia como matriz de produção camponesa, no protagonismo, na continuidade da reprodução camponesa através da sucessão rural e também pelo protagonismo que a juventude teve em todos os processos históricos de luta e resistência que nosso país viveu.

Do outro lado estão as forças anti-hegemônicas que também tem estratégias e ações para atrair e incluir a juventude como sujeitos, que também não deixa de ser um processo de disputa, com outras perspectivas, oferecendo lhe um projeto diferenciado, inverso ao projeto

hegemônico, querem que a juventude tenha consciência da classe trabalhadora, tenha projeto de vida, uma juventude liberta, que sonhe, que tenha esperança, que tenha utopia, espírito de coletividade, que sejam sujeitos na luta por direitos da classe trabalhadora, que seja protagonistas das organizações da qual esta juventude pertence, podemos citar aqui o MST, Levante Popular da Juventude, MCP e MPA. E experiências importantes que inclui a juventude como a Educação do campo, o Pronera, e a agroecologia e os processos de formação e de lutas.

A pesquisa de campo também identificou que as principais razões de a juventude de Cristinópolis sair ou permanecer no campo estão relacionadas ao acesso ou não a renda, a terra, a políticas públicas de incentivo a agricultura camponesa e aos direitos básicos como moradia, saúde, educação e cultura.

Ao mesmo tempo, a pesquisa colocou vários desafios as organizações do campo que fazem trabalho com a juventude e principalmente ao MCP que está próximo desta juventude do qual teve a participação no trabalho de campo, não há outro caminho para a juventude permanecer no campo que não seja o acesso à renda, terra e as políticas públicas estruturantes. Também é fundamental incluir a juventude camponesa neste processo tanto na organização política, quanto nas lutas gerais e específicas da juventude, aliando sempre a conquista com a formação política. Somente assim permitira potencializar a força e rebeldia da juventude para negar o projeto hegemônico e afirmar o projeto de superação sistêmica, combinando as questões de ordem objetiva e subjetiva, da luta econômica e política, do local ao global da negação e afirmação.

Por tudo que estudamos durante as disciplinas realizadas no curso, os seminários realizados, os debates com os estudante e professores, as leituras que realizamos para a realização do trabalho de dissertação, as pesquisas de campo, bem como a trajetória na militância social no MCP, podemos afirmar que há uma tendência de acirramento da luta de classes e disputa de projetos no campo, bem como de sociedade e que nesta disputa a juventude camponesa tem um papel fundamental. O futuro da agricultura camponesa depende e muito da ação no presente da juventude. Por isso, entendemos que existe muitos desafios aos movimentos sociais populares camponeses, para academia e ao conjunto da sociedade.

Este trabalho não conclui o debate, não consegue dar respostas ao conjunto de desafios, porém, procuramos contribuir com a academia com reflexões e análise que ajuda a entender o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, do agronegócio como modelo hegemônico, e ao mesmo tempo identificar suas contradições e limites. Analisamos, identificamos um conjunto de iniciativas de afirmação da agricultura camponesa com projeto

alternativo e emancipatório em construção, bem como a juventude sendo protagonista desta construção. Ao concluir esta nossa reflexão analítica, não concluimos o debate acerca desta questão tão complexa e importante, mas acreditamos que demos nossa parcela de contribuição.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, G. C. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 143-176, jul. 2002.

AGRO do Futuro está com inscrições abertas. **Aprosoja**, 2017. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/agro-do-futuro-esta-com-inscricoes-abertas>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

ALBUQUERQUE, C. F. Migração camponesa: dominação ao capital. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, n. Spe., p. 453-458, jul. 2014.

ALVES, M. F.; VINHA, J. F. S. C. A juventude camponesa e a sua organização social e política: o território como categoria analítica. **Pastoral da Juventude Rural**, Recife, 2015. Disponível em: <<https://pjrbrasil.org/2015/12/>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

ALVES, S. A.; COSTA, C. L. Resistir na terra: a luta pela moradia camponesa no Movimento Camponês Popular - MCP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – Território em disputa: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento Brasileiro, 21., 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia, 2012. p. 1-12.

AMARAL, R. W. do et al. Jovens do campo: a procura de visibilidade social. In: JEOLÁS, L. S. et al. (Org.). **Juventudes, desigualdades e diversidades: estudos e pesquisas**. Londrina: Eduel, 2005.

ARMANI, G. F.; COSTA, A. P. M. **Juventude, tráfico de drogas e política criminal: uma análise da edição e aplicação da súmula 492/2012 do STJ**. 2014. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=367c78ec0bb6fe9b>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BALDISSERA, A. Pesquisa-ação: Uma metodologia do conhecer e do agir coletivo. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, V. 7, p. 6. Agosto/2001.

BAYER CARREIRAS. **Jovens talentos**. 2017. Disponível em: <<https://carreiras.bayer.com.br/pt/trabalhando-na-bayer/jovens-talentos/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BERNSTEIN, H. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. Entrevista a Anne-Marie Métaillé. In: MÉTAILLÉ, A.-M.; THIVEAUD, J.-M. (Ed.). **Les Jeunes et le premier emploi**. Paris: Association des Angés, 1978.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, p. 51-62. jan./dez. 2007.

BRASIL é líder mundial em uso de agrotóxico. **EBC**, 27 maio 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/saude/2015/07/brasil-e-lider-mundial-em-consumo-de-agrotoxicos>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Juventude. **Política Nacional de Juventude**: diretrizes e perspectiva. Brasília: Conselho Nacional de Juventude, 2006.

_____. Decreto n. 8736, de 4 de maio de 2016. Dispõe sobre o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, n. 84, 4 de maio de 2016. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

_____. **Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de juventude - SINAJUVE. Brasília: Casa Civil, 2013. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/civil>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

BUTTO, A. **Políticas para as mulheres rurais**: Autonomia e Cidadania. Brasília: MDA, 2011.

CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARGILL. **Programa jovens profissionais Cargill**. 2018. Disponível em: <<http://novostalentoscargill.com.br/cargillnovostalentos/default.aspx?mn=630&c=1194&s=0&friendly=programa-de-trainees/>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

CARNEIRO, F. F. et al. (Org.). **Dossiê Abrasco**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<https://teen.ibge.gov.br/sobre-o-brasil/populacao/populacao-rural-e-urbana.html>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

CARREIRA, Renan. Migração do Nordeste para o Sudeste aumenta. **Estadão**, São Paulo, 18 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,migracao-do-nordeste-para-o-sudeste-aumenta-imp-,596568>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

CARVALHO, H. M. **Camponeses**: mais além da convivência com o capital. Curitiba: [s.n.], 2015.

CASTRO, E. G. Juventude do campo. In: CALDART, R. et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M.; ANDRADE, C. C. (Org.). **Juventude e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2009.

CEPIS – Centro de Educação Popular Instituto Sapientiae. **A história da sociedade**. São Paulo: CEPIS, 2011.

CONCEIÇÃO, A. L. Jovens andarilhos no curto ciclo do capital. **Revista Okara**: Geografia em Debate, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 1-152, 2007.

_____; KOLMING, F. V. Alternativas de Organização nas comunidades Rurais. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 8., 2001, Santiago. **Anais...** Santiago, 2001.

COSTA, F. A.; CARVALHO, H. M. Campesinato. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. 9. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CRISTINÁPOLIS. Prefeitura Municipal. **Bandeira do Município**. Cristinápolis, 2017. Disponível em: <<http://cristinapolis.se.gov.br/bandeira-do-municipio/>>. Acesso em: 12 set. 2017.

_____. _____. **Brasão do Município**. Cristinápolis, 2010. Disponível em: <<http://cristinapolis.se.gov.br/brasao-do-municipio/>>. Acesso em: 14 set. 2017.

DELGADO, G. C. **A questão agrária no Brasil, 1990-2003**. Brasília: IPEA, 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_2-10.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2016.

ESTEVÃO, L. **Noções de Agronegócio**. Goiânia: [s.n.], 2014. 8 p. Mimeografado.

FELÍCIO, J. M. **Dataluta: questão agrária e coletivo de pensamento**. Paradigma da questão agrária e paradigma do capitalismo agrário. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Presidente Prudente: [s.n.], 2013. v. 1.

_____. **Delimitação Conceitual do Campesinato**. [s.l.: s.n.], 2004. Disponível em: <<https://www.google.com.br/#q=Delimita%C3%A7%C3%A3o+conceitual+de+campesinato>>. Acesso em: 1 jul. 2015.

_____. **Entrando nos Territórios do Território**. São Carlos: GEPEC, 2008. Disponível em: <<http://file:///C:/Users/us/Downloads/entrando%20nos%20territorios%20do%20territorio.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

GALEANO, E. H. **As veias abertas da América Latina**. Tradução Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2015.

GASPARIN, G. J. **A formação política como necessidade da classe trabalhadora: a experiência do MST**. 2017. 165 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, São Paulo, 2017.

GIRARDI, E. P. **Atlas da questão agrária brasileira**. Presidente Prudente: UNESP/NERA, 2017. Disponível em: <<http://www.atlasbrasilagrario.com.br/>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

GONÇALVES, R. J. A. F. **No horizonte, a exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de extrativismo mineral em Goiás**. 2016. 504 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

GORENDER, J. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, J. P. **A questão agrária hoje**. 3. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p. 15-44.

GORGEN, S. A. Agricultura camponesa. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. 9. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016. p. 101-104.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. Tradução João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2009.

HINO de Cristinápolis. **Sergipe Extra**, 1999. Disponível em: <<http://sergipeextra.blogspot.com.br/2011/04/hino-de-cristinapolis.html/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

IANNI, O. A utopia Camponesa. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. 9. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016. p. 55-69.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Senso 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. **Brasileiro consome em média 7,5 litros de veneno por ano em consequência da utilização de agrotóxico**. São Paulo: IDEC, 2015. Disponível em: <<http://www.idec.org.br/em-acao/noticia-do-consumidor/brasileiro-consome-em-media-7-5-litros-de-veneno-por-ano-em-consequencia-da-utilizaco-de-agrotoxicos>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

JESUS, A. D. F. **O papel da juventude na agricultura familiar na zona sul do município de São Paulo**. 2016. 147 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, São Paulo, 2016.

JANK, M. Agrofalácias 1: Agricultura familiar vs Agronegócio. **Avicultura Industrial**, 23 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/agrofalacias-1-agricultura-familiar-vs-agronegocio-por-marcos-jank/20170123-092748-r593>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LEI Don Tomás Balduino. 2017. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/12/22/lei-dom-tomas-balduino-e-celebrada-em-goias.html>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

LEITE, P. S.; MEDEIROS, S. L. Agronegócio. In: CALDART, R. et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LENINE, V. I. **O Estado e a Revolução**. 1917. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estadoerevolucao/>>. Acesso em: 3 set. 2016.

LUXEMBURGO, R. **A sociedade comunista primitiva e sua dissolução**. São Paulo: Edições ISKRA, 2015.

MARTINE, G. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: _____; GARCIA, R. C. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetes, 1987. p. 59-79.

MARX, K. **A origem do capital**. São Paulo: Edições ISKRA, 2015.

MENDES, J. **Juventude e tempo presente**: contribuições teórico-metodológicas. [s.d.: s.n.], 2005.

MENDONÇA, M. L. R. F. **Modo capitalista de produção e agricultura**: a construção do conceito de Agronegócio. 2013. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. **Monthly Review**, fev. 1998.

_____. **A crise estrutural do capital**. Tradução Francisco Raul Cornejo. São Paulo: Boitempo, 2009.

MISNEROVICZ, J. V. **A territorialização do capital e os novos sujeitos da questão agrária brasileira na contemporaneidade**. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

_____; FERREIRA, G. **Um olhar sobre a juventude**: elementos para reflexão no GEA-Nacional. [s.l.: s.n.], 2006.

MONDRAGÓN, H. Colômbia a colheita paramilitar. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. M. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 121-138.

MOVIMENTO CAMPONÊS POPULAR. **1º Caderno de Formação**. Goiânia: MCP, 2009.

_____. **Documentos internos**. Goiânia: MCP, 2014.

_____. **Manual de Militantes**. Goiânia: MCP, 2017.

_____. **Movimento Camponês Popular e Luta por Moradia**. Cartilha Pedagógica II. Goiânia: MCP, 2013.

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. **Subsídios para o estudo e debate**. São Paulo: MST, jan. 2017. p. 35-45. (Documentos de análise do campo).

NETTO, C. G. A. M.; MELO, L. M.; MAIA, C. M. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_aviovaldo.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017.

_____. O campo brasileiro no final dos anos 1980. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil:** o debate da década de 1990. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 55-80.

OLIVEIRA, L. A. **Cristinápolis, conta, canta e celebra sua história.** Cristinápolis: [s.n.], 2010.

OLIVEIRA, J. S. Projeto de Pesquisa: as alterações da unidade de produção familiar diante da expansão do novo modelo de desenvolvimento do agronegócio em Sergipe, no território Sul Sergipano – municípios de Cristinápolis e Itabaianinha. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 21., 2011, São Cristóvão. **Anais...** São Cristóvão: UFS, 2011.

PASSOS, G. R.; SANTOS, E. L. **Cristinápolis:** Cidade da Chapada e dos cristinapolenses. Aracaju: Infographics, 2014.

PAULA, A.; GÓMEZ, J.; TRACZ, C. Novo Ciclo neoliberal no Brasil: desmontando as políticas públicas para a agricultura camponesa. **Revista Pegada**, São Paulo, v. 18, n. 1, abr. 2017.

PAULINO, E. T.; FABRINE, E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PAULO, M. A. L.; SILVA, M. S. S. Juventude rural e processos migratórios no Nordeste do Brasil. **KoBra**, 7 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.kooperation-brasilien.org/de/themen/menschenrechte-gesellschaft/traditionelle-voelker-gemeinschaften/juventude-rural-e-processos-migratorios-no-nordeste-do-brasil>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

PEREIRA, M. C. B. Revolução verde. In: CALDART, R. et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ORENSTEIN, José. Porque o mundo vive sua pior crise de fome em 70 anos? **Nexo**, 13 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/03/13/Por-que-o-mundo-vive-sua-pior-crise-de-fome-em-70-anos>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

PJRBRASIL – Pastoral da Juventude Rural. **VIIª Conferência Internacional da Via Campesina:** camponeses de mais de 70 países se reúnem para construir soberania alimentar. Recife, 19 jul. 2017. Disponível em: <<https://pjrbrasil.org/2017/07/19/vii-conferencia-internacional-da-via-campesina-camponeses-de-mais-de-70-paises-se-reunem-para-construir-soberania-alimentar/>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

RAMOS FILHO, E. S. **Banco de dados da luta pela terra.** Aracaju: LABERUR, 2012. (Relatório Sergipe 2012).

_____. Os (des)caminhos da estrutura fundiária e reforma agrária em Sergipe (1992-2011). **Boletim Data Luta**, Presidente Prudente, n. 58, 2012.

REIS, L. C. A sujeição da renda da terra e as repercussões no campo: o contraste entre Petrolina-PE e Capela-SE. In: SIMPÓSIO BAIANO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA; Semana de Geografia da UESB: O campo baiano na relação Estado, Capital, Trabalho: espaço de contradições, espaço de lutas. Salvador, 2013. v. 1. n. 2.

RIBEIRO, S. **Crise e Contradições do sistema Capitalista**. 2015. (Documento síntese da 3ª Conferência Internacional da Humanidade).

RISÉRIO, A. **Uma história do povo de Sergipe**. Presidente Prudente: Seplan, 2010.

RISSO, M. A. A estética das sementes e a recuperação das sementes crioulas nas áreas da reforma agrária no Brasil e no México. 2017. 210 f. Dissertação (Mestrado em geografia) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2017.

ROSA, T.; GONÇALVES, R. Importância e limites das políticas públicas de comercialização de alimentos no município de Damianópolis, Goiás: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição e Alimentos (PAA). **Revista Sapiência: Sociedade, saberes e práticas educacionais**, Iporá, v. 5, n. 1, p. 199-226, jan./jul. 2016.

ROSSI, Marina. O alarmante uso de agrotóxico no Brasil atinge 70% dos alimentos. **El País**, 30 abr. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/29/politica/1430321822_851653.html>. Acesso em: 10 mar. 2017.

ROY, M. P. **O século 21: erosão, transformação tecnológica e concentração do poder empresarial**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

SANTOS, E. L. **Cristinápolis: cidade da chapada e dos Cristinapolenses**. Aracaju: Infographics, 2014.

SANTOS, J. R. D. **Relações de produção de as modificações sócio-espaciais no centro sul de Sergipe e no litoral da Bahia a partir da citricultura 1960-2003**. 2003. 326 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social com teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, 1977.

SERGIPE é o 4º maior produtor de laranja do país. **G1 SE**, 27 fev. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2017/02/sergipe-e-o-4-maior-produtor-de-laranja-do-pais.html>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

SERGIPE. Ministério Público do Trabalho; UFS – Universidade Federal de Sergipe (Org.). **Estudo das condições de saúde e dos ambientes de trabalho na citricultura do estado de Sergipe**. São Cristóvão: Ed. UFS, 2015.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. M. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 27-47.

SHIVA, V. Agronegócio um modelo esgotado. **Brasil de Fato**, São Paulo, 6 jun. 2013.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate da década de 1990. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 163-170.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHART, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

STÉDILE, J. P. (Org.). **A Questão Agrária no Brasil**. O debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 15-31.

_____; CARVALHO, H. M. Soberania Alimentar. Alimentação saudável: um direito de todos. **Movimento dos Trabalhadores Sem Terra**, p. 37-44, dez. 2010.

TEIXEIRA, V.; BATISTA, R. O. S.; SANTOS, T. M. Venenos agrícolas na citricultura do sul sergipano: morbidade e saúde do trabalhador. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 23., 2016, São Cristóvão. **Anais...** São Cristóvão: ENGA, 2016.

TEUBAL, M. O campesinato frente a expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. M. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 139-160.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988.
NARLOCH, Leandro. Brasileiro ingere 5 litros de veneno por ano. **Veja**, São Paulo, 10 fev. 2017. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/cacador-de-mitos/mito-8220-o-brasileiro-ingere-5-litros-de-agrotoxicos-por-ano-8221/>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

VALOR ECONÔMICO. **Bayer seleciona projetos para conectar jovens a agricultura**. 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/5165364/bayer-seleciona-projetos-para-conectar-jovens-agricultura/>>. Acesso em: 29 dez.2017.

VIA CAMPESINA BRASIL. A natureza do agronegócio no Brasil. **Cartilha da Via campesina**. 2005.

VILLAS BÔAS, R. L. Novo ciclo de modernização conservadora: indústria cultural e reconfiguração da Hegemonia. **REBELA**, Florianópolis, v. 1, n. 3, p. 152-179, fev. 2012.

WEISHEIMER, N. **A situação Juvenil na Agricultura Familiar**. 2009. 330 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

_____. **Juventudes rurais**. Mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

WELCH, C. A.; FERNANDES, B. M. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. M. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 161-190.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA APLICAR AOS JOVENS DE
CRISTINÁPOLIS – SERGIPE**



**A PERMANÊNCIA DA JUVENTUDE CAMPONESA NAS COMUNIDADES DE
CRISTINÁPOLIS – SE**

Nome da pesquisadora: Tábata Neves Rosa

Data: __/__/__

Comunidade: _____

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome do entrevistado(a) _____

1.2 Idade: _____

1.3 Sexo: () M () F

1.4 Estado civil: _____

1.5 Tem filhos: () sim () não – Quantos _____

1.6 Onde mora atualmente e desde quando: (Endereço) _____

1.7 Tem irmãos () sim () não Quantos: _____

1.8 Onde eles trabalham: _____

1.9 Qual sua cor: Negro () branco () pardo ()

1.10 Qual religião: _____

2 ESCOLARIZAÇÃO

1.1 Frequenta escola: () sim () não

1.2 Nível de instrução:

() S/Instrução/Analfabeto () 1º Grau Completo () Superior Completo

() Primário Completo () 1º Grau incompleto () 2º Grau Completo () Outros

2.3 Motivo de ter parado/continuado de estudar: _____

2.4 Onde estuda/ou estudou: () na cidade () no campo

2.5 Foram valorizados a agricultura, a vida rural, sua vida nas matérias da escola? Pelos professores? _____

2.6 Tem vontade voltar a estudar? () sim () não

2.7 Qual curso você gostaria de estudar? _____

2.8 Quais são as dificuldades para estudar hoje? _____

3 TRABALHO

3.1 Você possui terra: () sim () não

3.2 A terra onde você mora é de quem? _____

3.3 Área total da propriedade: _____

3.4 Sua família é: () Posseira () Arrendatário () Proprietário () Meeiro () Comodatário
Outros ()

3.5 Você trabalha? () sim () não

3.6 Onde você trabalha? Detalhe o que você faz no seu trabalho, seu dia a dia.

3.7 Na sua opinião, você recebe um valor justo pelo seu trabalho? Por quê?

3.8 Na sua opinião, o trabalho que você exerce compromete ou não a sua saúde? Já sentiu mal no trabalho?

3.9 A maior parte da sua renda vem de seu trabalho dentro da propriedade ou de trabalho fora da propriedade? _____

3.8. Quais as principais atividades que você e sua família trabalham na agricultura?

3.9. Você acha que o trabalho no campo em geral é um trabalho pesado? Penoso?

4 PERMANÊNCIA NO CAMPO

4.1 Você gosta de morar no campo () sim () não

Por quê? _____

4.2 Você gostaria de morar na cidade () sim () não

Por quê? _____

4.3 Pensa sair do campo? () sim () não

Por quê? _____

4.4 Para onde você iria se sair do campo? Que cidade? _____

4.5 O que te chama mais atenção na cidade?

4.6 Quais motivos levaria você a ficar no campo?

4.7 Quais motivos levaria você a sair do campo?

4.8 Conhece algum jovem que deixou a cidade e foi morar no campo?

4.9 Você tem alguma proposta para o campo ser um espaço bom de viver, tanto para a juventude, crianças, adultos?

4.10 Quais são seus sonhos?

4.11 Para você o que é ser jovem?

4.12 O que seus pais pensam a respeito do seu futuro? Eles querem que você fica ou sai do campo? Por quê?

5 POLÍTICAS PÚBLICAS

5.1 Você já teve acesso a alguma política pública?

Como: () Pronaf () PAA () PNAE () PNHR

() sim () não

5.2 Quem contribuiu para você ter acesso? _____

5.3 Foi fácil o acesso? () sim () Não

5.4 Alguém da sua família já acessou estas políticas? () sim () não

Quais? _____

5.5 Alguém na sua casa tem acesso a algum benefício?

() Bolsa família () Aposentadoria () pensão () outras

5.6 Faz diferença para a sua família ter acesso a esses benefícios?

5.7 Você conhece políticas públicas para juventude? Se sim, quais? Já acessou alguma?

6 PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇO POLÍTICO/ TOMADA DE DECISÕES:

6.1 Faz parte de algum partido, movimento, associação, grupo organizado?

6.2 Já participou de Encontro de formação, seminário, oficinas?

6.3 Já participou de algum espaço específico de jovens?

Onde? _____

O que achou? _____

6.4 Você já participou de alguma mobilização para garantir ou defender algum direito?

Quando? _____

6.5 Como foram as experiência?

6.6. Você ajuda tomar decisões no seu município? Na sua comunidade? Na sua casa? Na sua opinião, você sente que é ouvido pelos mais velhos?

7 MEIOS DE TRANSPORTE/LAZER/CULTURA

7.1 Qual meio de transporte você utiliza? () moto () carro () bicicleta () ônibus

Outros _____

7.2 De quem é este meio de transporte?

7.3 Quais os meios de comunicação que você tem acesso?

Celular () Rádio () TV () Internet () Jornal () outros _____

7.4 Você possui Facebook () e-mail () WhatsApp ()

7.5 Quais espaços de lazer você gosta?

7.6 Existem espaços culturais e de lazer em sua comunidade? Se sim, quais?

7.7 Você gostaria que na região tivesse shopping, cinema, teatro, entre outros? () sim () não

7.8 Poderia ter espaços de lazer e culturais em sua comunidade? _____

7.9 Quais espaços de lazer e cultura você frequenta na cidade?

7.10 Que espaços cultural e de lazer que você nunca frequentou e gostaria de participar?

7.11 O que te impede de ter acesso a estes espaços?

7.12. O que a juventude sente mais falta no campo?

8 AGRICULTURA CAMPONESA/AGRONEGÓCIO/COMERCIALIZAÇÃO

8.1 E você produz alimentos ou ajuda seus pais a produzir? Você gosta de produzir alimentos?

8.3 Quais as principais dificuldades para produzir alimentos?

8.4 Quais os principais instrumentos de trabalho que são utilizados na unidade de produção

Enxada () trator () recadeira () outros

8.5 Participa de algum programa de comercialização. () PAA () PNAE

8.6 Participa de feira do produtor? _____

8.7 Comercializa alimentos em outros espaços? Quais? _____

8.8 Você considera camponês () Agricultor familiar () outros ()

8.9 Em algum momento já teve vergonha de dizer que mora no campo? Porque ? Quando?

8.10 Você já ouviu falar que é possível produzir alimentos sem usar veneno? O que você acha disso?

8.11 Qual é a sua opinião sobre o monocultivo da laranja na região. Ela tem contribuído para melhorar a vida da juventude no campo ou ela contribui para a saída da juventude no campo?

Qual a sua opinião?

8.12 Você tem informações sobre as consequências na saúde das pessoas causada pelo uso de agrotóxicos que são utilizados nas lavouras da laranja? Qual sua opinião sobre isso?

8.13 Você sabe a história desta comunidade? Como ela surgiu? E outras informações.

8.14 Você sabe alguma coisa da história de Cristinópolis?

8.15 Cristinópolis carrega traços da cultura indígena? Quais?

8.16 Como era as comunidades camponesas nos anos 1960? Como era a vida dos camponeses(as), o que plantavam, de quem eram as terras? Tinha grandes plantações de laranja?

8.17 Na sua opinião, existem disputas entre os camponeses e os fazendeiros? Quais?

8.18 De quem é a maior parte das terras?

8.19 Se não existissem os grandes fazendeiros com suas grandes lavouras era possível viver aqui?

8.20 Se as terras que eles ocupam estivessem nas mãos dos camponeses, o desenvolvimento do município era maior ou menor? As famílias camponesas estariam mais pobres ou suas condições de vida estariam melhores?

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA APLICAR AOS AGRICULTORES E
AGRICULTORAS DE CRISTINÁPOLIS – SE**



**A PERMANÊNCIA DA JUVENTUDE CAMPONESA NAS COMUNIDADES
DE CRISTINÁPOLIS – SE**

Nome da pesquisadora: Tábata Neves Rosa

Data: __/__/____

1 IDENTIFICAÇÃO:

1.1 Nome do entrevistado(a) _____

1.2. Idade: _____

1.3 Onde mora atualmente: _____

2 ESCOLARIZAÇÃO:

a. Frequenta escola: () sim () não

b. Nível de instrução:

() S/ Instrução/ Analfabeto () 1º Grau Completo () Superior Completo

() Primário Completo () 2º Grau Completo () Outros

3 TRABALHO:

3.1 Você possui terra: () sim () não

3.2 A terra onde você mora é de quem? E como conseguiu?

3.3 Área total da propriedade: _____

3.4 Sua família é () Posseira () Arrendatário () Proprietário () Meeiro () Comodatário ()
Outros

3.5 Você trabalha fora da sua propriedade? () sim () não

Onde? _____

3.6 Este trabalho fora da propriedade é: () temporário () permanente

3.7 Seus filhos ajuda na agricultura () sim () não

Por quê?

3.8 A sua renda maior vem do seu trabalho em sua propriedade ou de trabalho fora da propriedade?

3.9 Qual é o seu trabalho fora da propriedade? _____

3.10 Quais as atividades que você e sua família trabalham na agricultura?

4 SUCESSÃO

4.1 Tem filhos? Eles estão no campo ou na cidade? Onde estão?

4.2 Você acha que a juventude deve permanecer ou sair do campo? Por quê?

4.3 Na sua opinião, como estará a agricultura camponesa daqui 20 anos se a juventude não permanecer no campo?

4.4 Quais motivos levaria a juventude a ficar no campo?

4.5 Quais motivos levaria a juventude sair do campo?

4.6 Conhece algum jovem que migrou da cidade para o campo?

4.7 Para você, o que precisa ter no campo para ser um espaço bom de viver?

4.8 Na sua opinião, o que a juventude sente mais falta no campo?

4.9 Para você o que é ser jovem?

5 POLÍTICAS PÚBLICAS

5.1 Você já teve acesso a alguma política pública?

Como: () Pronaf () PAA () PNAE () PNHR

5.2 Quem contribuiu para você ter acesso? _____

5.3 Foi fácil o acesso? () sim () Não

5.4 Alguém na sua casa tem acesso a algum benefício?

() Bolsa família () Aposentadoria () pensão () outras

6 PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇO POLÍTICO:

6.1 Faz parte de algum partido, movimento, associação, grupo organizado?

6.2 Você já participou de alguma mobilização para garantir ou defender algum direito?

Quando? _____

6.3 Você acha que é importante lutar pelos direitos?

7 AGRICULTURA CAMPONESA/AGRONEGÓCIO/COMERCIALIZAÇÃO

7.1 Sua família produz quais alimentos?

7.2 Quais as principais dificuldades para produzir alimentos?

7.3 Seu filhos ajudam na produção de alimentos? Por quê?

7.4 Participa de feira do produtor?

7.5 Comercializa alimentos em outros lugares? Onde?

7.6 Você considera camponês () Agricultor familiar () outros () Porque?

7.7 Você já ouviu falar que é possível produzir sem usar agrotóxicos? O que você acha da produção sem venenos? Faz bem? Por quê?

7.8 Você já utilizou ou utiliza algum tipo de veneno na sua produção? () sim () Não

7.9 Se sim, quais?

7.10 Qual é a sua opinião sobre o monocultivo da laranja na região. Ela tem contribuído para melhorar a vida dos camponeses(as) da juventude no campo ou ela contribui para a saída da juventude no campo e o empobrecimento das comunidades? Qual a sua opinião?

7.11 Comparando o tempo de sua juventude para os dias atuais, quais as principais mudanças que houve, da vida da sua juventude para a vida da juventude atual?

7.12 Como eram as comunidades camponesas antes da entrada da laranja?

7.13 Você sabe a história desta comunidade? Como ela surgiu? E outras informações.

7.14 Já existiram algumas lutas aqui no município?

7.15 Você sabe alguma coisa da história de Cristinópolis?

7.16 Cristinópolis carrega traços da cultura indígena? Quais?

7.17 Na sua opinião existem disputas entre os camponeses e os fazendeiros?

7.18 De quem é a maior parte das terras?

7.19 Se não existissem os grandes fazendeiros com suas grandes lavouras era possível viver aqui?

7.20 Se as terras que eles ocupam estivessem nas mãos dos camponeses, o desenvolvimento do município era maior ou menor? As famílias camponesas estariam mais pobres ou suas condições de vida estariam melhores?

**APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA APLICAR A INTEGRANTE DE
MOVIMENTOS, ENTIDADES CAMPONESAS**



**A PERMANÊNCIA DA JUVENTUDE CAMPONESA NAS COMUNIDADES DE
CRISTINÁPOLIS – SE**

Nome da pesquisadora: Tábata Neves Rosa

Data: __/__/____

1 IDENTIFICAÇÃO:

1.1 Nome do entrevistado(a) _____

1.2 Idade: _____

1.3 Sexo: () M () F

1.3 Onde mora atualmente: () campo () cidade

1.4 Qual município: _____

2 JUVENTUDE/PERMANÊNCIA NO CAMPO:

2.1 Como você define Juventude camponesa?

2.2 Quais as principais dificuldades que a juventude camponesa enfrenta?

2.3 Quais as principais questões que fazem os jovens saírem do campo?

2.4 Quais as principais questões que fazem os jovens permanecer no campo?

2.5 Qual é sua proposta para o campo ser um espaço bom de viver, tanto para a juventude, crianças, adultos?

2.6 Quais são os desafios do Movimento Camponês Popular (MCP) no trabalho com a juventude camponesa, bem como para sua permanência no campo?

2.7 Na sua opinião, quais são os principais desafios das organizações camponesas na organização da juventude?